

stranho que o setor com maior taxa maior crise da República do pós-guer-

estava em inteira contradição com o sa-veis por 25% dos depósitos: em

eram apenas 75 os bancos, e dois deles detinham 25% dos depó-

se menos empresários e mais espe-culadores? Como explicar as distor-ções no mercado acionário, no opor-

CRESCER PRODUÇÃO BÉLICA

Uma-feira da semana passada, o Conselho Nacional (CMN) conceber os preços do café no fim de dezembro, numa tentativa de frear a elevação da vida. Mas não foram divulga-mentos pelos meios o abso-luto interno seria garantido pelos

Chile quer mais armas

Um representante chileno em visita ao Brasil disse aqui que o aumento de armas e equipamento militar: uma das razões desse esforço industrial é buscar uma independência cada vez maior de importações

D. Pedro: Sigaud foi orientado

reuniam de três horas Junta Militar Argentina a-lisou com preocupação a vergonha com o Brasil

Cercado mas não Perdido

Uma demonstração de tor-nada de assalto de uma base inimiga — incluindo o seqüestro de blocos de

FALENCIA DO EMPRESARIO OU DO SISTEMA?

mente logo da conclusão são as seguintes: apoio à companhia pela criação de uma Assembleia Constitu-uinte ao movimento estu-dante e criação de comitês permanentes de defesa dos direitos humanos, e repúdio às reformas políticas, à parti-cipação dos posicionistas nos colégios eleitorais, à prorrogação de mandatos e às cassações.

80 mil universitários em greve

deite o aumento de preços administra-tivos, assim como estudar "preços críti-cos" que serão estabelecidos até o fim do ano". E, consagrando o recusa — unificação da política antinflacionária, um decreto presidencial assinado naquele mesmo dia concentrava 600 ex-cepções

19 de maio - JORNADA NACIONAL DE LUTA PELA ANISTIA

de "página 10" de Simonon. Igual condicionamento foi imposto às ad-ministrações estaduais e municipais, por-tem em relação ao Conselho Interminis-terial de Preços (CIP) — de todo modo, um colegial sob firme comando do Mi-nistério da Fazenda.

Os operários querem ter voz

de Fernando Antonio de Oliveira Lopes, chefe apo-lítico encontrou grande quantidade de panfletos "que se joravam a descordem e a subversão". A nota informa também que no decorrer das investi-gações foram apreendidos

CARTA ABERTA: 1º DE MAIO

de armas e equipamento mili-tar: uma das razões desse esforço industrial é buscar uma independência cada vez maior de importações

operários ou seja, 15 por cento dos 10 mil em ativi-dade em dezembro em sua fábrica de São Bernardo. Considerando-se os 22 mil operários de todas as suas unidades, as dimensões da Ford representam sete por cento de seu pessoal.

HOJE, CONSENTE QUEM CALA!

propondo que o MITI abandonasse a política de preços, para ser substituída por uma política de mercado livre. Mesmo admitindo que não se trata de uma única saída que

70% do SALARIO

de São Paulo, em maio de 1977, para 587 em março último, no primeiro caso, e de 675 para 139, no segundo caso, os recebidos pelos pro-dutores de chuchu, no primeiro trimestre deste ano, são três ve-



conjuntura brasileira

récépissé n° 43 089
 directeur de la publication :
 trefeu roger
 tiragem : 950 exemplares

com. paritaire
 inscription no 59390

assinatura assinatura de apoio

6 meses : US\$ 8 (35f) 6 meses : US\$ 20 (100f)
 1 ano : US\$ 16 (70 f) 1 ano : US\$ 40 (200f)

pagamento

cheque bancário ou postal
 CCP 10 822 83 A paris
 via aérea mais US\$ 3 (15f)
 números atrasados US\$ 2 (10f)

endereços

bp 322
 75 122 paris cedex 03
 france

c/o michel thery
 29. rue meslay
 75 003 paris
 france

distribuição

librairie portugaise et brésilienne
 16, rue des écoles - 75005 paris
 le tiers-mythe
 21, rue cujas - 75 005 paris
 librairie " que faire "
 1, place des grottes - 1201 geneve
 librairie l'œil sauvage
 221, chaussée d'ixelles - 1050 bruxelles
 livraria opinião
 rua nova trindade, 24-lisboa

publicações consultadas**jornais**

FOLHA DE S. PAULO
 O ESTADO DE S. PAULO
 JORNAL DO BRASIL
 JORNAL DA TARDE
O GLOBO
 GAZETA MERCANTIL
 FOLHA DA TARDE
 TRIBUNA DA IMPRENSA
 MOVIMENTO
 Brasil Mulher
 O SÃO PAULO
 DE FATO

revistas

DIRIGENTE INDUSTRIAL
 Conjuntura Econômica
 DIRIGENTE RURAL

Visão

EXAME

BANAS

VEJA

boletins

DIAL

LATIN AMERICA

publicações latino-americanas
 jornais operários, estudantis,
 boletins e imprensa sindical.

índice

guia de leitura	2
economia	8
agricultura	11
política e comércio exterior	14
política nacional	16
militares	20
política salarial	21
movimentos sociais	23
condições de vida das massas	40
educação	42
censura	42
repressão	43

os títulos seguidos da indicação cb
 não correspondem ao título original

CENSURA

A besta acuada multiplica as patadas. A ditadura militar, através do sinistro e corrupto ministro da justiça - "homem público" que se destacou pela habilidade em acumular cartórios - oficializou a censura às publicações vindas do exterior. Diz a notícia do ESP de 28 de maio:

Os livros e periódicos vindos do estrangeiro estão sujeitos à censura prévia, quando de sua entrada no País, para verificação da existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, de acordo com portaria baixada, ontem, pelo ministro da Justiça, Armando Falcão. Diz a portaria que o Departamento de Polícia Federal procederá a verificação das publicações estrangeiras, através de funcionários que prestarão serviços nos centros de triagem — setor de impressos — da empresa Brasileira de Correios e Telégrafos nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Campinas, Porto Alegre, Recife, Belém e

Manaus, por onde chegam as remessas postais procedentes do exterior.

Feita a verificação, será emitido parecer, no qual serão indicados os dispositivos legais infringidos e assinaladas as passagens que justifiquem o pedido de proibição. O parecer, acompanhado de um exemplar da publicação, será remetido à direção geral do DPF, que o encaminhará à consideração do ministro da Justiça.

A portaria estabelece, ainda, que os funcionários encarregados da verificação dessas publicações emitirão também parecer sobre as que contiverem matéria contrária à ordem pública.

A tentativa de assimilar "matéria ofensiva a moral e aos bons costumes" a "matéria contrária a ordem pública" isto é, a propaganda contra a ditadura (objetivo da portaria) teve como resposta o manifesto de milhares de jornalistas e intelectuais (ver pg. 31) pelas liberdades democráticas e de denúncia de todas as formas de censura usadas pela ditadura.

A oficialização deste tipo de censura no momento em que se amplia a luta contra a censura, faz parte de uma nova ofensiva repressiva da ditadura. Mas não podemos deixar de destacar que esta portaria é mais uma prova do isolamento e do desconcerto da ditadura. Primeiro porque é uma reação a um fato político que vai ganhando proporções dentro do Brasil: a propaganda contra a ditadura. Segundo porque no Brasil vai proliferando uma imprensa de oposição e de combate pelas liberdades democráticas que tem contribuído decisivamente para a ampliação do movimento de oposição democrático e popular.

guia de leitura



A manifestação dos estudantes no dia 5 de maio passado tem um sentido histórico: marca o início das mobilizações populares pelas liberdades democráticas. A manifestação teve um caráter totalmente político e provocou o apoio e a solidariedade de diferentes setores sociais. Rompendo com o cerco do medo e mostrando que o esquema repressivo da ditadura não é infalível, 10.000 estudantes de São Paulo saíram às ruas conclamando a todos os oprimidos e explorados a se manifestarem abertamente pelas liberdades democráticas, pela liberdade de organização e manifestação, pela libertação dos operários e estudantes presos no final de abril, pela anistia ampla e irrestrita a todos os prisioneiros políticos, banidos e exilados. Repercutindo largamente, comentada e discutida por todos os setores sociais, a manifestação contribuiu decisivamente para que o mito da subversão entre em decomposição. A velha história de que se trata de subversivos infiltrados no meio dos estudantes e dos operários, uma pequena minoria de agitadores, etc., esta velha balela já não ilude mais, já não é suficiente para justificar as incursões violentas da repressão - a classe operária e o povo já não aceitam impunemente esta propaganda.

Como um estopim, a manifestação de 5 de maio desencadeou uma extraordinária agitação e mobilização entre os estudantes de todo o Brasil em particular e também em outros setores sociais, fruto da energia acumulada ao longo dos anos de repressão, de derrotas, de resistência e de luta. A sabedoria política revelada pelos estudantes mostra que o ME aprendeu politicamente as experiências vividas sob a ditadura militar. Esta sabedoria política se expressa também no fato de que o movimento de oposição democrático e popular, mais além da exploração das divergências inter-burguesas, vai conquistando independência política para levar a frente a luta por liberdades democráticas.

Independência política que vai sendo conquistada não só sobre aqueles que pretendem mantê-lo como massa de manobra nas disputas inter-burguesas, mas também com relação a aqueles que pretendem mantê-lo nos marcos das lutas puramente reivindicatórias - em torno a imagináveis "reivindicações próprias" - isolado socialmente e politicamente.

Na base das agitações e mobilizações dos estudantes aflora um ensinamento fundamental para a ação política contra a ditadura militar que tem que ser aplicado pelo conjunto do movimento de oposição democrático e popular: criar verdadeiras organizações de massa, bem estruturadas e o mais amplas possível, com objetivos políticos claros e definidos. É isto que o movimento estudantil vem sabendo fazer em suas lutas. A massa estudantil se torna cada vez mais sensível a toda forma de repressão política, reagindo as suas diferentes manifestações pela afirmação das reivindicações democráticas para os oprimidos e explorados. O movimento estudantil vai deixando evidente que a afirmação de objetivos políticos claros e definidos, em consonância com as aspirações sentidas das massas, é o caminho para a organização ampla da classe operária e do povo.

O que dissemos acima não responde a uma questão central que vai se colocando na medida em que se sucedem as manifestações dos estudantes. Isto é, como seguir na mobilização e organização do movimento estudantil e que fazer para preservar as conquistas já alcançadas. Para responder a esta questão é necessário considerar imediatamente que a mobilização política tal qual vem se manifestando entre os estudantes ainda está circunscrita a este setor da sociedade. Isto quer dizer que, para avançar o movimento estudantil tem que ter presente, a todo momento, este fato fundamental: a mobilização política

tica e o nível de organização de que deram provas os estudantes, ainda não foram alcançados pelo conjunto do movimento de oposição democrático e popular e, sobretudo, pela classe operária. Mas isto impõe ao movimento estudantil não a contenção política, não a redução das palavras de ordem, mas a luta para que estas palavras de ordem hoje levadas às ruas estejam presentes em todos os setores sociais oprimidos e explorados pela ditadura militar.

Em outras palavras, o movimento estudantil tem que prosseguir e intensificar suas iniciativas no sentido de:

- estreitar a solidariedade com os oprimidos e explorados, apoiando todas suas manifestações contra a ditadura;

- estimular a criação e participação dos mais diversos instrumentos de luta, tais como comitês primeiro de maio e comitês anistia;

- seguir na luta por suas reivindicações próprias, sabendo conquistar, a todo momento, condições mais favoráveis à continuidade do movimento;

- consolidar a imprensa estudantil de agitação e denúncia;

- avançar na sua própria organização e na afirmação de sua bandeira de luta fundamental: a luta pelas liberdades democráticas.

Este é o caminho para impedir o isolamento do movimento estudantil, para combater as tendências "radicalizantes" que buscam precipitar o movimento enquanto tal num enfrentamento direto com a ditadura militar, através da radicalização das formas de luta. Este é o caminho que deve seguir o movimento estudantil no sentido de acumular forças e desempenhar corretamente o papel que hoje lhe cabe para o avanço da luta contra a ditadura. É nesta direção que politicamente vão se forjar as bases de aproximação e identificação dos estudantes à luta dos oprimidos e explorados pela derrubada da ditadura, sob a direção da classe operária.

Primeiro de Maio de Luta

Pela primeira vez depois de 1968 a combatividade da classe operária se manifestou de forma mais ampla no primeiro de maio deste ano, caracterizando-o como um primeiro de maio de luta. Nas várias reuniões realizadas foi geral o protesto e a denúncia da situação política e das condições de vida das massas. Em algumas regiões industriais estas reuniões contaram com a participação de centenas de operários, da oposição sindical - metalúrgicos, têxteis, gráficos - e de representantes de outros setores sociais, entre os quais os estudantes. Em geral, foram discutidas as origens do primeiro de maio, a jornada de oito horas e a luta por ela no Brasil, o custo de vida, a situação atual da classe operária e os caminhos para lutar por sua modificação. Na região de Santo Amaro foi realizada uma reunião com a participação de 1.500 operários - ver a "carta aberta", pg. 26.

Mas, ao contrário do movimento estudantil, o movimento operário ainda não se caracteriza por amplas manifestações que expressem a mobilização da classe operária em torno a suas reivindicações, assim como marquem sua entrada em cena na luta política, pelas liberdades democráticas.

Para que tal salto de qualidade se realize e, principalmente, para que a classe operária possa ampliar suas ações políticas, conquistando a direção da luta contra a ditadura e pelas liberdades democráticas, alinhando sob sua bandeira todos os oprimidos e explorados, muitas resistências e obstáculos tem que ser vencidos.

Entre os obstáculos estão fundamentalmente aqueles que se situam ao nível das concepções políticas que norteiam algumas tendências presentes no movimento operário. Estas tendências, que comportam variações secundárias, tem como ponto comum, a redução da luta política do proletário

riado aos estreitos limites da luta reivindicatória, em torno a seus "interesses próprios". Esse consenso, que revela o preconceito contra a luta política, contribui para o fortalecimento das posições espontaneistas dentro da classe operária que se expressam na seguinte proposta de programa para as Oposições Sindicais:

- Fim do Arrocho
- Estabilidade no emprego
- Segurança e melhores condições de trabalho
- Direito de greve
- Liberdade sindical e de organização

Estas justas reivindicações que traduzem parte dos interesses da classe operária e contribuem hoje para o avanço de suas lutas e mobilização, estão longe, entretanto, de:

- responder aos interesses gerais da classe operária
- assegurar o desenvolvimento e fortalecimento de sua organização independente de massa - objetivo expresso por todas aquelas tendências
- transformar a qualidade da luta política da classe operária, aprofundando sua consciência do antagonismo entre seus interesses e o sistema capitalista.

Por mais combativo que possa ser este programa, por mais que ele contribua para organizar as intervenções fragmentadas que hoje caracterizam o movimento operário, ele não orienta as lutas da classe operária no sentido de que ela possa desempenhar o papel político dirigente que lhe cabe na luta contra a ditadura militar. Para que isso se realize, a classe operária tem que estar munida desde agora de um programa que clarifique seus objetivos políticos gerais e que generalize e oriente todas as suas lutas.

Ao lutar contra o Arrocho, pela estabilidade no emprego, por melhores condições de trabalho, pelo direito de greve e por liberdade sindical e de organização, a classe operária tem que lutar ao mesmo tempo, contra o AI-5, pela liberdade de organização e manifestação, contra a censu

ra, contra o 477, contra as torturas e todas as formas de repressão e arbitrio da ditadura, pela Anistia ampla e irrestrita a todos os prisioneiros políticos, banidos e exilados.

Propor a classe operária que lute apenas nos limites de seus "interesses próprios" é propor-lhe que abdique da direção da luta política pela derrubada da ditadura. É condená-la a não sair dos marcos de uma consciência e de uma luta de tipo sindicalista, por mais combatividade que venha a ter nesse tipo de luta. É atrasar o desenvolvimento de sua consciência democrática e socialista.

Para cumprir seu papel histórico a classe operária tem que estar munida, desde agora, de um programa que defina seus objetivos políticos gerais. Lutar por ele, isto é, travar a luta política em todos os níveis, aprofundando a consciência dos seus interesses e objetivos políticos; aprender a conhecer os interesses de seus aliados, travando com eles a luta política e ideológica; conhecer, na prática da luta de classes, os interesses de seus inimigos, os mecanismos de opressão e suas diferentes formas de manifestação.

Este é o único caminho para assegurar a independência política e ideológica do movimento operário e, portanto, de sua organização independente de massa. Pois, a possibilidade de criação da organização independente de massa da classe operária está estreitamente ligada aos objetivos políticos de sua lutas. Um programa como este que está sendo proposto para as Oposições Sindicais, não leva a classe operária a ampliar a consciência de seu papel político e social na transformação revolucionária da sociedade porque ele não expressa mais que restritos interesses da classe dentro do próprio sistema e não se assenta em nenhum antagonismo real, por mais que estas lutas, hoje no Brasil, tenham sido postas na ilegalidade pela ditadura militar. Pois mesmo dentro destas condições, não se pode descartar a possibilidade de que uma tendência burguesa qualquer

no movimento operário, venha levar a diante essas reivindicações. Se isto não ocorre neste momento, se deve às condições gerais do movimento operário - seu baixo nível de mobilização e organização - e a força da ditadura. Assim mesmo, conhecidos pelegos de São Bernardo e Diadema, frente aos menores sintomas de mobilização operária, elaboraram recentemente um memorando onde, entre outras reivindicações, enumeram o direito de greve e a autonomia sindical.

Tampouco resolve tentar assegurar a independência política e ideológica do movimento operário pela radicalização das formas de luta ou pelo privilegiamento de uma forma de luta em lugar de outra, como caminho para distinguir aqueles que estão verdadeiramente comprometidos com a luta pela organização independente de massa da classe operária daqueles que não estão. Não está na radicalização das formas de luta a garantia da radicalização real, isto é, política, do movimento operário. O emprego e o desenvolvimento de diferentes formas de luta é de fundamental importância quando se coloca dentro do encaminhamento concreto do movimento, mas por si só não empresta nenhum caráter revolucionário ao movimento. É até mesmo admissível, sob a ditadura militar, que um programa sindical venha a empregar métodos violentos de luta. Finalmente, limitar as lutas da cla-

se operária à lutas reivindicativas, traz tantos prejuízos para a continuidade de sua luta e para a construção de uma organização independente de massa, quanto as proposições reformistas que procuram expressamente comprometer a luta política da classe operária com os objetivos de setores da burguesia e que descartam a necessidade de sua organização independente de massa.

A questão essencial, portanto, está na clarificação dos objetivos políticos gerais da classe operária. Para nós, a luta política da classe operária se expressa hoje, na afirmação de um programa pelas liberdades democráticas, como caminho para a acumulação de forças na luta contra a ditadura, para a ampliação e aprofundamento de sua consciência política e social, para o desenvolvimento de sua organização independente de massa, para a estruturação das bases de sustentação de suas lutas pela democracia e pelo socialismo e para avançar na construção do Partido Revolucionário do Proletariado. Nesse sentido, cabe aos revolucionários defender e difundir dentro da classe operária o programa pelas liberdades democráticas, mobilizando-a desde agora para a luta em torno a este programa, seja dentro das Oposições Sindicais, seja dentro de outros organismos ou frentes de luta.

QUEDA DOS INVESTIMENTOS, TENSÃO SOCIAL

VEJA, 15 DE JUNHO, 1977

Significativas são as informações que permitem, indiretamente, captar queda nos investimentos — resultantes em parte do corte nos gastos públicos e do menor ingresso de recursos externos. Sem dúvida, tal fato poderá comprometer a capacidade futura — já no período 1978/1979 — de crescimento da economia. Essa avaliação pode ser feita a partir do comportamento do setor de engenharia industrial, que abrange empresas de consultoria de projetos e especializadas em montagem de instalações industriais. No momento, o setor, que trabalha com um horizonte de negócios de doze a dezoito meses, não sente quaisquer sinais de desaquecimento porque executam contratos celebrados no ano passado. Mas, neste ano, segundo levantamento feito pela Associação Brasileira de Engenharia Industrial (ABEMI), ainda não foi assinado um só contrato de grande expressão. A impressão da ABEMI é a de que, este ano e no seguinte, os clientes da iniciativa privada não deverão apresentar planos arrojados ou ambiciosos de expansão, limitando-se a consolidar projetos em andamento.

De maneira geral, o levantamento da ABEMI coincide com o quadro traçado pela ABDIB, esta extremamente preocupada com as encomendas, este ano, de máquinas e equipamentos. Segundo a ABDIB, a construção naval é a única a apresentar um programa substancial de novos pedidos. Mas, na área de petróleo e petroquímica, os cortes governamentais afetaram profundamente a produção de caldeiraria que, desde 1976, não recebe encomendas. Enquanto isso, no setor de geração de energia, foram feitos poucos pedidos em 1977. Precária, também, seria a situação dos que produzem máquinas e equipamentos pa-

Visão, 6 de junho de 1977

ra mineração, cimento, papel e celulose, e ferroviário. Praticamente, não houve encomendas na primeira metade deste ano. Apesar do atraso de doze meses na execução do III Estágio do Programa Siderúrgico, os empresários de bens de capital concentram nessa área as esperanças para se manter um bom fluxo de pedidos nos próximos dois anos. Ainda refletindo desaceleração de investimentos, os fabricantes de estruturas metálicas, à míngua de encomendas, operam com 40% de capacidade ociosa.

Opinião — Mantido esse quadro de declínio na taxa de investimentos, a desaceleração, que chegou a ser esperada para este ano, poderia acontecer em 1978, servindo de esteira para exacerbar tensões sociais e agravar crises político-institucionais. Ainda mais que parecem nítidos os sinais de que segmentos da classe média estão sofrendo desgaste em seus rendimentos. Os salários médios urbanos vêm sendo reajustados em bases inferiores ao aumento do custo de vida. Isso explicaria, em parte, a insatisfação política dessas parcelas da população. Das pessoas de média e alta renda, consultadas em fins de abril, numa sondagem de opinião do Instituto Paulista de Pesquisa de Mercado (IPPM), 55,8% consideraram a situação nacional, naquele momento, pior que no ano passado.

Naturalmente, a perda do poder de compra dos grupos de renda média e dos assalariados em geral estaria na base da constatação do economista Antônio Carlos Borges, superintendente técnico da Federação e Centro do Comércio de São Paulo. Segundo ele, "se a economia global cresceu, ao menos na cidade de São Paulo, não foi no setor do comércio, que satisfaz às necessidades pessoais". Pesquisa

da Federação, com efeito, demonstra que as vendas reais do comércio varejista paulistano, de janeiro a abril, no máximo igualaram as do período equivalente de 1976.

Além do mais, empresários do setor de engenharia industrial detectaram que, em face da situação política e econômica, algumas empresas estrangeiras estariam adiando projetos de se instalar no país. Sabidamente, portanto, a inflação que poderá se aproximar dos 25% em janeiro/junho tende a preocupar os investidores e banqueiros estrangeiros. Não mais os preocupa a conta corrente do balanço de pagamentos, porque a balança comercial deverá fechar o semestre — conforme prevê o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen — com um superávit em torno de 100 milhões de dólares. A despeito de ser, atualmente, menos explosivo que em 1975/1976, o acerto das contas externas do país demandará, de qualquer modo, muito esforço e imaginação. Somente no primeiro semestre deste ano, o pagamento de juros e amortização da dívida externa (hoje em torno de 30 bilhões de dólares) estará absorvendo entre 2,5 e 3 bilhões de dólares — quantia que deverá se elevar na segunda metade do ano, porque as taxas de juros dos empréstimos externos no mercado de euromoedas estão progressivamente se elevando. Sintomaticamente, em recente conversa com Velloso, nos Estados Unidos, os banqueiros americanos deixaram de lado os problemas de balanço de pagamentos para fazer indagações sobre o ritmo de ascensão do processo inflacionário. Um comportamento que, apesar da descrença de muitos, as autoridades econômicas confiam que, por volta de agosto ou setembro, poderá inverter a sua desagradável tendência atual.

FALENCIA DO EMPRESARIO OU DO SISTEMA?

Hoje, um clima sombrio paira sobre o mercado de capitais. Para alguns, é indicador do capítulo final da história de concentração no mercado financeiro. As estatísticas mostram a existência de 229 bancos em 1966, quando os seis maiores eram responsáveis por 25% dos depósitos; em 1975 eram apenas 75 os bancos, e dois deles detinham 25% dos depósitos. Ou seja, no sistema bancário (aparentemente incólume às crises do sistema), só se beneficiaram os sobreviventes. "Que o são devido à crescente dependência dos créditos do Governo", afirma Adroaldo Moura da Silva, economista e professor do Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE), da Faculdade de Economia e Administração da USP.

Para Adroaldo, não deixa de ser estranho que o setor com maior taxa de remuneração tenha 143 quebras em três anos. Como também o é que

todas as grandes empresas venham tendo a maior parte de seus ganhos sob o item lucros não-operacionais.

Seriam os empresários privados incompetentes? Estariam eles tornando-se menos empresários e mais especuladores? Como explicar as distorções no mercado acionário, no *open-market*, no mercado financeiro?

O problema é complexo mas a resposta parece simples, segundo especialistas ouvidos por Antônio Tofaneto, de Visão. Para Adroaldo Moura da Silva, do IPE, corrupção e especulação são irmãs naturais do processo inflacionário.

Quais os remédios? "Estamos na maior crise da República do pós-guerra", afirma Adroaldo. "Uma crise psicológica profunda. É preciso res-

tabelecer a autoridade política, restabelecer a confiança de todos no futuro. Não adianta discutir detalhes quando o problema é de todo o sistema financeiro."

Modesto Carvalhosa pensa de maneira semelhante. Suas razões: o problema é do "modelo", fundado na teoria da grande potência a qualquer preço. A Lei 4.595 adotou o saudável princípio de segregação do *Glass Steagel Act* (lei americana de 1934) entre atividades financeiras e industriais, em face da funesta contribuição que essas participações representaram para a eclosão da crise de 1929 nos EUA. A Lei 4.728 pretendia criar um grande mercado acionário com a democratização do capitalismo e a adesão voluntária do público; era baseada na ideologia da iniciativa e da poupança privada. Mas isso tudo estava em inteira contradição com o modelo de conglomerados que se cristalizou em 1970.

MERCADO FINANCEIRO O SEGREDO DAS FINANÇAS ^{cb} VEJA, 11 DE MAIO, 1977

O plenário quase vazio sugeria várias especulações. Terá sido a ansiedade em passar o dia das mães junto da família? Ou a tradicional antecipação do fim de semana? O fato é que apenas quatro senadores aguardavam o discurso do vice-líder do governo Virgílio Távora, na sessão de sexta-feira da semana passada. Ele merecia a casa cheia. Afinal, estava sendo desvendado um dos segredos mais bem guardados da administração pública brasileira: a soma dos recursos gastos pelo governo no socorro às instituições financeiras.

Távora revelou, com base em relatórios cuidadosamente elaborados pelo

Banco Central — pontilhados da linguagem cifrada dos contadores —, que a 30 de abril se encontravam em regime de liquidação extrajudicial 132 empresas, e mais nove em regime de intervenção. Essas empresas receberam, ao todo, cerca de 6,679 bilhões de cruzeiros. Somados a 7,474 bilhões de cruzeiros aplicados na supressão de "conglomerados inviáveis" — representados em sua maioria por títulos e créditos a receber —, chega-se a 14,759 bilhões de cruzeiros. Távora garantiu que pelo menos 70% desse montante será recuperado pelo governo. E, apesar de não especificarem detalhes comumente re-

gistrados em operações financeiras — como os juros pagos sobre esses adiantamentos, ou a correção monetária —, suas revelações abrem um precedente importante.

Na verdade, o obsessivo sigilo com que se cercaram, até então, as irregularidades cometidas dentro do sistema financeiro e a paternal ajuda dispensada aos seus praticantes despertaram mais do que a indignação de vários segmentos da população. Provavelmente, foram além de deflagrar a franca hostilidade reinante no chamado setor produtivo contra os intermediários financeiros. Colocava-se em xeque a própria viabilidade do incipiente capitalismo brasileiro.

OS ESCANDALOS DA ECONOMIA ^{cb}

O caso Lutfalla

VEJA, 27 DE ABRIL, 1977

Em março de 1973, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) concedeu um financiamento de 13 milhões de cruzeiros à Fiação e Tecelagem Lutfalla de São Caetano do Sul (SP). Em setembro do ano passado, o BNDE encaminhou à Comissão Geral de Investigações (CGI) — órgão do Ministério da Justiça — um pedido de inquérito para apurar a atuação do grupo Lutfalla acusado de desvio de bens.

No início da semana passada, uma reportagem publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* relatava episódios que teriam ocorrido entre um fato e outro, causando uma razoável turbulência nos meios políticos e empresariais. Nos dias seguintes, houve uma solicitação do deputado federal João Cunha (MDB-SP) para que o ministro-chefe do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, comparecesse à Câmara a fim de prestar esclarecimentos. E duas notas oficiais foram emitidas, por ordem de Velloso, explicando sua participação no caso.

De acordo com o jornal paulista, em fevereiro de 1975 o BNDE, depois de reescalonar por duas vezes a dívida — a segunda por 26 milhões de cruzeiros —, decidira interromper sua ajuda ao grupo, pertencente a Fuad Lutfalla. "Industrial Têxtil de 1967", título concedido pela Fenit. Os argumentos invocados pelo BNDE iriam desde a "inviabilidade financeira" da empresa até a

"irresponsabilidade dos administradores". Estes, contudo, teriam recorrido à Secretaria de Planejamento, à qual o BNDE está subordinado.

Pouco tempo depois, por determinação da Secretaria, o BNDE repassou à Lutfalla mais 94 milhões de cruzeiros oriundos de recursos extra-orçamentários, "por conta e risco do governo", conforme assinalava telex enviado pelo secretário geral do Planejamento, Elcio da Costa Couto. Enquanto isso, o Ministério da Fazenda, ainda segundo o jornal, ordenava ao Banco do Brasil, Banco do Estado de São Paulo (Banespa) e ao então Banco do Estado da Guanabara (BEG) que transformassem metade da dívida da Lutfalla junto a esses estabelecimentos — no total de 80 milhões de cruzeiros — em participação acionária.

Em agosto de 1975, apesar de continuar defendendo que a melhor solução para o caso, inclusive do ponto de vista social, seria a concordata ou a falência da Lutfalla — assumindo o maior credor o compromisso de mantê-la em funcionamento — o BNDE teria recebido nova ordem da Secretaria de Planejamento: a de assumir a empresa e tentar recuperá-la. Deveria também repassar-lhe um crédito de 350 milhões de cruzeiros, "por conta e risco do Tesouro".

Assim, o Banco assumiu a direção da empresa, através de um "Termo de Opção de Compra e Venda de Ações", válido por um ano. Por ele, uma auditoria independente levantaria o patrimônio líquido contábil da empresa. Se fos-

se apurado um valor positivo, o BNDE pagaria a diferença. Caso contrário, os antigos acionistas assumiriam, em caráter pessoal, os débitos.

A segunda nota — Em abril de 1976, concluído o trabalho da auditoria, constatou-se um passivo de 276 milhões de cruzeiros. A 17 de agosto, depois de os técnicos do BNDE chegarem à conclusão de que a recuperação da Lutfalla demandaria mais recursos — da ordem de 480 milhões — o Banco e a Secretaria de Planejamento decidiram pela liquidação da empresa e notificaram os antigos acionistas, através da Justiça Federal de São Paulo, cobrando-lhes as dívidas. Contudo, o BNDE constataria que os sócios tentavam desviar bens pessoais e, por isso, notificou a CGI para as investigações cabíveis.

A situação estaria nesse pé quando se tornou conhecida pela imprensa. Enquanto o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, negava qualquer participação no episódio, Velloso divulgou as razões

que o moveram em sua decisão de amparar a empresa. Eram, conforme o ministro, de ordem social e setorial — temia-se que o fechamento da Lutfalla, além dos conseqüentes problemas de desemprego, deflagra-se uma crise em cadeia no setor têxtil então em crise — repelindo "qualquer insinuação de influência política de quem quer que seja".

A PILANTRAGEM DOS EMPRESÁRIOS ^{cb}

O ESTADO DE S. PAULO

Na área oficial, o caso Lutfalla teve ontem o seguinte desdobramento: o assessor de Imprensa do presidente da República, coronel Toledo Camargo, declarou que "não há mais nada a acrescentar e, se houver, será feito pela própria Secretaria de Planejamento". O ministro Reis Velloso, secretário de Planejamento, não quis falar, nem mesmo sobre o discurso do senador Saturnino Braga, que pediu sua demissão:

"Este é um assunto do Congresso. O vice-líder da Arena está respondendo por mim". (Referência ao discurso, ontem, no Senado, do senador Virgílio Távora). No Rio, o ministro da Indústria e do Comércio, Angelo Calmon de Sá, admitiu ter sido um erro o apoio do BNDE à Lutfalla: "Só porque o governo atendeu uma empresa e não deu certo, não significa que vai deixar de atender outras. O governo não acha que não pode errar, porque errar é humano e procu-

rou agir da melhor maneira possível."

No Congresso, o deputado João Cunha (MDB-SP) considerou o caso Lutfalla como sintoma de uma enfermidade do País, porque não houve "nenhum gesto demonstrativo de interesse em investigação. A Nação inteira assiste ao repasse de seu dinheiro sofridamente amealhado para salvar a pilantragem de meia-duzia de maus empresários, que passam do crime à impunidade, sem julgamento algum". 30-4-77

O maior estouro do mercado

Na quarta-feira da semana passada o Banco Central (BC) decretou a intervenção no grupo Independência-Decred, uma parte da União de Empresas Brasileiras (UEB), o império controlado pelo empresário e compositor bissexto José Luiz Moreira de Souza

De fato, nunca houve na história do mercado financeiro do Brasil algo que se comparasse à situação de insolvência do grupo Independência-Decred. Até a data da intervenção, o BC já havia desembolsado 3,4 bilhões de cruzeiros do Tesouro Nacional, ou o equivalente a 300 milhões de dólares. Apesar dessa fantástica ajuda, serão mobilizados ainda mais recursos da nação para cobrir o rombo do grupo, por ordem do Conselho Monetário Nacional (CMN). Quanto, ainda não se sabe. Pois, embora o BC viesse exercendo há meses uma intervenção branca no grupo, as autoridades econômicas não podiam responder, na semana passada, quanto mais será necessário retirar do Tesouro para honrar os compromissos da Independência-Decred com as pessoas físicas que investiram até 50 000 cruzeiros. E mais: na quinta-feira, um dia após a intervenção, o presidente do BC, Paulo Pereira Lira, revelou, em São Paulo, que o governo vinha ajudando o grupo Independência-Decred há dez ou onze anos.

Lira, em São Paulo, fornecia mais informações sobre o caso. Depois de um almoço com banqueiros considerado "tranquilo" por ele, o executivo federal reuniu-se com jornalistas econômicos e confirmou que o BC conhecia todas as irregularidades do grupo.

De acordo com suas palavras, o governo optou pela intervenção apenas quando constatou que não havia mais condições de se promover uma composição. Nos últimos tempos, esclareceu ele, havia conversações com o grupo

FOLHA DE S. PAULO

Denúncias emudecem Veloso

RIO (Sucursal) — Inquietos, hesitantes, nervosos, apressados. Essa foi a mostra recolhida do comportamento dos ministros da Fazenda e Planejamento durante sua curta permanência no Rio, nos dois dias que sucederam a intervenção do Banco Central em quatro empresas do grupo UEB. Ao contrário das outras vezes, eles

plan: "Mas verificamos que o governo teria de desembolsar mais 6,6 bilhões de cruzeiros para entregar o grupo em condições saudáveis". Durante a entrevista, ainda que muitos dos presentes soubessem, por informações reservadas, que Lira sempre foi partidário de uma intervenção rápida, em nenhum momento ele admitiu ter havido ação tardia das autoridades. E, diante da perplexidade clara de um dos jornalistas pela extensão dos favores ao grupo de Moreira de Souza, ele argumentou: "Um Banco Central existe para isso mesmo. Vocês estão tão espantados, mas em muitos países, até mesmo nos Estados Unidos, os bancos centrais ajudam as instituições financeiras em dificuldades". O jornalista contra-atacou: "Nesses casos, a intervenção é imediata e os administradores do grupo são afastados". Lira não insistiu mais: "É. Talvez eles sejam mais eficientes do que nós".

Pinga-fogo — Essa não foi, porém, a única ocasião em que o presidente do Banco Central enfrentou indagações de difícil resposta.

Um jornalista: "O BNDE negou o empréstimo à Lutfalla por motivos técnicos e reformou sua decisão por motivos políticos. No caso UEB, foi guiado por razões técnicas ou políticas?"

Lira: "Por razões técnicas".

Um jornalista: "É verdade que o Banco Central recebia letras de câmbio da Independência como garantia para as injeções de recursos?"

Lira: "Não. O Banco Central recebia como garantia notas promissórias avaliadas por diretores do grupo".

Um jornalista: "Isto quer dizer que o Banco Central aceitava como garantia notas promissórias de pessoas que obviamente não teriam bens para honrá-las. Portanto, o Banco Central utili-

zou recursos públicos de forma inadequada?"

Lira: "Esta é a sua opinião".

Um jornalista: "É verdade que no fim do dia o José Luiz telefonava para o senhor e pedia dinheiro para fechar o caixa, que estava deficitário?"

Lira: "Não era para mim que ele telefonava. Aliás, não sei se era ele mesmo quem telefonava".

O mesmo jornalista: "Então é verdade mesmo que todo dia a Independência pedia dinheiro ao Banco Central?"

Lira: "Ultimamente, sim".

Um jornalista: "Por que o governo permitiu tudo ao grupo UEB e agora vai punir o investidor?"

Lira: "Isto não é verdade. Os administradores do grupo sofrerão sanções e o investidor correu seu risco. Além disso, o Banco Central garante que cada investidor, com uma letra até o limite de 50 000 cruzeiros, foi resguardado".

O mesmo jornalista: "Mas como o investidor pode avaliar seu risco se as taxas de juros estão liberadas?"

Lira: "O investidor deve saber que os grupos sólidos pagam taxas mais conservadoras".

Outro jornalista: "Como se pode avaliar um risco se o senhor e o ministro da Fazenda compareceram à posse do José Luiz na Adecif (Associação das Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento)?"

Lira: "Nós fomos homenagear um líder da classe e não o empresário".

Um jornalista: "Quer dizer que o governo tinha conhecimento de que o grupo estava insolvente e, mesmo assim, permitia que as pessoas continuassem a investir?"

Lira: "Não poderia ser divulgado, oficialmente, que o grupo estava em dificuldade, pois cortaríamos aí nossas possibilidades de recuperá-lo".

Como as denúncias públicas apontam Rels Veloso como esse "alguém", este ministro tem se mostrado avesso a perguntas. Das 35 formuladas quinta-feira à noite num jantar da revista "Tendência" e ontem após a posse do presidente da empresa Digibrás, Veloso não respondeu a nenhuma de modo a satisfazer. Em relação ao "caso Lutfalla", disse apenas que "tudo que tinha a dizer já disse em notas divulgadas pela imprensa". 14-5-77

BB tem 30% dos depósitos

O sistema bancário do País — 57 bancos privados, 6 federais, 22 estaduais e 15 estrangeiros — tinha saldo total de Cr\$ 267.509.642 mil em depósitos, em 31 de dezembro último, conforme levantamento divulgado ontem, no Rio, pela Federação Nacional dos Bancos. O saldo de empréstimos era de Cr\$ 498.143.189 mil, e dos redescontos e refinanciamentos, de Cr\$ 126.815.588 mil.

Os bancos privados possuíam 46% dos depósitos, o

Banco do Brasil, 30%, e os bancos estrangeiros, 5%. Nos empréstimos, a liderança era do Banco do Brasil, com 46% do total, seguido pelos bancos privados (26%) e pelos estaduais (18%).

Os 57 bancos privados possuíam em 31 de dezembro depósitos montante de Cr\$ 123,45 bilhões, contra Cr\$ 111,5 bilhões em novembro. O saldo dos empréstimos era de Cr\$ 129,5 bilhões, contra Cr\$ 124,5 bilhões em novembro. O saldo dos re-

descontos e refinanciamentos era de Cr\$ 22,4 bilhões (Cr\$ 22,7 bilhões em novembro).

Os 29 bancos paulistas, segundo a Fenaban, concentraram em dezembro Cr\$ 79,71 bilhões, do total de Cr\$ 123,45 bilhões de depósitos em poder das instituições privadas. Os sete bancos mineiros detinham Cr\$ 14,00 bilhões, e os cinco bancos cariocas, Cr\$ 10,60 bilhões. Ainda na área privada, os 15 bancos estrangeiros possuíam saldos globais Cr\$ 12,68 bilhões em depósitos, Cr\$ 27,32 bilhões em em-

O ESTADO DE S. PAULO
préstimos e Cr\$ 2,44 bilhões em redescontos e refinanciamentos.

Na área estatal, os cinco bancos federais somavam em 31 de dezembro Cr\$ 5,90 bilhões em depósitos, Cr\$ 24,33 bilhões em empréstimos e Cr\$ 15,04 bilhões em redescontos e refinanciamentos. O Banco do Brasil, o gigante do sistema, detinha Cr\$ 79,98 bilhões em depósitos, Cr\$ 225,66 bilhões como saldo de empréstimos e Cr\$ 45,74 bilhões na conta de redescontos e refinanciamentos. 14-5-77

As vendas caem 12,1% no RJ

FOLHA DE S. PAULO

RIO (Sucursal) — Piorou o comportamento das vendas do comércio lojista do Rio de Janeiro: caíram 12,1 por cento em abril, em termos reais. "E a situação não foi pior — diz o Clube de Diretores Lojistas no seu boletim mensal — unicamente pelo desempenho regular do setor de roupas, cama e mesa, que registrou variação nominal de 45,5 por cento e variação real de 0,8 por cento.

O ESTADO DE S. PAULO

AUTOVEÍCULOS, MENOS 16%

A indústria automobilística brasileira produziu, em abril último, 66.408 automóveis, o que representa um decréscimo da ordem de 16% sobre as 79.034 unidades fabricadas no mesmo mês do ano passado. A produção acumulada do primeiro quadrimestre, deste

No quadrimestre, a situação não melhora em nada: os lojistas venderam mais 30,1 por cento em termos nominais, porém menos 10 por cento em termos reais. Nota-se pelo desempenho dos lojistas que o público está comprando, apenas, bens essenciais, como cama e mesa, roupas, etc, que os empresários classificam de "ramo mole". 19-5-77

ano somou 292.861 unidades, contra 315.059 unidades de igual período de 1976 (queda de 7%). A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), que divulgou esses dados, informa que eles são preliminares e deverão ser consolidados em seu próximo boletim. 2-5-77

Abril com 6,36% bate recorde de dez anos

O custo de vida da família assalariada subiu 6,36% em abril, atingindo o recorde mensal dos últimos dez anos, segundo o índice de preços do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. Nos primeiros quatro meses do ano o aumento alcançou 20,21% e nos últimos doze meses 43,43%. Em março, o custo de vida subiu 4,8%

O item que apresentou maior alta foi Transporte, com elevação de 9,32%, vindo a seguir Alimentação, com 8,72%. Entre os alimentos, as hortaliças apresentaram alta de preços de 47,11% e os artigos de sobremesa 11,52%. As frutas, entretanto, registraram queda de preço de 4,89%, de acordo com os dados do Dieese. 19-5-77

PREÇOS ESTABILIZADOS

O ministro da Fazenda, Mário Simonsen, anunciou ontem, que dentro de duas semanas estará elaborada a lista dos primeiros dez produtos cujos preços serão estabilizados, de conformidade com a decisão do CDE. A estabilização — que cor-

responde a um congelamento de preços até o fim do ano, com exceções para alguns produtos — atingirá basicamente os preços administrados, como as tarifas dos serviços públicos e também alguns produtos agrícolas. 19-5-77

CONJUNTURA

VEJA, 25 DE MAIO, 1977

Ataque unificado à inflação

O Conselho de Desenvolvimento Econômico, na manhã de hoje, discutiu amplamente o problema da inflação", rezava a nota oficial distribuída ao fim da reunião, na quarta-feira da semana passada, em Brasília. Era, aliás, o que se esperava. Afinal, o comportamento dos índices de preços dos últimos tempos, assim como suas estimativas para o início do corrente mês, evidenciavam uma teimosa indiferença do problema em relação aos esforços do governo até agora. Providências de natureza monetária e fiscal, postas em prática com maior ênfase a partir de meados do ano passado, mostraram-se impotentes para evitar que a Fundação Getúlio Vargas estimasse, só para as duas primeiras semanas deste mês, um aumento de 3,2% no Índice de Custo de Vida do Rio de Janeiro — e isto pelo novo critério de elasticidades unitárias, pois, segundo o recentemente proscrito índice de Laspeyres, tal avanço teria se aproximado de 4,4%. Igualmente inquietadoras se afiguravam as estimativas dos técnicos quanto à evolução do Índice de Preços por Atacado (IPA), que poderá crescer 5% em maio.

Corn tão vertiginosa marcha, insinuando a perda de controle sobre o processo inflacionário pelo governo, somente restaria unificar as diretrizes da política oficial para esse setor, que ao longo dos últimos três anos tem sido marcado por conflitos e divergências entre Ministérios e mesmo entre compartimentos de um mesmo Ministério. Assim, a nota oficial deu conta de que, além de "manter as medidas de controle da demanda através da política monetária e fiscal", o CDE decidira "submeter a rigoroso con-

trole o aumento de preços administrados", assim como estudar "preços críticos que serão estabilizados até o final do ano". E, consagrando o recurso à unificação da política antiinflacionária, um decreto presidencial assinado naquele mesmo dia concentrava poderes excepcionais nas mãos do ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen. Preços e tarifas da administração federal direta ou indireta, até então a cargo de diversos Ministérios, passaram assim a depender de "prévia homologação" de Simonsen. Igual condicionamento foi imposto às administrações estaduais e municipais, porém em relação ao Conselho Interministerial de Preços (CIP) — de todo modo, um colegiado sob firme comando do Ministério da Fazenda.

Tamanha ênfase em controle de preços não deixa de ter seu lado irônico. Implicitamente, traduz o insucesso das políticas monetárias e fiscal adotadas — e ainda assim mantidas —, das quais Simonsen sempre foi partidário, ao menos publicamente, e que, em tese, deveriam permitir à mão invisível do mercado tudo ordenar a contento. Diante da falta de tato exibida por esta mão, contudo, Simonsen terá de usar a sua própria para refrear preços através dos pouco ortodoxos controles diretos.

Reações — Surdas manifestações de desgosto foram captadas naquela mesma tarde, em Brasília, no âmbito de Ministérios, pela sensação de perda do poder em relação ao Ministério da Fazenda. Técnicos da área do ministro Shigeaki Ueki, das Minas e Energia, consideraram absurda a decisão do CDE.

No Conselho Nacional de Petróleo, funcionários de segundo escalão mostraram-se revoltados. Técnicos do Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica, por seu turno, exibiam inesperada sensibilidade jurídica, taxando o decreto presidencial de "ilegal". Sentimentos semelhantes foram detectados na área do Ministério da Agricultura.

A decisão do CDE, por certo, terá efeitos psicológicos positivos, desencorajando expectativas inflacionárias por parte dos consumidores. Quanto a isso parece haver consenso. Ao mesmo tempo, acredita-se que produza também efeitos indesejáveis. Por um lado, teme-se que leve a uma recessão, sem uma desaceleração compensadora de preços. E ainda, como prociou o empresário Germano Brito Lyra, novo presidente da Associação dos Diretores das Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento, "a política de preços administrados pode ocasionar inflação reprimida e constituir um problema mais sério no futuro". Opinião semelhante, de resto, tem o economista Carlos Geraldo Langoni, da Fundação Getúlio Vargas. Do ponto de vista dos assalariados, além do mais, seria razoável temer-se, com a nova estratégia, um período de magros reajustes de ordenados. "Isso será simples decorrência do congelamento de preços", afirmou uma autoridade econômica a Carlos Henrique Santos, de VEJA, em Brasília. "Se os preços se mantêm estáveis, para que aumentar salários?" Com o controle de tarifas, por fim, as empresas estatais poderiam ficar abertas à descapitalização, como teme o economista e senador Saturnino Braga.

HORTICULTURA

VEJA, 20 DE ABRIL, 1977

Do efeito à causa

Questão cabocla — Neste verão o clima prejudicou além do normal a produção, o abastecimento se viu reduzido e os preços excessivamente insuflados. Raramente o tomate dera saltos como este: de 70 cruzeiros a caixa (23/25 quilos), em outubro, para 400 na semana da Páscoa; ou o chuchu, de 22 para 120 cruzeiros; cenoura, de 45 para até 250 cruzeiros, ambos no mesmo período. Na semana passada ocorreu o declínio para, respectivamente, 200/300, 100 e 180 cruzeiros. Preços, é claro, de produtos de melhor qualidade, destinados geralmente a supermercados. Para as feiras e quitandas da periferia, os tomates verdes e miúdos ou as cenouras pequenas e enrugadas saíam por 100 e 120 cruzeiros.

O caso do chuchu, então, foi particularmente notável. Não por se ter colocado no centro das preocupações de Simonsen em meio às complexas negociações econômico-institucionais durante sua viagem a Nova York, mas por questões estritamente caboclas. Na baixada Fluminense, por exemplo, o excesso de chuvas acabou com plantações inteiras. E as anotações de dois horticultores paulistas, de Embu e Cachoeira, nas cercanias da capital, revelam que suas produções caíram de 1 283 caixas por hectare (10 000 m²) em março de 1976 para 587 em março último, no primeiro caso, e de 675 para 139, no segundo.

A vez dos porcos — Desta forma, os preços médios recebidos pelos produtores de chuchu, no primeiro trimestre, que subiram lentamente nos três anos anteriores de 29 para 31 e depois a 35 cruzeiros por caixa, saltaram agora para 75. Ainda assim, longe de enriquecer qualquer um deles, pois no segundo semestre, quando a produção é mais abundante com a ajuda climática, certamente o chuchu voltará a ser jogado para os porcos.

O tomate, por sua vez, foi acometido de encargos novos, além das intempéries do tempo. Isso indicaria que não se deve esperar a volta dos preços registrados, na semana passada, em feiras e supermercados paulistanos, de 20 a 25 cruzeiros o quilo (um terço do que ganha por dia uma empregada doméstica em São Paulo) para os níveis mesmo próximos dos 5 ou 6 cruzeiros o quilo observados no inverno do ano passado. Afinal, uma lavoura de tomate levaria, em média, 6 toneladas de adubos e corretivos por hectare — e o adubo deixou de ser subsidiado.

Da polêmica toda que envolveu o chuchu e seus congêneres pela via do efeito, isto é, dos preços tidos como inflacionários, seria de se esperar, agora, que as autoridades abordassem a causa primária do fenômeno: a produção, nos últimos anos crescendo em ritmo bem inferior ao consumo. Fenômeno, aliás, similar ao do feijão e exatamente oposto à atenção concedida a produtos exportáveis, como soja e café.

INFLAÇÃO VEJA, 27 DE ABRIL, 1977

ALIMENTOS:

70% do SALÁRIO^{cb}

Um ensaio do economista inglês John Maynard Keynes alertava, em 1919, que "não há meio mais sutil nem mais seguro de revirar a base da sociedade que corromper a moeda". Nos últimos doze meses, a inflação brasileira chegou a 46,4%. E o mais angustiante é que nos últimos quinze meses não houve qualquer sinal consistente de declínio. Com a persistência dos índices elevados criou-se um disseminado clima de mal-estar, do qual não se salva qualquer segmento da sociedade.

Contabilidade caseira — Com variações de tom, em todas as classes sociais avolumam-se as reclamações sobre a carestia de vida. Contra os 16,5% de acréscimo no item "Alimentação" nos últimos três meses, registrados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a contabilidade caseira defronta-se com índices bem mais elevados.

Contra-ataque — No entanto, a persistirem as pressões altistas verificadas no primeiro trimestre, as alterações no peso dos produtos alimentares no cálculo do custo de vida prometem ser frenéticas. De acordo com levantamentos feitos pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE) da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, os alimentos custaram, em março, 6,22% a mais que em fevereiro. E os aumentos não se ativeram às hortas. Nos mata-douros, galinheiros ou currais de ordenha também houve uma decidida invasão altista. No mês passado, as cotações dos ovos subiram 20,84%, do leite, 15,39%, e da carne bovina de primeira com osso, 12,06%. Esses índices foram calculados a partir de uma ampla pesquisa junto aos operários da indústria de Porto Alegre.

Com efeito, no pesadelo inflacionário, o custo de vida desempenha o papel de maior vilão. Isso porque os coadjuvantes do drama da sobrevivência não têm o costume de consultar, a cada dia de feira, os manuais da economia. Assim, o consumidor não encara com tanta confiança, como as autoridades, a possibilidade de que os preços sejam contidos. A funcionária pública estadual carioca Wilma Freitas, por exemplo, nunca ouviu falar dos índices da Fundação Getúlio Vargas. E só encontra uma explicação bem-humorada para o dinheiro cada vez mais escasso: "Nesse país onde tudo vai para a frente, os preços também vão". Já o feirante de sua cidade, Sebastião Alonso Albuquerque, sabe da existência dos índices da FGV, mas não se sente particularmente emocionado. "Eles escrevem lá o que eles querem", comenta categórico. "Eles nunca acordaram às 2 da manhã, como nós, para fazer compras no Mercado e depois vir para cá com sol bu chuva."

De fato, mesmo que o governo se disponha a aumentar a fiscalização do comércio dos hortigranjeiros, ou mexer nos índices de inflação, a estrutura agrícola não sofrerá qualquer influência.

Um exemplo: os técnicos da Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco (FEPA) reconhecem, com tristeza, que entre 1970 e 1973 a cultura de cana-de-açúcar na Zona da Mata — região mais fértil do Estado — avançou sua fronteira 60%; as terras ocupadas eram antes cobertas por matas ou pela cultura de hortifrutigranjeiros. De outra parte, a pecuária começa a deslocar do agreste meridional pernambucano as culturas de tomate e repolho. E no vale do Ipojuca, responsável por mais de 10% do abastecimento de hortifrutigranjeiros do Grande Recife, a pecuária ocupa as terras utilizadas anteriormente para horticultura.

Grzndes x pequenos — Mais ainda, como observa Casemiro José Masson, arrendatário de uma área de 1,5 alqueire nos arredores de Curitiba, "aumentou o preço da gasolina, o da semente subiu 100% nos últimos meses, o governo tirou o subsídio do adubo e o caminhão de estercor está custando 2 000 cruzeiros. Por isso não é justo que se reclame do preço da alface".

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) de São Paulo, um trabalhador brasileiro, recebendo o maior salário mínimo vigente no país — 768 cruzeiros —, gasta exatamente 69,81% desse valor na compra da ração básica mensal estabelecida pelo Decreto-Lei 399 de 30 de abril de 1938*. No mesmo estudo, o DIEESE chega à conclusão de que a remuneração mínima para que o operário possa se alimentar, vestir, abrigar, dar higiene e transporte para sua família deveria ser de 3 741 cruzeiros. Mesmo considerando ser bastante difícil estabelecer, com alguma margem de exatidão, quais os padrões salariais compatíveis com as necessidades brasileiras, percebe-se que, em todos os órgãos sindicais, as reivindicações ultrapassam largamente os níveis atuais. O presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Porto Alegre, Olívio de Oliveira Dutra, denuncia uma dupla perda do assalariado hoje em dia: a primeira, pela inflação acelerada; e a segunda, pelos reajustes abaixo do aumento do custo de vida. Para comprovar esta afirmação, Oliveira Dutra toma como referência o salário nominal dos bancários de Porto Alegre em setembro de 1964. Desde então, segundo seus cálculos, o salário aumentou 1 513% e o custo de vida — com base nos índices oficiais —, 2 795%, o que significaria uma perda de 44,0% do poder aquisitivo. Um segundo estudo aponta que a produtividade, no mesmo período, teria aumentado 68,0%. "Prova disso", argumenta Oliveira Dutra, "é que os bancos não costumam ter prejuízo e chegam a ter lucros de 160% de um ano para o outro."

* A ração mínima compõe-se de 6 quilos de carne, 7,5 litros de leite, 4,5 quilos de feijão, 3 quilos de arroz, 1,5 quilo de farinha de trigo, 6 quilos de batata, 9 quilos de tomate, 6 quilos de pão, 600 gramas de café, 7,5 dúzias de banana, 3 quilos de açúcar, 750 gramas de farinha e 750 gramas de manteiga.

CAFÉ VEJA, 25 DE MAIO, 1977

Caso resolvido?

Na quinta-feira da semana passada, o Conselho Monetário Nacional (CMN) decidiu congelar os preços do café ao consumidor até dezembro, numa tentativa de ajudar a frear a elevação do custo de vida. Mas não foram divulgados os mecanismos pelos quais o abastecimento interno seria garantido nessas circunstâncias, diante dos preços no exterior, obviamente mais atraentes. O ministro da Indústria e do Comércio, Ângelo Calmon de Sá, fez um certo suspense ao transferir a explicação dos detalhes para a entrevista que o presidente do Instituto Brasileiro do Café (IBC), Camilo Calazans de Magalhães.

Esquema — Preparada para enfrentar surpresas variadas, a estratégia para garantir o preço atual estabelece que, até o final de junho, quando acabam os estoques do IBC para o consumo interno da região centro-sul (para o nordeste haverá até dezembro), os cafés tipos 7 e 8, de cotação inferior no mercado externo, mas indispensáveis ao abastecimento interno, estão com a sua exportação expressamente proibida. Então, a partir de 1.º de julho começa o que deve ser um impecável controle indireto. De posse de autorizações a serem fornecidas pelo IBC, os torrefadores terão o direito de comprar café dos exportadores a 2 000 cruzeiros a saca (de 60 quilos). Estes, por sua vez, para obter registros de exportação, terão de apresentar comprovantes de vendas internas do café naquelas condições. E como o governo, em vista do esgotamento dos estoques e da estimativa de produção da próxima safra, não pretende exportar mais que 1 milhão de sacas por mês, surge a revelação de um contingenciamento subentendido. Isto é, só se poderá exportar na proporção de duas sacas por uma vendida no país, já que os papéis a serem distribuídos pelo IBC aos torrefadores estipulam um consumo interno de 500 000 sacas mensais.

Isto posto, pode-se prever que a receita cambial não deverá seguir o ritmo do primeiro quadrimestre — 1,4 bilhão de dólares. Mas, certamente, não se pretende que seja extremamente inferior. E, para tanto, implicitamente será convocado a cooperar o consumidor estrangeiro. Quer dizer, se venderá menos, mas a melhores preços.

Os exportadores compensarão no exterior a perda local de lucros.

CAFÉ Cr\$ 60,00 O QUILO

O quilo do café passa a custar Cr\$ 59,40 a partir de hoje na Região Centro-Sul e Cr\$ 61,00 no Norte-Nordeste. 14-4

PRO ALCOOL: 9,6 bilhões

O Conselho de Desenvolvimento Econômico apro-

SOJA VEJA, 11 DE MAIO, 1977

Além do confisco

Refeitos da surpresa do aumento de 7% para 12% do confisco sobre o valor da soja exportada — em grão, óleo ou farelo —, os representantes dos produtores gaúchos e paranaenses tinham razões na semana passada para desconfiar que talvez estejam condenados à mesma espécie de esquema que controla o café há mais de trinta anos — o do confisco permanente. Embora os presidentes das federações de agricultura dos dois Estados não se conformassem — “Paulinelli disse aqui que não haveria aumento”, lembrou, em Porto Alegre, Iber Silvestre Benvegno; —, a verdade é que de parte dos produtores, em geral, não chegou a haver maiores reações.

Na verdade, aos preços do dia em que foi aumentado o confisco (terça-feira da semana passada), de 390 dólares a tonelada, a safra continua a ser altamente rentável. No interior do Rio Grande do Sul, mesmo perdendo 38 cruzeiros por saca (60 quilos), cada uma delas ainda garantia ao agricultor cerca de 200 cruzeiros. E não havia sinais visíveis de desestímulo. A 500 quilômetros de Curitiba, em Cascavel, Airton Bergamini, representante da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná na região, previa que a área de plantio continuará crescendo.

Perspectivas — Tal impressão, aliás, confirmaria projeções da Comissão de Financiamento da Produção (CFP), que antecipam significativa expansão do produto no Paraná e Mato Grosso, para a próxima safra. Ao mesmo tempo que estimam com segurança que os preços, no próximo ano, se manterão elevados. Por isso mesmo, já parece ponto pacífico para os técnicos da CFP, em Brasília, que o confisco variável não será a última nem a mais decidida medida a atingir a soja. De fato, constam das intenções do governo, numa modificação na política de estímulos à agricultura, fazer o plantador de soja reinvestir lucros na lavoura, liberando parte dos recursos oficiais que recebe para algodão, milho, arroz e mamona. O que, mesmo no caso de dar bons resultados, não isenta o governo de críticas à improvisação.

Em Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, o presidente da cooperativa local, agrônomo Ciro Dias da Costa, exaltado pelo aumento do confisco, pedia, na sexta-feira passada, a demissão dos ministros da Agricultura e da Fazenda

vou ontem recursos de 9,6 bilhões de cruzeiros para aplicação, este ano, no Programa Nacional do Alcool. O montante foi estabelecido com base nos 112 projetos analisados e em via de concretização. As cotas serão fixadas pelos setores diretamente ligados ao Pró-Alcool e submetidas à aprovação do CDE na próxima semana. A meta a atingir até 1980 é de três bilhões de litros. 29-4

CRÉDITO RURAL VEJA

27 DE ABRIL 1977

Dez anos depois

O I Encontro Nacional de Crédito Rural, realizado de segunda a quarta-feira da semana passada no atapetado e colorido Auditório Macedo Soares do Hilton Hotel, em São Paulo, talvez tenha alcançado melhor resultado como uma espécie de balanço do que pelas conseqüências de ordem prática. De fato, sobre quase uma centena de funcionários de carteiras agrícolas de bancos privados reunidos no evento, despejaram-se torrentes de números por três dias seguidos, a demonstrar as conquistas de dez anos do Sistema Nacional de Crédito Rural (criado pela Resolução 69 do Conselho Monetário Nacional em 1967).

Os recursos destinados ao crédito agrícola, da ordem de 6,5 bilhões, em 1969, pulavam para 141 bilhões no ano passado (para este ano estão previstos 218 bilhões no orçamento monetário da União). Esse crescimento se acelerou, a partir de 1974, “como saída para evitar que ali se encerrasse mais um ciclo agrícola brasileiro”, conforme explicou o ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, no dia da abertura do Encontro. Segundo ele, não fosse a expansão do crédito rural, a produção teria voltado a marcar passo como decorrência inevitável da recessão deflagrada pela crise do petróleo. Tornava-se aceitável, por tal desígnio, que o peso do crédito representasse mais de 80% do valor da produção contra pouco mais de 30% alguns anos atrás.

Mas, indiretamente, aquela massa de recursos também propiciou — como admitiu Paulinelli — as notas “frias” de compra de fertilizantes, o financiamento a projetos inexistentes e sua aplicação no mercado paralelo ou na compra de supérfluos. Em parte por isso mesmo, ele achava difícil, corroborando José Ribamar Melo, da carteira agrícola do Banco Central, ver atendida a principal reivindicação dos bancos privados — a de participarem em programas especiais a cargo exclusivo dos bancos oficiais, como EGF (garantia de preços mínimos), Proterra, Polonordeste e outros. Afinal, essa pulverização de agentes financeiros tornaria ainda mais difícil a fiscalização do setor. Além do mais, esses programas a juros subsidiados não são lucrativos. Nada indica, assim, que a curto prazo vá se alterar o quadro que atribui aos bancos oficiais a maior fatia — 60% — na distribuição do crédito rural.

AÇUCAR UNE BRASILE CUBA

Brasil e Cuba conseguiram formar um bloco de posições sólidas na América Latina, que eles representarão na reunião do açúcar em Genebra. Isso foi conseguido graças à criação do chamado Geplacea (Grupo Especial de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar) que, além de ter função didática ensinando os exportadores mais neófitos a comercializarem o produto, também tem um aspecto político interessante na medida em que dá unidade aos interesses hemisféricos na colocação de sua produção açucareira. 27-3-77

Uma opção para a agricultura?

Eficientes na produção, as cooperativas partem, agora, para projetos de colonização

No começo de março, quando visitou o Rio Grande do Sul, o ministro Mário Henrique Simonsen foi bombardeado por uma enxurrada de queixas dos empresários gaúchos. Surpreendentemente, porém, pelo menos uma delas não era dirigida contra o governo. Assustados com o potencial econômico atingido pelas cooperativas no Estado, os comerciantes gaúchos aproveitaram a oportunidade para denunciar a sua expansão "em atividades concorrentes com a iniciativa privada, constituindo-se assim em uma ameaça mais séria do que a estatização". As 437 cooperativas existentes no Rio Grande do Sul foram responsáveis, entre outras coisas, por 75% da produção de soja e 92% da safra de trigo do Estado, em 1976, totalizando 7 milhões de toneladas de grãos. Este ano, um pool de cooperativas do Centro-Sul deverá exportar 800 mil toneladas de soja.

Expansão — O poderio de muitas cooperativas também pode ser medido por alguns planos ambiciosos. A Cotrijuí (Cooperativa Regional Triticola Serrana), por exemplo, que já opera numa ampla gama de atividades em 21 municípios do Rio Grande do Sul — incluindo desde um terminal graneleiro para 220 mil/t até hospitais e uma cadeia de nove supermercados e seis lojas (sem dúvida uma das fontes do protesto dos comerciantes locais) —, prepara-se agora para se expandir em uma nova área: a da colonização. Em 400 mil hectares recebidos do governo, na região de Altamira, no Pará, a Cotrijuí deverá instalar, num prazo de dez anos, em lotes de 200 hectares, 2 mil famílias de minifundiários gaúchos, garantindo-lhes assistência técnica e econômica, bem como a comercialização da safra. Além da Cotrijuí, no Pará, há duas outras cooperativas com projetos similares — uma delas a Copercotia, de São Paulo, com projetos de colonização na região dos Cerrados, em Minas Gerais.

Essas iniciativas — saudadas pelo ministro Alysso Paulinelli "como um novo estilo de reforma agrária" — colocam uma pergunta importante:

até que ponto a estrutura do cooperativismo agrícola do Brasil — que já demonstrou a sua eficácia em termos de produção — está apta, se não a resolver, pelo menos a atenuar o delicado problema agrário brasileiro, que envolve atualmente 7 milhões de bóias-frias, milhares de posseiros e

Para Paulinelli, "um novo estilo de reforma agrária"

2,4 milhões de minifúndios (72% dos imóveis para 12,5% da área total) segundo dados do Incra?

Prós e contras — Gervásio Tadashi Inoue, presidente da Cooperativa de Cotia, acredita que a ocupação das novas fronteiras, através de uma reforma agrária baseada em cooperativas, poderia beneficiar milhares de pequenos proprietários. Mas ressalva: "Desde que o governo, que não quer desapropriar, financie a compra de terras pelas cooperativas e dê apoio para evitar a minifundização de subsistência".

O próprio secretário geral do Ministério da Agricultura, Paulo Romano, atribui papel importante às cooperativas na expansão das fronteiras agrícolas: "Elas evitam as disputas pela posse da terra e dão a segurança de que não haverá fracasso econômico por inexperiência".

Por seu lado, o deputado Jerônimo Bastos, do MDB de Roraima, presidente da CPI da Câmara que investiga o sistema fundiário brasileiro, tem outros motivos para apostar nas cooperativas: "O Incra, que deveria ser o encarregado disso, por ineficiência e boa dose de corrupção abandonou a reforma agrária, falhou na colonização e hoje está agindo apenas em favor das grandes empresas".

Limitações — No entanto, quem vive o dia-a-dia das cooperativas no Bra-

A legislação não incentiva a criação de novas cooperativas

sil garante que sua expansão enfrenta problemas sérios. Geraldo Diniz Junqueira, da Cooperativa de Orlândia, para quem não se deve transformar o cooperativismo "em muleta para propriedades e culturas inviáveis", explica: "Só acredito na cooperativa quando é uma associação de proprietários que, individualmente, já têm a sua eficiência garantida". Além disso, para Junqueira, a própria legislação inviabiliza cooperativas de pequenos proprietários no Brasil. "Pela lei, as transações financeiras de uma coope-

rativa precisam ser avaliadas pela sua diretoria, e se ela for composta apenas de pequenos agricultores sem recursos, nenhum banco aceitará o seu aval", diz ele.

O presidente da Cooperativa Agrícola de Cotia igualmente entende que "a legislação atual é boa para as cooperativas fortes já existentes. No entanto, não incentiva a formação de novas. E o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, que deveria dar o necessário estímulo financeiro, nunca foi provido de recursos suficientes".

Tadashi vê também barreiras estruturais ao desenvolvimento do cooperativismo. "O problema é que o governo tem pressa de atingir metas quantitativas para aliviar a balança comercial. E é lógico que as grandes empresas, que além dos incentivos fiscais contam com tecnologia multinacional, são mais rápidas na execução de projetos exportadores", explica. Mas acrescenta: "A cooperativa tem a vantagem de cuidar simultaneamente da produção e do aspecto social".

A opção agro-exportadora, segundo Tadashi, estaria acarretando, inclusive, desvios sérios mesmo nas cooperativas já existentes: "Na área de exportação, as cooperativas têm que adaptar sua estrutura à das multinacionais. E o pequeno agricultor, ou acompanha o ritmo, ou é expurgado". **Desafio** — Essa opinião coincide com a de estudiosos do campo brasileiro, como o sociólogo Vinícius Caldeira Brant e o economista João Manoel Cardoso de Melo. Para eles, uma ocupação diferente da nova fronteira, com base em cooperativas, teria que vir acompanhada de um modelo econômico que não dependesse tanto das exportações agrícolas, "onde a grande empresa desempenha papel relevante". Do contrário, segundo Caldeira, "o governo estaria bancando os altos custos de instalação de colonos em cooperativas, apenas para atenuar os efeitos sociais negativos de sua política agrária".

A verdade é que até agora o governo não encontrou uma alternativa capaz de viabilizar o desenvolvimento rural sem aumentar, ao mesmo tempo, a preocupante estatística dos bóias-frias e minifundiários. Porém, diante das terras virgens disponíveis (3,7 milhões de hectares só nos Cerrados), um ponto não pode ser esquecido: enquanto o conjunto de projetos da área da Sudam não gerou mais do que 30 mil empregos, a Fecotriga viabilizou a sobrevivência de 150 mil agricultores no Rio Grande do Sul, boa parte deles com lotes de apenas 50 hectares.

EUA: ACORDO MUDARÁ COM TEMPO cb

WASHINGTON — O governo norte-americano acredita que o acordo nuclear entre o Brasil e a Alemanha, por ser um projeto a longo prazo, poderá no futuro adequar-se às normas pretendidas pelos Estados Unidos, por meio de estudos que apontem novas alternativas não-produtoras de plutônio e participação voluntária dos dois países em programas internacionais de cooperação. Essa posição foi manifestada por Zbigniew Brzezinski, assistente do presidente Carter para assuntos de segurança nacional, a bordo do avião que o levou de volta a Washington após a conferência de Londres, anteontem. Esta é a entrevista concedida por Brzezinski aos jornalistas norte-americanos:

Os EUA estão abandonando seus esforços para impedir a Alemanha Federal de vender equipamento de processamento nuclear ao Brasil?

"Bem, a resposta honesta é que: 1 — nós ainda não gostamos do acordo; 2 — nós

O ESTADO DE S. PAULO

esperamos que não haja futura disseminação de reatores fast-breeder e instalações de reprocessamento; 3 — nós não temos condições de deter os aspectos imediatos do acordo germano-brasileiro; 4 — mas nós reconhecemos que o acordo germano-brasileiro é um acordo a longo prazo, o qual implica diversas fases.

"E nossa esperança é a de que será possível estabelecer, por meio de estudos conjuntos, que há alternativas, meios não-produtores de plutônio, de fazer a energia atômica economicamente viável e que certos acertos podem envolver centros internacionais, foruns internacionais de cooperação, e que, então, acordos como o germano-brasileiro, mais tarde, por meio da participação voluntária desses países, possam se adequar à nossa moldura de cooperação."

Essa esperança, a curto prazo, foi-se?

"Penso que vocês estão superdramatizando o assunto.

porque o acordo germano-brasileiro não é um acordo que possa ser considerado de curto prazo. É uma coisa progressiva, a longo prazo e, assim, sua total implementação pode, realmente, adequar-se a um quadro internacional, desde que esses dois países concluem que seus interesses possam realmente ser atendidos. O propósito do estudo é estabelecer se nós podemos, realmente, produzir uma alternativa viável economicamente. Esse estudo, como vocês sabem, será, primeiro, um estudo rápido para desenvolver padrões de referência e, depois, um estudo mais abrangente e mais profundo".

Quando os EUA decidiram não tentar bloquear o acordo germano-brasileiro? Antes ou depois da conferência de cúpula?

"Eu não posso dar uma resposta precisa a isso. Quando nós assumimos, em janeiro último, a primeira coisa que fizemos foi tentar estabelecer até onde as ne-

O ESTADO DE S. PAULO
gociações germano-brasileiras haviam ido. Nós pedimos aos alemães para adiar a implementação, de modo que tivéssemos conversas amplas e imediatas a respeito, por causa da preocupação anunciada, anteriormente, pelo governador Carter quando era candidato, mas também por causa da política do presidente Ford, delineada em outubro, que era um passo importante.

"Foi no curso dessas conversações conjuntas, enquanto a implementação do acordo era suspensa, que se tornou crescentemente claro para nós que, no mínimo, a primeira fase teria de seguir adiante. Os alemães estavam comprometidos por obrigações contratuais. O que emergiu dessas negociações — e isso eu quero realmente enfatizar — é o reconhecimento compartilhado de que a proliferação é de fato um perigo. Se vocês rememorarem os pontos de vista das partes, até tão recentemente quanto um ano atrás, verão uma mudança que não deve ser subestimada. 13-5-77

CANCELAR O ACORDO cb

CARACAS — O ex-presidente venezuelano Romulo Betancourt está propondo, em um livro a sair proximamente, que a Venezuela cancele todos os contratos com empresas alemãs e feche os portos aos produtos daquele país caso o acordo nuclear firmado com o Brasil não seja interrompido. Betancourt, um dos mais importantes líderes do partido governista, a *Acción Democrática*, afirma nesse livro ("Jimmy Carter, o Homem e o Presidente") que a

Venezuela, a Colômbia e outros países da área amazônica tem o direito de sentir-se ameaçados caso o Brasil tenha acesso a armas atômicas. O livro analisa as mudanças na política externa dos EUA no atual governo e faz referências a fatos recentes da política brasileira. Chama Geisel de "usurpador", critica suas reformas políticas e diz que o atual regime brasileiro "cairá", embora "não possa prever sob quais circunstâncias". 19-5-77

Alemanha garante

PARIS — O acordo nuclear com o Brasil é de importância capital, tanto para as relações germano-norte-americanas, quanto para as relações da Alemanha com o terceiro mundo e com a França. A afirmação, feita pelo embaixador alemão em Paris, Axel Herbst.

Para Herbst, a Alemanha não pode renunciar a fornecer ao Brasil uma usina de retratamento de combustível irradiado. 5-5-77

ROCKEFELLER PREOCUPADO cb

NOVA YORK — O ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Nelson Rockefeller, manifestou ontem apoio à campanha do presidente Jimmy Carter em favor dos direitos humanos, mas advertiu contra os riscos de uma política indiscriminada e inflexível. "Neste sentido, temos muito mais em comum com alguns antigos e leais amigos, como o Brasil, do que com a União Soviética ou com a Uganda", afirmou Rockefeller. 11-5-77

Todman: Brasil é caso à parte

Respeitar a individualidade e soberania de todos os países; fazer todo o possível com respeito aos direitos humanos; e empreender grandes esforços no sentido de resolver os problemas econômicos da América Latina. Estes são os três princípios básicos da política dos EUA em relação ao hemisfério — segundo disse ontem em Brasília o subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Terence Todman.

O representante norte-americano assegurou que seu país "não tem a preten-

são, em relação aos direitos humanos, de estabelecer normas de procedimento para o comportamento de outras nações. O relatório do Congresso dos EUA mostra que o Brasil de modo algum se insere na categoria de outros tantos países".

Todman disse ainda que o presidente Carter poderá visitar o Brasil, futuramente. O Itamarati revelou-se satisfeito com os resultados da visita do subsecretário, e acredita que há condições para a breve retomada do diálogo com Washington. 14-5-77

Todman retorna otimista

Antes de seguir para a Bolívia, última etapa de sua viagem pela América Latina, o subsecretário norte-americano Terence Todman disse, ontem cedo no aeroporto do Galeão, que pretende "voltar ao Brasil muitas vezes, para visitas mais

longas", e que as reuniões que teve em Brasília permitiram "um melhor entendimento entre os dois países". Nos

meios diplomáticos de Brasília, a impressão causada por sua visita foi a de que a normalização de relações e o bom en-

tendimento entre os governos dos dois países podem ocorrer com mais facilidade e rapidez do que se pensava, esperan-

do-se que um passo concreto para isso seja o encontro entre Azeredo da Silveira e Cyrus Vance, nos próximos meses. 15-5

ARGENTINOS CRITICAM SILVEIRA cb

O ESTADO DE S. PAULO 7-5-77

BUENOS AIRES — "A forma como age o ministro Azeredo da Silveira — de maneira imprópria e ofensiva — demonstra que o governo do Brasil não tem o menor interesse em estabelecer negociações trilaterais com a Argentina e o Paraguai para resolver os pro-

VEJA, 25 DE MAIO, 1977

DIPLOMACIA

A satisfação do chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira com os resultados de seu depoimento de três horas na Comissão de Relações Exteriores do Senado, na terça-feira da semana passada, durou apenas até a manhã do dia seguinte. Apesar de ter sido uma reunião secreta, a indiscrição de alguns senadores fez com que vazassem para os jornais as declarações mais francas e informais feitas pelo chanceler à Comissão, sobre os problemas diplomáticos em torno da hidrelétrica de Itaipu e do acordo atômico Brasil-Alemanha.

É evidente que, em se tratando de uma conversa secreta, Silveira falou mais à vontade do que normalmente aconselham as boas normas do comportamento diplomático. Não contava, porém, com o vazamento, que provocou assombro e uma ponta de indignação principalmente nas chancelarias de Assunção e de Buenos Aires. "Itaipu vai gerar energia em 60 ciclos", teria dito o ministro Silveira aos senadores. "Isso porque hoje

O ESTADO DE S. PAULO

'ABERRANTE DESAFIO' cb

BUENOS AIRES — Os argentinos esgotaram todos os adjetivos polidos para qualificar a investida do chanceler brasileiro Azeredo da Silveira contra o governo de Buenos Aires na questão das hidrelétricas de Corpus e Itaipu: "gesto estranho", "atitude insólita", "ação inqualificável" e "palavras aberrantes" são expressões usuais em todas as áreas militares e civis. Mas os adjetivos se tornam ainda mais duros nos comentários mais íntimos dos altos escalões governamentais, onde a conclusão é uma só: a agressividade de Azeredo da Silveira não tem paralelo em toda a história diplomática latino-americana atual, e só pode ser interpretada como "um desafio, um desnecessário e aberrante desafio", a um país que, como a Argentina, busca uma forma de convivência harmônica, pacífica e fraternal com seu mais importante vizinho.

"O diálogo que o general Geisel ofereceu com a mão direita ao chanceler Augusto Guzzetti, durante a

blemas das hidrelétricas do rio Paraná". Esse comentário feito pelo influente semanário "Última Clave", habitual porta-voz das Forças Armadas da Argentina, e, aparentemente, motivou a inesperada viagem que o embaixador brasileiro em Buenos Aires, Cláudio Souza, realizou na noite de

quinta-feira a Brasília "para efetuar urgentes consultas". Coincidentemente, a Chancelaria argentina chamou a Buenos Aires, na mesma data, o seu representante em Brasília, Oscar Camilion.

O semanário revelou, em seu último número, que a "alta fonte governamental,

brasileira", que, há dez dias, chamou a política exterior argentina de "retórica" — ameaçando até acusar a Argentina nos tribunais internacionais se tentar construir a hidrelétrica de Corpus de acordo com o seu projeto original — não é outro senão o próprio chanceler Azeredo da Silveira.

AS CONFIDENCIAS DE SILVEIRA cb

não existe mais a política pendular do Paraguai entre o Brasil e a Argentina. O pêndulo agora tende somente para o Brasil."

Como o governo paraguaio considera uma questão de soberania nacional o problema da ciclagem de Itaipu, a franqueza do chanceler brasileiro, se confirmada, ameaçaria fazer desabar todo um meticuloso e paciente trabalho diplomático em torno do aproveitamento hidrelétrico da bacia do Prata. Na verdade, uma declaração mais perigosa do que a feita em relação ao acordo atômico, que acabou não tendo maiores repercussões externas. "Se a Alemanha quisesse apenas testar sua tecnologia", teria dito ainda o ministro Silveira, "escolheria um país africano qualquer e não o Brasil."

Desmentidos — Diante de tais perspectivas, logo após a leitura dos jornais, na manhã de quarta-feira, o ministro chamou seu assessor de Imprensa, Guy

Marie de Castro Brandão, para a elaboração de uma nota oficial. Durante todo o dia trabalharam na nota e ainda assim ela foi distribuída três vezes aos jornalistas: por duas vezes Brandão a entregou à imprensa e pediu de volta, para fazer alterações em seu texto. No final, ela dizia que "o assunto da ciclagem do Paraguai, como todos os demais temas referentes à soberania daquele país, é da exclusiva competência do governo da nação irmã".

Sem sentido — Tantos cuidados, no entanto, não impediram repercussões no exterior. No fim da tarde da mesma quinta-feira, o embaixador brasileiro em Buenos Aires, Cláudio Garcia de Souza, viu-se cercado por jornalistas no Palácio San Martín, sede da chancelaria argentina, que queriam saber o motivo de sua inesperada conversa de meia hora com o embaixador Federico Bartfeld, chefe do Departamento de América Latina do Ministério. Polidamente, Souza disse que fora convidado

DIALOGO BILATERAL cb

Brasil e Argentina poderão trocar a tentativa de um diálogo trilateral por um entendimento bilateral a respeito das divergências no aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná. Essa é a conclusão lógica a tirar do impasse criado pela resistência de Itamaraty a uma conversa trilateral sobre os problemas energéticos da bacia do Prata, proposta pelo presidente argentino Jorge Videla.

A tendência que prevaleceu foi a de não responder nem "sim" nem "não" ao palácio San Martín e esperar que os argentinos vissem nessa atitude o desinteresse do Brasil pela tese. A proposta tripartite foi entregue há quase dois meses ao Itamaraty, depois de ser encaminhada ao parceiro argentino no rio Paraná, o Paraguai. A chancelaria paraguaia aceitou, com reservas a conversa trilateral, mas o Itamaraty se opôs. 21-5

JUNTA PREOCUPADA cb

BUENOS AIRES — Em reunião de três horas, a Junta Militar argentina analisou com preocupação a divergência com o Brasil no caso da construção das represas de Itaipu e Corpus, no rio Paraná. Segundo a agência Notícias Argentinas, as relações diplomáticas com o Brasil podem entrar "numa fase delicada", como admitem porta-vozes autorizados da Chancelaria argentina e a imprensa.

Os porta-vozes da Chancelaria afirmaram que "a atitude de um setor dirigente da diplomacia brasileira, liderado por Azeredo da Silveira, não corresponde à posição construtiva e responsável assumida pela Argentina no âmbito externo". Lembraram que quando o então chanceler Cesar Guzzetti esteve em Brasília, em dezembro último, "recebeu garantias de que o Brasil aceitaria as negociações trilaterais". 22-5-77

Reunião da Bacia do Prata, em Brasília, o ministro Azeredo da Silveira chuta agora com os dois pés", comentou, irritado, um alto especialista militar argentino, deixando de lado os cuidados diplomáticos, "já que o próprio chanceler brasileiro faz questão de não o ter".

Citou, inclusive, o apoio "aberto e desinteressado" que o governo argentino deu ao Brasil, há três meses, na questão do acordo nuclear com a Alemanha Federal, como "um exemplo concreto e objetivo de cooperação e amizade", em troca do qual o governo do presidente Videla nada exigiu. "a não ser o respeito como caminho para o entendimento entre países irmãos".

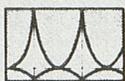
Do ponto de vista tecnológico, a Argentina — com uma usina atômica em pleno funcionamento — está pelo menos 20 anos na frente do Brasil na exploração nuclear. E se quisesse tirar proveito desta vantagem, bastaria talvez o silêncio. 21-5-77

VEJA, 20 DE ABRIL, 1977

As novas regras, criadas em duas semanas

Durante os catorze dias em que o Congresso esteve sob recesso, Geisel decretou as seguintes medidas:

Presidência da República



- O mandato presidencial passa a ter a duração de seis anos.
- A eleição foi antecipada de 15 de janeiro para 15 de outubro.
- O mandato do presidente Geisel continuará sendo de cinco anos.

Governadores de Estados



- A eleição dos governadores será sempre indireta.
- O colégio que elegerá os governadores será composto dos membros das assembleias legislativas e de delegados das câmaras municipais.
- A eleição foi antecipada para o dia 1.º de setembro.

Senado



- Um terço dos representantes será eleito por via indireta, pelo colégio que elegerá os governadores.
- Cada partido passa a ter o direito de instituir até três sublegendas para a disputa em eleições diretas das ou-

tras duas vagas, em cada Estado.

Câmara Federal



- Foi fixado o limite máximo de 420 representantes.
- A proporcionalidade da representação será calculada segundo a população de cada Estado, e não mais segundo o número de eleitores.
- Nenhum Estado terá mais de 55 ou menos de seis deputados.

Constituição



- Qualquer emenda à Constituição Federal será aprovada através do voto da maioria dos membros do Congresso Nacional, e não mais pelo voto de dois terços.
- As propostas de emendas poderão ser feitas pelo presidente da República ou por um terço dos membros de cada Casa do Congresso.

Lei Falcão



- As limitações impostas à propaganda eleitoral instituídas no ano passado apenas para os pleitos municipais passam a se estender às eleições gerais.

Prefeitos e vereadores



- Os prefeitos e vereadores a serem eleitos em 1980 exercerão um mandato-tampão de apenas dois anos, para permitir a coinci-

dência geral das eleições, em 1982.

Poder Judiciário



- Foi promulgada a reforma do Poder Judiciário conforme projeto que havia sido elaborado pelo Poder Executivo.

Férias



- Foram introduzidas alterações na Consolidação das Leis do Trabalho com o objetivo de estender por trinta dias corridos o período de férias dos trabalhadores.

Denúncia vazia



- Através da "denúncia vazia", o locador podia exigir a entrega de um imóvel, ao fim do contrato. Agora foi fixado prazo (proporcional ao tempo de ocupação) para que o inquilino desocupe o imóvel.

Impostos



- Passa a ser possível a criação, o aumento e a cobrança imediata de impostos, a qualquer época, mediante lei complementar.

Concursos públicos



- Nenhum concurso para preenchimento de cargo público terá validade maior que quatro anos, a contar da homologação.

FOLHA DE S. PAULO

Cercado mas não Perdido

Se o encontro de prefeitos emedebistas realizado ontem em Piracicaba não chegou a ganhar ampla repercussão, especialmente no seio da população — o comício programado para o final esvaziou-se por falta de público — serviu ao menos para delinear os rumos que deverá seguir a Oposição, para continuar navegando no mar sem horizontes da atual situação político-institucional.

Frustrada em seu objetivo de chegar imediatamente ao poder, em razão do cancelamento das eleições diretas aos governos estaduais, contido no "pacote" de reformas do Poder central, a Oposição chegou a resvalar no desânimo, em muitos Estados, dando a teses derrotistas como a de autodissolução do partido.

E mesmo na concentração de ontem não faltou quem propugnasse essa solução: renúncia coletiva de senadores, deputados, vereadores e prefeitos do MDB, como forma de obrigar o Governo a restabelecer as garantias constitucionais e a alternância do poder, única razão de ser da Oposição.

Arenistas fazem

Mesmo sem fazer qualquer referência expressa ao presidente Geisel e seus ministros, quatro deputados federais da Arena criticaram ontem o governo, no plenário da Câmara, e manifestaram pontos de vista contrários às normas políticas vigentes, rompendo com o conformismo que tem caracterizado a maioria situacionista.

Com essa atitude dos pernambucanos Carlos Wilson e Lins e Silva, do renovador

Entretanto, o resultado final do encontro mostrou que, ao invés da renúncia, a Oposição está disposta a agarrar-se aos poucos liames que lhe restam para chegar à terra firme. Ou, como propõe o documento colocado a debate dos participantes, criar o poder nos municípios, onde atualmente já é exercido pelo MDB, para, a partir deles, estabelecer condições para o exercício do poder em todos os níveis.

Baseada nos desacertos do Governo e no agravamento da crise econômica e social, a Oposição conta ter assegurado apoio popular que, na impossibilidade do poder imediato, lhe dará condições de assumir maioria nos Legislativos, posição não menos importante para o alcance dos seus objetivos.

E o apelo de Ulisses Guimarães às bases partidárias, ao final da concentração, não deixa dúvida quanto a esta disposição: "O MDB está cercado mas não está perdido, porque ele é o povo" disse ele, acrescentando que "se tomarmos no meio da jornada, ressuscitaremos da lama e da poeira para dar forças aos que prosseguirem".

14.5.77 J.P.S.

críticas ao regime

paranaense Norton Macedo e do paulista Alcides Franciscato, a insatisfação dos arenistas deixa o círculo das conversas particulares e vem a público, na tribuna da Câmara dos Deputados. Constitui, também, um indicio do princípio de reação que se esboça contra o pessimismo e o desalento da classe política, nascidos da perplexidade dos parlamentares diante do fechamento do Congresso e do "pacote" das reformas. 13.5.77

Geisel pede apoio

ESTADO DE S. PAULO

Numa fala de improviso em Juazeiro, interior do Ceará, o presidente Geisel repetiu ontem o apelo do dia anterior, em Fortaleza. "Continuemos a trabalhar juntos, povo e governo, vencendo demagogias dos adversários, vencendo a má fé", afirmou ele na inauguração de um mercado público, 24 horas após censurar "os descontentes, que criticam e nada fazem".

Mas em Brasília, onde se prepara um programa de viagens do presidente para fortalecer bases estaduais da Arena, abaladas com as recentes reformas políticas, há preocupação com a escalada das manifestações estudantis, especialmente a da próxima quinta-feira no Rio de Janeiro — o chamado "Dia Nacional de Luta".

José Bonifácio empenhou-se em negar, na tarde de ontem, a existência de movimentos rebeldes dentro da Arena (referindo-se a quatro discursos arenistas contrários ao governo, na quarta-feira).

Fora da área oficial, en-

tretanto, o descontentamento persiste. Na Câmara, o deputado arenista Paes de Andrade traçou este perfil do presidente da República: "Falta-lhe originalidade e nada se espera dele senão o tédio da repetição de manobras sem brilho e gestos sem talento. Sua infidelidade ao império da lei e à vocação democrática do País já se fez rotina". Nenhum arenista defendeu o presidente.

REFORMA = TESES NAZISTAS

10-5-77
Em um dos mais fortes ataques já feitos ao atual governo, o senador gaúcho Paulo Brossard disse ontem, comentando as recentes reformas políticas editadas pelo presidente Geisel, que o fenômeno de um só homem fazer e desfazer a Constituição tem um único precedente: "só os doutores do nacional-socialismo sustentaram a doutrina agora posta em prática em toda sua nudez". Ele lembrou duas concepções jurídicas do tempo do nazismo: uma pela qual "a Constituição é a vontade do fuhrer" e outra segundo a qual "a legalidade não impõe limites ao fuhrer, porque ele é a legalidade".

O senador gaúcho, que pretende voltar às críticas na sessão dessa tarde do Senado, disse que as recentes reformas "podem ter sido inspiradas em Moscou ou Pequim, mas nunca em 1964".

DIVISÃO DE MATO GROSSO

O presidente Geisel comunicou ontem ao governador Garcia Neto a decisão do governo de dividir Mato Grosso em dois Estados. Um grupo interministerial constituído no Ministério da Justiça está encarregado de preparar o projeto de lei complementar, a ser submetido ao Congresso, e que cria a nova unidade federativa: Campo Grande. A decisão presidencial foi anunciada por nota oficial da assessoria de imprensa do Palácio do Planalto, lida pelo coronel Toledo Camargo na presença de Garcia Neto, que se recusou a repetir seus argumentos contrários à divisão do Estado. 4-5-77

CONTRA OFENSIVA OFENSIVA

A medida que se aproximava o Dia Nacional de Luta pela Anistia, programado pelos estudantes universitários para a quinta-feira passada, mais sensível se tornava a tensão reinante nos palácios da administração pública, em Brasília, onde se divulgou com elétrica rapidez a frase dirigida pelo presidente Ernesto Geisel a um grupo de empresários: "Eles querem um cadáver, e isso não lhes daremos". A mobilização de um notável esquema policial, com efeito, acabou continuando a movimentação dos estudantes quase que exclusivamente aos campi das universidades. E, no fim do dia, uma sensação de alívio acolheu a certeza de que quinta-feira aziaga chegava ao fim sem cadáveres ou mesmo violências de grande porte (veja a página 26). Mas nem por isso se desfez o clima tenso nos meios políticos de Brasília.

Afinal, além das vagas ameaças contidas nos projetos de mobilização popular engendrados pelos estudantes, ele se alimentava de outros ingredientes igualmente capazes de manter elevada a temperatura ambiente. O senador emdebista Paulo Brossard de Souza Pinto voltou à tribuna para mais uma implacável crítica ao governo — desta vez pela decisão de entregar recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico à Tecelagem Lutfalla, de São Paulo, que mesmo assim amparada entrou em liquidação extrajudicial. Responsável direto pela operação, o ministro-chefe da Secretaria de Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, teve sua

FOLHA DE S. PAULO

PDS

25-5-77

O presidente Ernesto Geisel reafirmou ontem ao deputado Herbert Levy (Arena-SP) que é contra qualquer alteração no bipartidarismo, após conceder-lhe uma audiência de 50 minutos. Assim, o presidente descartou a criação do terceiro partido sugerido por Levy, o PDS.

O parlamentar paulista disse depois à imprensa que entregou ao presidente não apenas essa sugestão, mas também uma análise da situação política, a partir de um estudo "preparado secretamente por 18 deputados federais da Arena ao longo dos últimos dois anos".

Herbert Levy acrescentou que o MDB pode fazer a maioria da Câmara em 1978 e, por entender que assim se chegará ao impasse, continua a defender a criação do PDS, acompanhada da dissolução de Arena e MDB e da criação de outros partidos. Ele ressaltou, porém, que só persistirá com o PDS se obtiver o sinal verde revolucionário.

Geisel sanciona a prorrogação

BRASILIA (Sucursal) — O presidente Geisel sancionou ontem projeto de lei aprovado pelo Congresso que prorroga até julho, agosto e

setembro de 1979, respectivamente, os mandatos dos integrantes dos diretórios municipais, estaduais e nacionais da Arena e do MDB. A iniciativa de ampliação,

exoneração seguidamente solicitada das tribunas.

Como se fosse um revide indireto, um jornal de Brasília divulgou acusações de corrupção contra o senador oposicionista Orestes Quêrcia (veja a página 22), com base em dados colhidos pela Comissão Geral de Investigações em São Paulo. Na sexta-feira, finalmente, quando o comando oposicionista divulgava em Brasília um longo documento revelando sua disposição de "promover ampla mobilização nacional para, pacificamente, junto ao povo e suas forças representativas, conquistar a vitória na luta pela resistência democrática", encontravam-se em São Paulo os senadores Paulo Brossard, do MDB, e Teotônio Vilela, da Arena, para um programa comum: falar aos estudantes da Faculdade de Direito do largo de São Francisco.

Em plenário — Tantos acontecimentos levariam um destacado dirigente arenista a diagnosticar, com uma ponta de preocupação: "Trata-se de uma mobilização de determinados setores oposicionistas, a que o governo está atento, e a Arena dará resposta decidida". (...)

Portas dos quartéis — Assim disposto para a conquista da opinião pública nacional, o MDB não esquece também a opinião militar, da qual muitos de seus atuais dirigentes pretendem pelo menos se aproximar. "O importante é superar o fosso que criaram entre o MDB e as Forças Armadas", explica o senador André Franco Montoro. "É preciso que os militares entendam que o programa do MDB pode ser uma alternativa para o país", ajunta o presidente Ulysses Guimarães. VEJA, 25 DE MAIO, 1977

INTERROMPIDA

A rápida entrevista do presidente Geisel concedida a um repórter do "Estado", quando se encontrava na capital mineira para presidir as solenidades do Dia do Trabalho, não pôde ser concluída, apesar da amabilidade demonstrada pelo chefe do governo, por causa da pronta interferência do pessoal de segurança, sob o argumento de que as entrevistas estavam proibidas. Pelo mesmo motivo, a resposta do presidente quando interrogado sobre o bipartidarismo não chegou a ser bem apreendida, embora ele a tivesse dado.

O diálogo deu-se quando o general Geisel deixava o palanque na praça Rio Branco, onde presidiu a principal solenidade do dia:

- Presidente, satisfeito com essa nova acolhida em Minas?
- Muito, muito satisfeito.
- O senhor fala de política?
- A política está aí.
- As reformas poderão sofrer modificações?
- As reformas podem evoluir.
- E o bipartidarismo, presidente?
- Os partidos políticos... 3-5-77

dos diretórios

por mais um período, dos mandatos partidários — que deveriam vencer este ano — partiu das lideranças da agremiação governista na Câmara e no Senado. 25-5-77

Constituinte

A nova bandeira do MDB

MOVIMENTO 25/4/77

Teodomiro Braga

O MDB já começa a se adequar à nova situação política do país. Na reunião da Comissão Executiva do partido, no começo da semana passada, pela primeira vez em sua história o MDB admitiu em documento abraçar a luta pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte como saída para o atual impasse institucional. Segundo a nota oficial distribuída após a reunião, o MDB deverá "consultar as bases partidárias e outras forças representativas da sociedade nacional sobre a deflagração de um amplo movimento nacional pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que estabeleça o Estado de Direito no país (1).

Ainda não é, contudo, o encaminhamento que pretendiam os setores mais combativos do partido, encabeçados, nesta luta pela Constituinte, pelo deputado pernambucano Jarbas Vasconcelos. Afinal, a decisão de consultar as bases sobre a proposta protelou a deflagração da imediata campanha pela Constituinte, como queriam estes setores. "A decisão de consultar as bases e um velho expediente protelatório, sempre usado pela cúpula para adiar decisões", protestou Jarbas Vasconcelos. "Se a Executiva quer fazer consulta as bases, sob a alegação de que não tem competência para decidir sobre uma questão de tamanha importância como a luta pela Constituinte, então por que não convocou uma convenção nacional - o órgão máximo do partido - para decidir a questão? O MDB deveria deflagrar uma campanha nacional era agora, visando objetivos, para justificar a própria existência do partido e sua participação no processo político brasileiro: debater o caráter das reformas recém-implantadas e convocar a nação para a eleição de uma Assembleia Constituinte".

A cúpula prefere maioria simples

As dificuldades internas, no entanto, não param aí. A divergência maior, inclusive, é em relação a própria tese da Constituinte. A Constituinte que a cúpula do partido admite não é a mesma defendida por Jarbas Vasconcelos e outros parlamentares. O máximo que a cúpula moderada do MDB aceita, em termos de Constituinte, conforme ficou expresso na reunião da Executiva, é uma campanha deflagrada pelo partido para pedir ao povo, no pleito de 1978, a eleição da maioria do Congresso, de forma a permitir ao MDB investir-se de um poder constituinte - já que a última reforma política permite a alteração da Constituição pela maioria simples (metade mais um) dos membros do Congresso, ao invés do *quorum* de dois terços como era exigido desde 1969.

Esta "contra-proposta" dos moderados, na verdade, é apenas um escamoteamento grosseiro da verdadeira tese da Constituinte, que pressupõe eleições livres para a Assembleia Constituinte, (a exemplo de 1946), precedida de uma anistia geral aos presos políticos exilados, da dissolução dos atuais partidos para a criação de outros representativos de todas as correntes de opinião existentes no país, liberdade de expressão e de organização

O ESTADO DE S. PAULO

"O anseio de libertação política e de redenção econômica e social passou a se configurar, no plano da própria realidade, como verdadeiro clamor de toda a sociedade civil. A crise lava em todos os segmentos sociais, atingindo o pingo da suportabilidade". Este é um trecho do documento final da convenção estadual extraordinária do MDB do Rio Grande do Sul, realizada neste fim de semana em

Porto Alegre.

As principais teses aprovadas e incluídas no documento final da convenção são as seguintes: apoio à campanha pela convocação de uma Assembleia Constituinte, ao movimento estudantil e à criação de comitês permanentes de defesa dos direitos humanos; e repúdio às reformas políticas, à participação dos oposicionistas nos colégios eleitorais, à prorrogação de mandatos e às cassações.

Para aumentar a mobilização da oposição, o MDB do Rio Grande do Sul decidiu também "exigir, da alta direção do partido, a elaboração de uma proposta de desenvolvimento nacional, em ordem a beneficiar o povo, contrapondo-se à atual política econômica e social do governo", amparar e prestigiar o movimento estudantil deflagrado em favor das liberdades democráticas; estimular a participação de trabalhadores no

pelo então deputado estadual Jarbas Vasconcelos. A tese foi prontamente aceita pelos deputados do grupo autêntico, mas considerada radical pela cúpula, que impediu a sua aprovação.

Depois de anos no esquecimento, a tese ressurgiu em 1975, através do senador Orestes Quêrcia, e aos poucos foi sensibilizando os setores mais progressistas do partido, tomando força depois que as reformas fecharam ao MDB a possibilidade de chegar aos governos estaduais através de eleições diretas.

"A proposta da Constituinte é a única alternativa do MDB", defender o deputado Freitas Nobre. Mesmo diante da força quase irresistível com que a tese contagiou diversos setores do partido, na reunião da Executiva a cúpula custou a admitir a discussão da proposta, fazendo inicialmente objeções de ordem formal, como a de que a Executiva não tinha competência para tratar da questão. Vencida esta objeção através da proposta de consulta as bases, a cúpula ficou sem argumentos, mas ainda conseguiu protelar a decisão sobre o tipo de Constituinte que o partido poderia vir a defender ao apresentar a proposta de limitar a campanha a luta pela maioria simples nas eleições de 1978. A reunião da Executiva, marcada para apreciar a situação política do país após as reformas, foi quase toda tomada pelo debate sobre a Constituinte, levantado por Freitas Nobre e pelo senador Paulo Brossard. Os mais resistentes a ideia foram Ulysses Guimarães e o senador Saturnino Braga (RJ). Saturnino, até argumentou que "se o MDB consultar as bases vai ter que topar a ideia, se ela for aprovada. Se topar vai ter de enfrentar a Revolução: se não topar se desmoraliza". Concluiu propondo que o MDB abandonasse a ideia. "Como é ruim este Saturnino", diria depois, à saída da reunião, um dos membros da Executiva. O deputado Thales Ramalho, que dias antes se declarara contra a ideia, preferiu calar enquanto Tancredo Neves, para surpresa de muitos, manifestou-se a favor da bandeira da Constituinte. Mesmo admitindo que não se entusiasma com a ideia, Tancredo reconheceu que é "a única saída que ainda resta ao MDB".

Enfim, apesar dos obstáculos que a tese da Constituinte continua a enfrentar por parte de alguns setores moderados, a decisão da Executiva não deixa de representar uma significativa vitória dos setores mais combativos do MDB. E a despeito destas resistências dentro do MDB, a tese já começa a ocupar os debates no Congresso, como na terça-feira passada, quando o senador Marcos Freire provocou uma acirrada discussão sobre a questão no Senado. Por outro lado, independentemente do encosso da cúpula emedebista, a ideia também já ganhou outros setores. A campanha nacional pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte foi encampada, no final da semana passada, pela Ordem dos Advogados do Brasil. Como em outras ocasiões, o MDB acabara sendo arrastado para uma posição mais firme e, se os setores mais avançados já conseguiram colocar a ideia em evidência dentro do partido, a fórmula de encaminhamento da proposta representa a próxima etapa da luta.

MDB RS: A CRISE É GERAL

processo político; e promover uma campanha por sindicatos livres, entidades de classe livres, gremios estudantis, associações culturais, imprensa e igrejas livres.

A eleição de uma Assembleia Constituinte, tese igualmente defendida pela convenção, "deverá ser precedida da decretação de anistia ampla e geral, da revogação de todos os instrumentos de exceção e preservação de uma livre manifestação da soberania popular". 31 DE MAIO DE 1977

Constituinte MOVIMENTO 2/5/77 Entrevista de Marcelo Cordeiro, do MDB de Salvador

... A Constituinte não é nem pode ser uma ideia ou uma fórmula através da qual oposição e Governo se reconciliem. Nesta forma ela estará condenada ao insucesso. Ela terá que resultar de uma ampla mobilização da opinião nacional, terá que resultar da vontade popular organizada para que possa de fato representá-la. O caminho democrático para instalação de um regime de liberdade, no qual as normas institucionais, a política econômica e social do país sejam resultantes da decisão popular e capazes de assegurar a estabilidade com liberdade e o aumento do bem estar material e cultural das camadas mais populares.

M - Você afirmou que a Assembleia Constituinte é, em última instância, a formulação de um novo "pacto social". Este pacto solucionaria as graves desigualdades econômicas e sociais que dividem o Brasil?

MC - A Assembleia Constituinte não significa a resolução dos conflitos sociais e econômicos acumuladas pelo atual modelo econômico, que através de ressentimentos mútuos se perpetuam no fundo de nossa sociedade. A importância da Assembleia Constituinte consiste em criar uma ordem política na qual os conflitos sociais se expressem livremente e se resolvam no jogo e na correlação das forças sociais politicamente atuantes e representativas destes conflitos, de tal maneira que a representação política ceda lugar à pressão política necessária à existência de uma vida democrática e sem a qual estamos condenados ao mal estar coletivo que conduz os exemplos históricos da prevalência das torças de dominação.

JORNAL DO BRASIL

Emedebista sugere a formação de uma "frente patriótica"

BRASILIA (Sucursal) — No momento em que o Brasil atravessa uma crise cujas consequências e alcance são reconhecidos por todas as correntes políticas nacionais, formando um conjunto de fenômenos que indica uma situação próxima à de 1964 e provocando um isolamento visível na medida em que se multiplicam as tomadas de posições contra o governo pelos mais diversos setores do País, está clara a falência da política imposta à Nação pelo governo revolucionário.

Esta foi a conclusão a que chegou o deputado Marcos Tito, do MDB mineiro, que, em discurso pronunciado no horário de comunicações das lideranças na sessão de ontem da Câmara, sugeriu a formação de uma "frente patriótica", composta pelos mais diversos setores oposicionistas, para, numa convergência de forças, dar ao País um novo impulso em busca de um

PREVISÕES

Brasília — Depois de se referir com preocupação ao atual quadro político, o Deputado Sival Boaventura (Arena-MG), disse ontem poder assegurar que, "dentro de poucos dias, acontecerão coisas muito importantes neste país, pois o Governo está forte e unido e não pode aceitar a sucessão de provocações que visam a derrubar a Revolução".

O Deputado mineiro referiu-se "a uma minoria que leva o MDB para o radicalismo", e previu a criação de novo e grave impasse político, dentro em breve, se o MDB "não tomar a iniciativa de realizar um expurgo em suas fileiras. 4/6/77

A Assembleia Constituinte não pode significar, sob pena de ser uma ilusão irrecuperável, um acordo ou um consentimento, ou uma legalização da exploração econômica, seja no plano das relações sociais de produção, seja ao nível da relação imperialista. Ela deve ser um novo patamar político a partir do qual a todos os grupos e indivíduos se dêem oportunidades iguais de influir e decidir o comportamento do governo face as múltiplas alternativas de organização social e econômica do país.

Chico Pinto

... A convocação de uma Constituinte tem pressupostos irrenunciáveis, sem os quais ela não existe. Um deles, é a participação livre de todas as correntes de opinião do país nos debates e nas eleições que a eles seguirão. Outro, é a elaboração de estatuto provisório, que dirigirá o novo processo eleitoral, substituindo leis e regras que punem, limitam e restringem a participação popular.

Incorrem em equívocos dirigentes do MDB, que em entrevista concedida ao *Estado de S. Paulo* na semana passada tentaram definir uma Constituinte. O conceito universal de uma Constituinte não pode se restringir aquilo que eles chamam de "um apelo do partido ao eleitorado de todo o país para que em 78 garanta aos seus candidatos maioria absoluta na Câmara e no Senado". Uma vez conquistada, nas urnas, a maioria absoluta nas duas Casas do Congresso, o MDB teria condições de reformar a Constituição, concretizando suas metas de redemocratização.

Isso não é Assembleia Constituinte nem aqui nem na Conchichina. MOVIMENTO 9/5/77

regime que garanta as liberdades fundamentais e elimine o fosso entre a maioria da nação e o regime.

O parlamentar foi enfático quando afirmou que a maioria do povo brasileiro sabe que o regime atual não tem condições de levar a cabo as transformações que o País necessita, principalmente porque está provada sua incapacidade para solucionar os problemas que o desenvolvimento impõe no momento.

Salientou ainda que a solução destes problemas não é monopólio de nenhuma força, corrente ou partido, entende que ela só será possível através de uma ampla confrontação, pelo debate democrático, das forças políticas livremente organizadas, que expressem os anseios da sociedade brasileira.

Isso porém, somente poderá ocorrer após o desaparecimento dos mecanismos excepcionais, como o AI-5, e depois que sejam asseguradas condições para a livre organização das massas e dos partidos políticos, além da liberdade de manifestação e expressão do pensamento. No seu entender, o regime desejado pelos brasileiros é aquele que garanta às Forças Armadas uma posição importante na construção da democracia e na defesa da soberania popular. 25-5-77

JORNAL DO BRASIL

cassação de Tito

O Deputado Marcos Tito (MDB-MG) foi cassado ontem e teve seus direitos políticos suspensos por 10 anos, 21 dias depois de ter pronunciado na tribuna da Câmara discurso que, 48 horas após, foi denunciado pelo Deputado Sival Boaventura como reprodução de manifesto do Partido Comunista publicado no jornal clandestino *Voz Operária*.

Em nota distribuída às 22h30m, o ex-Deputado Marcos Tito, em casa de sua mãe, em Belo Horizonte, disse: "Não sou como querem um comunista mas como democrata espero que os comunistas, tanto como os macartistas que aí estão possam participar da vida institucional. Estamos no limiar de novos dias" 15/6/77

DIREITOS HUMANOS

A direção nacional do MDB instituiu ontem uma Comissão Permanente de Assessoramento para a Proteção dos Direitos da Pessoa Humana, destinada a examinar denúncias de transgressões e abusos contra os direitos humanos. A comissão, sugerida há tempos pelo deputado Airton Soares, foi aprovada ontem, por unanimidade, na reunião do Diretório Nacional, e será composta pelos senadores Paulo Brossard (RS) e Mauro Benevides (CE) e pelos deputados Airton Soares (SP), Sérgio Murilo (PE) e Aldo Fagundes (CE). 20-5-77

GEISEL: "PARA ME DERRUBAR"

O presidente Geisel parece ter reagido à ideia de uma nova Constituinte valendo-se de uma expressão de gíria: "Chefe, isso é para me derrubar..." A frase, na qual "derrubar" evidentemente não significava mais que "surpreender" ou "passar para trás", foi dita a um dos poucos assessores mais chegados e mostra claramente que a tese da oposição é, para o governo, inadmissível e até contestatória.

EULER O E DE S. PAULO SUCESSOR 14-5-77

Oscilaram entre entusiasmo teórico e discrição tática as reações de fontes militares, ontem, a respeito da hipótese de vir a ser levantada no futuro a candidatura do general Euler Bentes Monteiro à Presidência da República, lembrada por parlamentares da Arena, entre os quais Joaquim Coutinho, Antonio Mariz, Henrique Córdova e Luis Rocha, e a qual não estariam alheios os senadores Daniel Krieger e Teotônio Vilela.

A questão é vista em alguns setores militares sob dois prismas: o das qualificações do general Euler para a função, e o do alcance prático das manifestações de simpatia que ele vem colhendo entre parlamentares dos dois partidos. Quanto ao primeiro item, ouve-se, não há como se contestar seus méritos profissionais, o tirocínio administrativo e as qualificações morais. Por certo, o maior ou menor entusiasmo oscila na razão direta das preferências pessoais, valendo registrar que o nome do general Euler traz como ideia-força a mensagem do aperfeiçoamento institucional.

IMPEDIR O PIOR

Um único homem dispõe, hoje, de condições para impedir um imediato e novo retrocesso institucional, com múltiplas cassações na oposição, cerceamento ainda maior das atividades político-parlamentares, volta da censura à imprensa e até medidas inusitadas no setor político atingindo o já esfacelado calendário eleitoral: o general Ernesto Geisel.

Ao que se informa, o presidente ainda resiste, tendo-se reunido ontem com seus principais auxiliares, atento aos acontecimentos no setor estudantil, a ebulição nos meios políticos e as reações na área revolucionária propriamente dita ou seja, militar.

Mesmo que à primeira vista pareça difícil suportar como se poderia voltar ainda mais para trás, a verdade é que essa perspectiva surge quase absoluta, hoje. E, se não ocorrer, terá sido por exclusivo esforço do chefe do governo. Acontecendo, porém, não haverá que ter ilusões, na frente do processo estará o general Geisel, cuja estratégia maior tem sido a de não se deixar ultrapassar. Em suma, apesar da aparente contradição, o presidente procura evitar o pior, mas, se sentir a inevitabilidade de um fechamento como forma de preservação da unidade revolucionária, não hesitará em desencadear de forma drástica e cirúrgica os mecanismos de exceção.

Sintomáticas foram as declarações de sexta-feira ontem publicadas, do deputado Sival Boaventura, que se vai transformando no arauto do caso pregoeiro da desordem institucional, até mesmo afrontando a figura do presidente da República, pois a ela se antecipa no anúncio de graves decisões.

Mais uma vez, o denominador comum é o mesmo: agrupar os setores do Sistema: para seus responsáveis, estaria em marcha nova investida do comunismo, com a guerra revolucionária urdida e reunindo estudantes políticos e intelectuais num movimento de contestação ao regime. Assim, para eles, haverá que agir, e agir de pronto, mesmo que da ação resultem os frangalhos do pouco que ainda existe de prática política ou de debate livre.

5.6.77 CARLOS CHAGAS

A Premência do Novo Pacto

5 de junho

FOLHA DE S. PAULO

Alarga-se cada vez mais o fosso entre as intenções do Governo e os atos que pratica. Nesta hora em que se realizam operações militares para conter estudantes, em que o Congresso está sob a ameaça de imposições autoritárias, em que a Igreja é posta sob vigilância, em que a censura ganha dimensões ainda maiores, em que a caminhada para a direita se faz a passos largos, é difícil acreditar que ganha corpo, nos mais altos escalões do Planalto, a consciência de que a atual fase revolucionária esgotou suas possibilidades.

Por estranho que pareça, é opinião dominante, se não unânime, entre os principais assessores do presidente Geisel, que o País necessita de uma nova Constituição, com sentido mais liberal que a de hoje, capaz de restabelecer um certo equilíbrio entre os poderes da República, através da eliminação da preponderância do Executivo consagrada pelo AI-5. Por menos sensato que pareça, em face dos rumos que as coisas estão tomando, há também a consciência de que essa tarefa de reformulação do regime é de suma urgência, devendo ser levada a cabo

ainda no atual Governo.

As palavras são diferentes, bem como os ângulos de abordagem do problema. Entretanto, em suas linhas gerais, a tese de que um novo pacto social se torna imprescindível é a mesma que já defendia, em fins do ano passado, o ex-ministro Severo Gomes. Sua pregação, na época, talvez fosse extemporânea, de vez que ainda não ocorrera a ruptura de abril, que aprofundou o divórcio entre a cabeça e o corpo da Nação. Mas depois da alteração da Carta pela ação unilateral do Executivo, o que constituía uma idéia isolada de um membro do Governo, e por sinal malvista, tornou-se doutrina corrente e quase um dogma de fé.

A despeito das circunstâncias forcem o Executivo a adotar restrições cada vez maiores para manter o controle sobre a sociedade, seu desejo é exatamente o oposto. Para vencer o fosso entre os atos e as intenções, basta que o Planalto proponha o novo pacto, dando curso à elaboração constitucional. As dificuldades que se originaram na ruptura do pacto anterior desaparecerão, e será mais fácil retomarmos juntos a trilha democrática.

R. L.

JORNAL DO BRASIL

4/6/77

A hora é da repressão

Brasília — O Governo parece convencido de ter saído da incômoda situação em que ficara depois do pacote de abril e da tremenda reação, comandada pelo MDB, mas com repercussão na Arena e na opinião pública, de modo geral. A situação se tornara mais constrangedora para as autoridades mediante a divulgação de operações financeiras de amparo a empresas doentes, fato que alcançou conotação de escândalo. A contra-ofensiva foi cuidadosamente armada e já agora os frutos estão colhidos, com sacrifício embora daquele mínimo de tranquilidade indispensável à noção de estabilidade política. O Governo está certo de que conseguiu demonstrar que o MDB está alcançado pela corrupção (caso Quêrcia) e pela subversão (caso Marcos Tito) e está deixando que o andamento dos fatos se incumba de expor o vexame de um Partido que considerava até então ter alcançado uma espécie de fusão com a opinião pública e um mandato para decretar a falência do regime.

Todo e qualquer diálogo político foi interrompido, ascendendo ao proselício o pelotão de fuzilamento a serviço da repressão. O Governo deve ter medido as consequências dessa radicalização, mas para ele o mais importante terá sido sair daquela espécie de cidadela sitiada em que a Oposição tentara transformá-lo. O preço a pagar não parece relevante e, declarado o estado de guerra, ampliou-se a zona de combate e continuará a ampliar-se segundo os fatos que forem emergindo, entre eles a presença de três deputados da Oposição no campus da Universidade de Brasília, documentada pelos órgãos de segurança até mesmo com fotografias, o que seria dispensável desde que a visita não foi secreta e seria confirmada pelos próprios deputados no plenário da Câmara.

A greve dos estudantes de Brasília, um episódio difícil de ser contornado, fornece o clima adequado à operação governamental, muito embora, por outro lado, possa se tornar, conforme as circunstâncias, um foco de expansão nacional da crise, aparentemente

superada em outros Estados

Se a greve estudantil oferece clima propício para a ação repressiva no terreno político, torna-se por outro lado um complicador diante de um estado de insatisfação popular, que alcança as diversas camadas da população, independentemente dos episódios políticos que envolvem os dois Partidos e do eventual êxito do Governo no esforço de identificar o MDB como um Partido dirigido secretamente pela subversão. A Oposição legal sofrerá golpes mortais, sem que com isso se elimine a oposição generalizada que, como se sabe, se manifesta informalmente à margem dos Partidos, que jamais alcançaram plena credibilidade pública desde os episódios de dezembro de 1968.

Evidentemente, os problemas do Presidente Ernesto Geisel não são simples, tanto mais quanto eles se afirmam no momento em que escaramuças sucessórias se processam nos bastidores do sistema, preludeando a emulação de pelo menos duas correntes principais. O Chefe do Governo tem feito saber que considera prematuro esse debate e terá tomado suas providências para impedir que a iniciativa saia das suas mãos e passe às mãos das pessoas declaradamente interessadas. O General Geisel não tem, segundo se afirma, opção feita, não devendo como tal ser considerada a tendência da maioria dos seus auxiliares diretos em favor da candidatura do General Figueiredo.

Há um certo número de complicadores que tornam arriscada a direção do Governo de dar combate à Oposição, nos termos belicosos em que o está fazendo.

Por enquanto, não se pode prever o desfecho dessa batalha, travada em meio a condições adversas. Deve-se apenas registrar o estado de apreensão em que se acha a remanescente cúpula política dos dois Partidos, do MDB e da Arena, intimidada diante da substituição do diálogo por uma política adotada a partir de uma posição de força.

Carlos Castello Branco

O MANIFESTO DOS CORONEIS

LATIN AMERICA POLITICAL REPORT
27 May 1977 volume XI
number 20

110 coronéis brasileiros exigem a democracia

Brasil: Latin America Political Report recebeu uma cópia do manifesto do movimento dos coronéis brasileiros exigindo o retorno à democracia. O movimento é apoiado no momento atual por aproximadamente 110 coronéis, incluindo cerca de 10 da força aérea, os quais são comandantes de tropa ou membros do Estado-Maior. Como foi informado na semana passada, o movimento adotou o nome de Movimento Militar Democrático Constitucionalista (MMDC), como o movimento que tentou derrubar Getúlio em 1932. Os coronéis são pelo profissionalismo militar e já patentearam uma certa inabilidade para o jogo político, além de terem em algumas oportunidades abjurado decisões previamente adotadas. O primeiro manifesto tomou a forma de uma carta que eles tentaram, sem sucesso, entregar ao presidente Ernesto Geisel no dia 31 de março. O documento foi então revisado e reduzido. No dia 25 de abril, os coronéis decidiram publicá-lo mas os planos foram mudados posteriormente. Atualmente eles estão tentando ampliar o movimento: no dia 2 de maio cada membro foi instruído para obter o apoio de dois novos adesistas. Aparentemente o governo encara o movimento como sendo desprovido de maior significação mas, por outro lado, tem sido incapaz de eliminá-lo.

Anti-comunismo-

Na primeira parte do documento revisado de 1500 palavras, os coronéis reiteram a causa do anticomunismo e da "revolução de 1964 que é justificado sob o pretexto do apoio popular e dos designios democráticos. O manifesto refere-se "aos anos sessenta quando o comunismo disseminou-se da Europa para outros continentes... naquela época, quase nenhum país latino-americano hesitou em valer-se de suas forças armadas para proteger-se da subversão e da desintegração nacional... Nunca houve em nossa história um movimento revolucionário tão importante como o movimento militar de 1964, o qual resultou na salvação de nossas instituições democráticas. A direção e a execução das operações militares (contra a subversão) foi uma tarefa das Forças Armadas, cujo patriotismo e idealismo democrático tranquilizaram a nação".

O documento salienta a luta das forças armadas contra "a ameaça do nazi-facismo nos anos quarenta". A primeira parte do documento termina com uma rápida referência a 1945, "quando as forças armadas receberam novamente a gratidão do país pela reafirmação de nossa independência" -uma observação ambígua sobre o fim da segunda guerra mundial e da ditadura de Getúlio Vargas.

"Hoje nos sentimos traídos; tendo salvado o país da ameaça do comunismo nós o vemos sendo entregue a um perigo que, sob o pretexto de que supõe fundamentos científicos... é talvez ainda mais cruel e desumano. O exército, a força aérea e a marinha tornaram-se a guarda pretoriana de tecnocratas que não fizeram parte da revolução mas permaneceram sentados confortavelmente nos seus escritórios, enquanto os verdadeiros patriotas conspiravam para derrubar o governo de Goulart; eles não se arriscaram mas apoderaram-se de um poder que não lhes pertencia.

Esta parte termina: "com o comunismo derrotado, nós nos dedicamos entusiasticamente à tarefa de reconstrução do país. Nós não recusamos sequer funções civis, frequentemente talvez sem

necessária preparação e foi assim que gente ambiciosa se infiltrou em nossa comunidade criando um sistema completo para perpetuação do próprio poder... Apregoando incessantemente um seu posto perigo comunista e aliados aos grupos da cúpula das forças armadas, que é tão corrupta quanto na época de Goulart, quando eles se empenhavam em manter as forças armadas em permanente estado de guerra manipulando o obscurantismo medieval que sufoca presentemente a inteligência nacional e ameaçando a nação com os fantasmas da subversão".

"Mas os fantasmas surgem apenas na escuridão da noite. Para impedi-los são necessários a censura e a repressão desumana; para exorcizá-los basta acender as luzes da democracia plena para revelar as sombras e mostrar a verdadeira face dos caracteres encobertos!"

O manifesto informa em seguida como foi "traída" a primeira tentativa do movimento de entregar uma carta ao presidente. Os coronéis dizem "haveram tentado respeitosamente alentar o presidente para uma nova versão do "Animal Farmer" de Orwell". Mesclando metáforas orwellianas os coronéis prosseguem: "Em nosso manifesto ao presidente nós condenamos a existência de um "Grande Irmão"-o sistema- tentando convencer-nos de que guerra é paz, liberdade é servidão, verdade é engano e ignorância é poder". Eles sugerem que tendo lhes sido negado o acesso ao presidente eles foram levados a abandonar a negociação e iniciarem a conspirar.

"Nós perdemos uma batalha, mas não a guerra pela democracia. O inimigo estimulado pela vitória na primeira confrontação está tentando fortalecer suas posições; é essencial agir rapidamente. Os autores do primeiro manifesto decidiram, em assembléia, lançar o movimento militar democrático constitucionalista..."

"Nossos propósitos são os mesmos da grande maioria do povo, como ficou evidenciado nas massivas participações das eleições, nas declarações dos intelectuais, nas posições tomadas pela Igreja, pelos juizes, pela imprensa e pelo parlamento... Para o completo restabelecimento da democracia nós exigimos em nome das tradições de dos princípios das Forças Armadas que juramos obedecer:

.Formação imediata de uma Assembléia Constituinte, eleita direta e livremente sendo garantido a todos os candidatos o completo acesso aos meios de comunicação.

.Anistia imediata para todos os acusados de crimes políticos.

.Reintrodução das prerrogativas da magistratura e completos direitos de defesa para os acusados de crimes políticos.

.Restabelecimento do direito de habeas-corpus.

.Abolição do Ato Institucional nº5 e de toda legislação excepcional.

.Formação de um governo provisório presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal incluindo representantes das Forças Armadas, da Ordem dos Advogados do Brasil e dos dois partidos políticos existentes no momento. O governo provisório passará o poder para os devidamente eleitos conforme as leis estabelecidas pela Assembléia Constituinte.

"É hora de paz e harmonia... devemos instaurar, sem demora, um governo de lei e ordem.

O documento é datado de 21 de abril, feriado nacional em honra de Tiradentes, que dirigiu a primeira conspiração contra os portugueses pela independência do Brasil.

Dia da Vitória

"Agitações extemporâneas de fundo político, movimentos reivindicatórios nos campi universitários, lutas de classe e muitos outros recursos utilizados, conforme as circunstâncias, são a preparação do terreno para a subversão armada, inicialmente sob a forma de guerrilhas rurais e urbanas, evoluindo rapidamente para as guerras "restritas", frente a exércitos exportados por países comunistas".

Não podemos ser tolerantes com essa fase preparatória das guerras revolucionárias, pois a tolerância tanto pode ser a virtude do sábio, como a fraqueza do complacente.

Saibamos, portanto, definir nossas posições."

Esse trecho está contido na ordem do dia do ministro

Araripe Machado, da Aeronáutica, que será lida hoje em todas as unidades da Força como parte das comemorações do "Dia da Vitória" que, no Rio, será lembrado em frente ao monumento aos mortos da II Guerra, com a presença do presidente Geisel.

Assim como o ministro da Aeronáutica, também o chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Gualter Maria Menezes de Magalhães, expediu ordem do dia lembrando os soldados do Exército, Marinha e Aeronáutica que morreram durante o conflito, salientando que, para com eles, "temos a obrigação indeclinável de manter o Brasil a salvo, não só de ideologias como a que combateram, mas, principalmente, do nefasto comunismo internacional 8-5

CRESCER PRODUÇÃO BÉLICA

De revólveres a foguetes, passando por jipes e caça-bombardeiros, o Brasil está fabricando cada vez mais seu próprio equipamento militar. Ainda que se encontre muito longe de uma completa autosuficiência, o Brasil já está exportando uma parte do equipamento militar fabricado no país, inclusive aviões e blindados.

No momento em que os Estados Unidos estão negando apoio militar a nações que violam os direitos humanos, o papel do Brasil neste âmbito, e particularmente no Cone Sul da América Latina, poderia tornar-se muito importante. Existem várias razões que explicam por que o Brasil está avançando a passos agigantados no desenvolvimento de uma indústria nacional

de armas e equipamento militar:

uma das razões desse esforço industrial é buscar uma independência cada vez maior de importações onerosas para o País. Uma indústria bélica autosuficiente — ressalta — é uma necessidade absoluta, como símbolo de status para uma nação com pretensões de se converter numa potência mundial.

O Brasil já vende aviões ao Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Além disso, está oferecendo ativamente no mercado mundial uma linha completa de veículos blindados de múltiplas utilidades. Informou-se que a Líbia está comprando 400 dessas unidades a um preço estimado em 400 milhões de dólares. 13-4-77

FAB DEMONSTRA PODER

Uma demonstração de tomada de assalto de uma base inimiga — incluindo o lançamento de bombas de vários tipos, foguetes, bombas de napalm sobre alvos fixos além de tiros de canhões e metralhadoras e operações de abastecimento de aviões em pleno ar e resgate de tropas e soldados feridos —, com a participação de quatro helicópteros e 41 aviões, dos quais 16 caças supersônicos F-5 e Tiger e quatro Mirage, foi o grande destaque das comemorações do Dia da Aviação de Caça, ocorridas ontem na Base Aérea de Santa Cruz. Participaram da solenidade, o presidente da República, general Ernesto Geisel, e todos os ministros militares, além do governador Faria Lima.

As 11h30 a demonstração de tomada de assalto de uma base inimiga teve início com a participação de 41 aviões e quatro helicópteros e cerca de 100 homens no campo de treinamento da base aérea. Postado ao lado dos ministros militares e do governador Faria Lima e pelo menos a 20 metros do prefeito Marcos Tamoyo, do Rio, no mirante do campo de treinamento, o general Geisel viu, inicialmente, a passagem de 12 aviões Xavante que lançaram bombas de napalm (as mesmas utilizadas na Guerra do Vietnã) sobre alvos fixos que se incendiavam queimando tudo em redor. No retorno, nova-

mente a esquadrilha de aviões Xavante lançou bombas de diversos tipos, além de tiros de metralhadora ponto 50.

Em seguida, dois helicópteros lançavam à terra 30 homens armados em operação de tomada de assalto de uma fortaleza inimiga, enquanto outros dois helicópteros vinham atrás para abastecer de munição e de material as tropas em terra. A platéia de mais de 700 pessoas chegou a vibrar quando um jipe foi lançado do helicóptero à terra e quando bonecos simulando soldados feridos foram resgatados em macas. Algumas pessoas se assustaram com a explosão de bombas do campo minado e com a explosão dos foguetes que chegava a provocar deslocamento de ar.

Um avião Hércules K-130 passou em seguida abastecendo quatro supersônicos F-5E Tiger em pleno ar, o que aconteceu minutos antes da esquadrilha de 16 caças F-5E iniciar um bombardeio utilizando-se do lançamento de foguetes e bombas, além de tiros de canhões de 20 milímetros. Depois, foi a vez dos quatro caças Mirage passarem sobre os alvos dando tiros de canhões de 30 milímetros. Na sucessão da operação, a esquadrilha de caças F-5E iniciou uma série de tiros terrestres. A demonstração terminou com a apresentação de oito aviões P-16, de patrulha. 23-4-77

Chile quer mais armas

SANTIAGO — O Chile quer aumentar suas compras de material bélico no Brasil, segundo declarou ao "Estado" o presidente Augusto Pinochet, e seu propósito é sair, aos poucos, "das intenções de algumas potências, que creem poder intervir na nossa política, manejando a seu arbitrio o suprimento militar".

Pinochet, em entrevista exclusiva, afirmou que o seu país tem o direito de adquirir equipamentos militares em qualquer parte do

mundo, assinalando, porém, que, com relação ao Brasil, "há uma simpatia especial, nascida das singulares dificuldades que querem impor ao Cone Sul".

"Ao consolidar nosso abastecimento no Brasil — disse o presidente — creio que estaremos consolidando também nossa independência nacional e regional, e abriremos mercado a uma indústria que necessita de muita tecnologia incorporada e que não pode planificar-se para fabricar poucas unidades." 8-5-77

Exército

O ministro do Exército, general Sylvio Frota, recomendou ontem às guarnições de todo o País "a execução, pelas bandas militares, durante as solenidades militares, formaturas, desfiles e oportunidades semelhantes, apenas de cânticos de guerra e canções militares tradicionalmente consagrados ou devidamente aprovados".

No aviso publicado no Diário Oficial que circulou ontem, o general Sylvio Frota observa que "vêm sendo executados, pelas bandas militares, cânticos e dobrados, sem terem sido aprovados como cânticos de guerra ou canções militares segundo as normas em vigor". Segundo o ministro, vêm sendo adotadas certas práticas em desacordo com as normas, "como emissão de

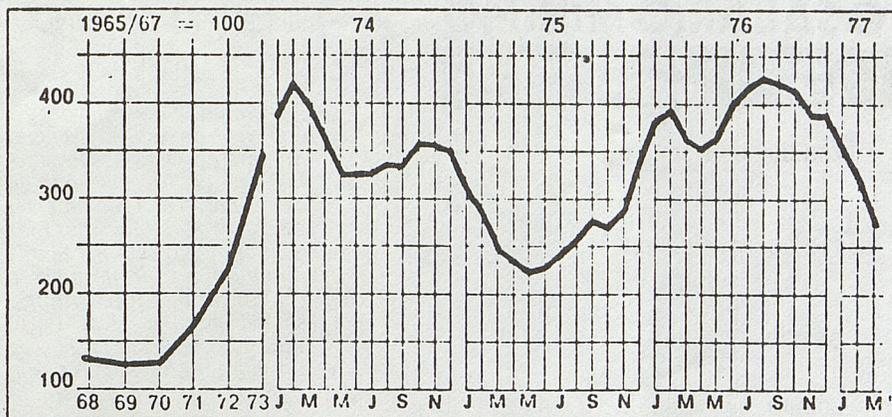
gritos ou brados conjugadamente com determinados movimentos de armas". O ministro assinalou ainda que os sargentos vêm utilizando armamento diferente do previsto para sua graduação nos quadros de organização vigentes. 5-77

OPERAÇÃO NINFA

Chegaram ontem à Comandância os componentes de uma comitiva de oficiais paraguaios que se reuniram com as autoridades do Comando Naval de Ladário, tendo em vista os preparativos para realização da Operação Ninfa VI. A comitiva, chefiada pelo capitão-de-navio Eduardo Gonzalez Petit, e composta por 14 membros, inclusive o capitão-de-mar-e-guerra Paulo Martins, adido naval do Brasil em Assunção. 5-77

VEJA, 4 DE MAIO 1977

ÍNDICE DE OFERTA DE EMPREGO



FOLHA DE S. PAULO

GM novas demissões

A General Motors confirmou, ontem, a demissão de mais 600 funcionários de sua linha de produção, elevando-se para 2.300 o número de baixas naquela empresa, este ano. Em contrapartida, informa a GM que foram admitidos 400 funcionários, ficando então um total de 1.900 desempregados.

A alegação da GM é a mesma das outras empresas do setor: queda nas vendas e consequente necessidade de reduzir a produção. Em março houve uma recuperação nas vendas (13.690 veículos) justificada pela GM como normal, pois os revendedores procuram se abastecer diante de uma

O ESTADO DE S. PAULO

provável alta de preços. Porém, em abril as vendas decresceram 39%, ou seja, apenas 9.178 veículos, o que motivou o drástico corte na mão de obra produtiva.

As 600 demissões de ontem estavam fora dos planos da GM. As 1.000 demissões anteriores estavam previstas desde o início do ano. Somadas a outras dispensas feitas por fábricas de automóveis o total de desempregados este ano chega a cerca de 7.100, praticamente impossibilitados de conseguir novos empregos, pois as portas de suas especializações estão fechadas. 7-5-77

Cresce o índice de dispensas A Ford demite mais 500

Perto de sete mil empregados dos setores de obras e de materiais ferroviários foram demitidos este ano, a maior parte nos últimos 30 dias, informaram ontem em São Paulo as duas associações de classe correspondentes.

Em Brasília, integrantes da Comissão de Economia da Câmara decidiram convocar representantes dos fabricantes de veículos, da indústria de autopeças e dos metalúrgicos para um debate sobre a questão do desemprego no setor automobilístico. Este ano a indústria automobilística já demitiu 6.500 empregados. Em Manaus, o fechamento de pequenas e médias lojas no comércio da Zona Franca e a escassez de trabalho na construção civil já levaram ao desemprego duas mil pessoas e ameaçam criar sério problema social. 2-2-4

Depois de ver rejeitada pelo Sindicato dos Metalúrgicos sua proposta de reduzir 20 por cento da jornada de trabalho na fábrica de São Bernardo do Campo, a Ford Brasil demitiu ontem 500 operários da linha de montagem. Com estas dispensas, já esperadas pelos dirigentes sindicais, as demissões da Ford nos últimos quatro meses atingem 1.550 operários, ou seja, 15 por cento dos 10 mil em atividade até dezembro em sua fábrica de São Bernardo. Considerando-se os 22 mil operários de todas as suas unidades, as demissões da Ford representam sete por cento de seu pessoal.

As razões dos cortes, apresentadas pela empresa em nota oficial, foram, porém, novamente recusadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e

Diadema. Seu presidente, Luiz Inácio da Silva, disse que as propostas de redução da jornada de trabalho — e, consequentemente, dos salários dos operários — continuarão a ser rejeitadas pelo Sindicato.

Segundo dados da empresa, sua participação no mercado de veículos caiu de 18,7 por cento no primeiro trimestre de 1976 para 17,8 por cento no mesmo período deste ano, ou seja, uma redução de menos de um por cento. 23-4-77

Já no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo circulava ontem a notícia de que a Ford esta obrigando seus operários da linha Corcel a fazerem uma hora extra por dia, e que, no sábado, pelo menos 2 mil operários fizeram 8 horas extras cada um. Para o presidente do Sindicato, Luiz Inácio da Silva, essa denúncia, confirmada pela fábrica, demonstra que as demissões feitas pela Ford no mês passado, bem como a tentativa de redução da jornada de trabalho, não eram tão necessárias como a empresa tentou demonstrar. 3-5-77

FOLHA DE S. PAULO SALÁRIO MAIS BAIXO PRA QUEM PERDEU O EMPREGO cb

Na hora em que fiquei sabendo que seria demitido, levei um choque, apesar de já saber que a fábrica ia mandar muita gente embora. Eles já tinham reunido o nosso pessoal e dito que caso o sindicato não aceitasse a proposta da fábrica, muita gente ia para a rua. Fui embora, eu e mais da metade do pessoal da manutenção da usinagem.

Dei sorte, e quase consegui emprego como ajudante de estampanaria. Se der certo, eu vou passar a ganhar menos, quase (Cr\$ 1,10 a menos por hora. Mas a posição do sindicato foi certa, pois a gente não tem condições de ver o salário diminuído na situação de hoje. (...)

A funilaria, lá na fábrica, é chamada de inferninho, Vietnã: voam faiscas para todos os lados. Mas um colega, que ainda está lá, me disse que eles compraram uma penteadeira automática que faz o serviço de quarenta homens. Dizem que há até guardas de plantão para não deixar ninguém ver a máquina trabalhar.

Eu não conheço nenhum colega, dos que foram demitidos comigo, que já tenha conseguido colocação. E eu, como meio oficial penteador, só posso arrumar emprego na indústria automobilística. (Jair Bertinat-ti, 26 anos). (...)

Mas, na opinião destes três operários, somente um milagre vai permitir que o contingente de trabalhadores demitidos nos últimos meses esteja empregado logo. Ou, pelo menos, a sua grande maioria: afinal, as qualificações dos empregados na indústria automobilística são muito específicas, pois, no dizer de um deles, "quem aperta porcas o dia inteiro só sabe apertar porcas".

E é esse o caso de Jair e Ismael — José trabalha mais em funções gerais de limpeza e manutenção de máquinas —, e o de mais de três centenas de trabalhadores incluídos na "lista dos 500". Eles explicam que um mecânico de manutenção de máquinas operatrizes de usinagem, por exemplo, não tem qualificação para zelar por máquinas semelhantes de uma indústria de fiação e tecelagem.

Esse é apenas um exemplo, dizem eles, mas o maior problema é o da faixa salarial do pessoal especializado ou semi-especializado. O contraste é flagrante: um funcionário que ganhava Cr\$ 29,00 por hora na Ford recebeu uma oferta de Cr\$ 14,00. 22-5-77

VEJA, 4 DE MAIO, 1977

FOLHA DE S. PAULO

OS NOVOS NÍVEIS DO SALÁRIO MÍNIMO

Regiões	76 (Cr\$)	77 (Cr\$)	Aumento (%)
São Paulo, Rio, Minas, Distrito Federal	768,00	1 106,40	44,1
Rio Grande do Sul e primeiras sub-regiões de Paraná e Santa Catarina	712,80	1 027,20	44,1
Espírito Santo e segundas sub-regiões de Paraná e Santa Catarina	655,20	945,60	44,3
Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Amapá, Mato Grosso, Goiás	602,40	863,80	44,2
Maranhão, Piauí, Ceará, R.G. Norte, Paraíba, F. de Noronha, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Bahia	544,80	787,20	44,5

O LIMITE INFERIOR DO SALÁRIO

(Área urbana — em porcentagem)

Estados ou regiões	Recebe menos de um salário mínimo mensal	Recebe menos de dois salários mínimos mensais
São Paulo e Rio de Janeiro	23,4	57,1
Minas e Espírito Santo	46,3	76,3
Sul	34,4	71,8
Nordeste	56,9	81,3
Norte e Centro-Oeste	42,5	74,1
BRASIL	34,5	66,8

Fonte: IBGE, PNAD -- 4.º trimestre de 1973.

A pesquisa do IBGE apresenta a força de trabalho do país como sendo formada por 38 milhões, 324

mil e 687 trabalhadores, dos quais 22,8 milhões na área urbana e 15,4 milhões na área rural.

O ESTADO DE S. PAULO

— **FÉRIAS DE 30 DIAS** — Com vigência a partir de 1º de maio próximo, o Decreto-Lei nº 1.535 altera o Capítulo IV do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho

As alterações introduzidas no Capítulo IV, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a férias, têm como objetivos, segundo o governo:

- A — Estender para 30 dias corridos o período de férias aos trabalhadores;
- B — Reescalonar o período de duração das férias, de acordo com o número de faltas cometidas, de 20, 15, 11 e 7 dias úteis para 30, 24, 18 e 12 dias corridos;
- C — Possibilitar ao trabalhador a conversão de 1/3 das férias em abono pecuniário, que deverá ser pago pelo empregador antes do início do gozo das férias;
- D — Determinar que o abono de férias não será considerado salário para os fins das legislações do Trabalho e da Previdência Social;
- E — Facultar às empresas a concessão de férias coletivas, caso em que a concessão do abono de férias deverá ser objeto de negociação entre a empresa e o sindicato;
- F — Prever possibilidade de acúmulo de dois períodos de férias para os marítimos, e
- G — Reformular o critério de aplicação de multas aos infratores das normas consignadas no capítulo referente a férias, passando a gradação dessas multas de 1/5 a 10 vezes o salário mínimo regional para duas a vinte vezes o valor da referência previsto no artigo 2, parágrafo único, da lei nº 6.305, calculada a razão de um valor de referência por empregado em situação irregular.

14 DE ABRIL DE 1977

Um estudo do Dieese, feito na região do ABC, aponta que 24% dos metalúrgicos empregados na indústria automobilística recebem menos do que 2.400 cruzeiros por mês; isso também acontece com 70% dos trabalhadores em indústrias químicas e farmacêuticas, 77% dos marceneiros e 95% dos trabalhadores em lavanderias e tinturarias.

14º SALÁRIO

BRASILIA (Sucursal) — O presidente da Caixa Econômica Federal, Humberto Barreto, anunciou ontem que a entidade já está em condições de iniciar o pagamento do 14.º salário a partir do próximo dia 6 de julho. A programação do sistema já foi enviada aos computadores da CEF e aproximadamente 7 milhões de trabalhadores serão beneficiados pelo programa.

Segundo esclareceu Humberto Barreto, apenas as pessoas que estão cadastradas no PIS há 5 anos e recebem até 5 salários mínimos terão direito a receber o 14.º

O MÍNIMO SEGUNDO O DIEESE

O tempo de trabalho para a aquisição da ração essencial mínima prevista no Decreto-Lei 399 (30/04/1938) passou de 167 horas e 34 minutos, na cidade de São Paulo, nos meses de março, para 194 horas e 44 minutos, em abril, para o trabalhador que ganha salário mínimo. Em Porto Alegre, este custo passou de 156 horas e 17 minutos, em março, para 172 horas e 58 minutos, em abril.

O número de rescisões de contratos de trabalho apurado pelo Dieese cresceu acentuadamente em março (22,9%). O aumento foi aproximadamente igual, tanto na Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo como nos Sindicatos Profissionais. O maior número de dispensas foi registrado no setor industrial, ao contrário do mês de fevereiro, que apresentou mais demissões no setor de comércio.

CALCULO DO INDICE

O índice do custo de vida da família assalariada do Dieese é calculado com base em três estratos de renda familiar: inferior, médio e superior. O primeiro estrato corresponde a renda de até Cr\$ 500,00 a preços de janeiro/março de 1970. Seu valor aproximado hoje seria de Cr\$ 3.380,00. O estrato médio corresponde a renda familiar entre Cr\$ 500 e Cr\$ 1.000 (cerca de Cr\$ 3.380 e Cr\$ 5.760,00). As famílias do estrato de renda superior percebem mais de Cr\$ 1.000,00 a preços de jan/março de 1970. A média do custo de vida dos três estratos corresponde ao índice geral, cuja alta em abril foi de 6,36%.

Os gastos com alimentação, habitação, vestuário, transporte, equipamentos domésticos, recreação e fumo, saúde, educação e cultura, limpeza doméstica e higiene pessoal, corresponderam a Cr\$ 349,52 (preços de 1970) no mês de abril para as famílias do estrato inferior. A preços atuais, estas despesas estariam próximas a Cr\$ 2.366,00. Elas representam cerca de 70% dos rendimentos obtidos pelas famílias desse estrato.

Os gastos com os mesmos itens representam despesas de Cr\$ 634,37 para as famílias do estrato médio e de Cr\$ 1.167,49 para as famílias do estrato superior (a preços de jan/março de 1970). 17 DE MAIO

CARTA ABERTA: 1º DE MAIO

COMPANHEIROS,

Estamos, novamente, vivendo o DIA 1º DE MAIO. Com os trabalhadores do mundo inteiro, comemoramos



no DIA 1º DE MAIO, / marco importante na luta pela libertação dos operários, dos trabalhadores. O DIA 1º de MAIO é o dia em que os trabalhadores do mundo inteiro são convidados a se lembrarem dos operários que morreram na FÓRÇA, porque queriam MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA PARA SI E PARA SEUS COMPANHEIROS.

Foi assim que as coisas aconteceram: no dia 1º de maio de 1886, teve um comi

cio em Chicago, nos Estados Unidos e, durante o comício a polícia entrou em briga com os trabalhadores. Os operários organizaram um novo comício para o dia 4 de maio de 1886, quando aconteceu de novo briga e morte entre policiais e trabalhadores. A polícia prendeu as pessoas que falaram no comício, sendo que alguns foram condenados à morte. Morreram enforcados: Alberto Spies, Adolfo Fischer e Jorge Engels. O QUE OS OPERÁRIOS EXIGIAM NESTA LUTA?

Queriam:

- JORNADA DE 8 HORAS DE TRABALHO, para o operário ter possibilidade de lazer, descanso, estudo.
- DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER TRABALHADORA.

Em junho de 1889, os socialistas, reunidos em Paris para um Congresso Mundial dos Trabalhadores, em homenagem aos companheiros americanos mortos na luta, instituíram o 1º de maio como "DIA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES".

Em consequência destas lutas, foi reconhecida universalmente a jornada de 8 horas e certos direitos da mulher trabalhadora foram assegurados.

FESTAS E LUTA.

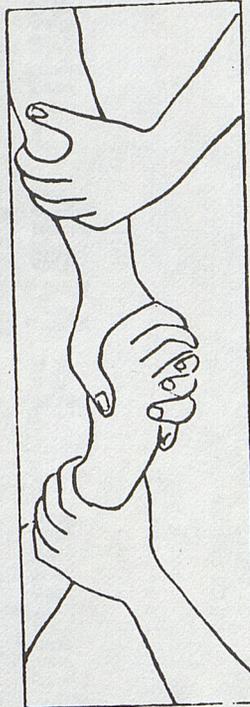
Até aqui um pouco de história. Dá para perceber por que comemoramos o DIA 1º DE MAIO? Será um dia de festas, com discursos, inaugurações e competições esportivas? Ou se trata de um dia de LUTO e de LUTA?

A situação em que os trabalhadores hoje vivem não é tão dura ou, em muitos sentidos, pior do que aquela que motivou as greves de Chicago, com o massacre dos trabalhadores?

A SITUAÇÃO. Basta ter olhos para se ver a situação. É claro que o trabalhador está sendo explorado. O salário que recebemos não é suficiente para nossas necessidades básicas. Não existe estabilidade no emprego e o trabalhador é despedido sem motivo. A participação na empresa não existe.

Aí não temos nem voz nem voto.

De modo geral, a própria estrutura e finalidade da empresa não respondem às necessidades do bem comum. As máquinas sem vida são melhor tratadas do que nós, pessoas humanas, feitos à imagem e semelhança de Deus. Os sindicatos estão afastados de sua finalidade de luta pelos verdadeiros direitos dos trabalhadores. graves são os problemas de transporte, de habitação, saúde... Como o salário normal é insuficiente, grande parte dos trabalhadores é obrigada a trabalhar de 10 a 13 horas por dia, inclusive aos sábados e feriados. Isto significa a destruição da grande conquista da classe trabalhadora: a jornada de 8 horas que deu origem ao dia 1º de maio.



A Ç Ã O. Diante de uma situação injusta, contrária aos direitos humanos, contrária aos ensinamentos do Evangelho/ que nos convidam à solidariedade, à justiça, não podemos ficar com os braços cruzados. é preciso/ construir nossa UNIÃO. Cada trabalhador precisa conversar com outro, sobre a situação. Nossa força está em nossa união. Pequenos grupos na empresa, nos bairros, nossa presença nos sindicatos, irão, aos poucos, quebrando a indiferença, a desconfiança, o medo.

Neste 1º de maio de 1977 apelamos, pois, a todos os trabalhadores, nossos companheiros, para que estejamos unidos, nos organizemos nas empresas, / sindicatos e bairros, afim-de aprofundarmos nossos conhecimentos sobre a realidade e sobre as / condições que a classe tem, para encontrar soluções adequadas.

Que lutemos juntos para se criar um sistema não com base no egoísmo econômico e, sim, no respeito à pessoa humana.

Rendamos nossas homenagens aos companheiros massacrados em Chicago e a todos os outros que, no mundo, deram suas vidas pelas conquistas da classe operária, assumindo, HOJE, nossa responsabilidade na continuação desta luta.

- IGREJA NO MUNDO DO TRABALHO -
PASTORAL OPERÁRIA

Arquidiocese de São Paulo
Av. Higienópolis, 890 - São Paulo.



LUTA SINDICAL

ANO 2
Nº 5

Orgão da Oposição Sindical Fevereiro-1977

O QUE SÃO AS DISPENSAS

Em muitas empresas, está tendo dispensas, com desculpas do preço do petróleo, falta de mercado para seus produtos, e outras por falta de financiamento dos bancos.

O que isto esconde, é que os patrões estão produzindo menos e vão tirar das nossas costas a diferença, diminuindo os nossos salários e usando o Fuzão de Garantia, para nos dispensar, para depois empregarem menos operários, com salário muito menor, para manter o seu lucro.

Nós não podemos sustentar a anarquia da produção que cria crises, e joga o peso nas nossas costas.

Neste momento, é preciso olhar que os nossos direitos, vão ser diminuídos, como é o caso do seguro de acidentes do trabalho que quase tirou toda culpa da empresa, passando a dor e responsabilidade ao acidente para o operário.

Esta crise fabricada pelos patrões, nós não podemos aceitar, pois não participamos das decisões, então o que cabe aos operários é se opor ao plano de dispensa e ao rebaixamento salarial, pela diminuição dos operários na produção.

Para se opor firme precisamos nos unir em comissões de resistência contra a dispensa, que mostre pros companheiros que devemos reagir, produzindo menos, fazendo paralizações do trabalho para readmitir os dispensados mostrando que podemos responder unidos às arbitrariedades dos patrões. A oposição sindical propõe que os companheiros resistam aos planos da crise dos patrões e se unam em cada lugar de trabalho, com os operários dispostos a formar comissões de resistência para encaminhar as lutas, contra as dispensas e ao rebaixamento salarial, esclarecendo à fábrica que o patrão quer nos dividir, por isso devemos estar unidos para defender nossos direitos contra as dispensas e contra o baixo salário.

METALÚRGICA INDEPENDENTE



O sindicato é uma organização do operariado não só historicamente necessária como, também, inevitável.

É através dele que a classe operária levará avante suas lutas reivindicativas, e através dele, também, que o operariado construir-se-á como classe para si, isto é, independente, livre de qualquer intromissão que seja contra seus interesses.

Portanto, companheiros, retomar os sindicatos, hoje, no caso específico do Brasil, significa

M: instrumento de luta pela emancipação da classe

levar uma luta ampla pela reorganização da classe, e para isso é necessário uma ampla conscientização da classe sobre a necessidade de retomar os sindicatos.

É justamente para atender esta necessidade que aponta o METALÚRGICO INDEPENDENTE, órgão centralizador desta luta, e que tem por objetivo atender e orientar as pequenas lutas da classe no sentido de sua emancipação e organização, pela retomada dos sindicatos.

-PELO SINDICATO INDEPENDENTE
E REIVINDICATIVO

-POR LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Por um 1º de Maio unitário!

No atual momento histórico e político por que passa a classe operária no Brasil, frente a inexistência das liberdades democráticas, os operários e os trabalhadores brasileiros vêm-se impedidos de se manifestar no 1º de maio, o dia do trabalhador

Durante 13 anos, após o golpe militar, a classe operária e os setores combativos dos trabalhadores viram-se presos por uma camisa de força que os levou ao atual estado de desorganização.

Porém a classe nunca deixou de dar suas investidas por menos que fossem, e isto atesta a

existência de uma vanguarda disposta e disposta a mobilizar o conjunto da classe, mais do que isto, atesta a disposição da classe em se organizar. O que portanto, impede que isso ocorra é a inexistência de um mínimo de liberdade.

Porém, companheiros, no atual momento, com a crise econômica a despencar sobre nós por total, com a alta da gasolina, com o desemprego em massa, este artigo propõe uma manifestação em massa no 1º de maio que se aproxima, visto que a classe já está em condições e disposta a se manifestar.

PORTANTO, COMPANHEIROS,
É NECESSÁRIO UMA AMPLA DIVULGAÇÃO EM CADA FÁBRICA,

É PRECISO ACITAR AS BASES

POR UMA MANIFESTAÇÃO UNITÁRIA NO 1º DE MAIO

POR LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

PELO DIREITO DE ORGANIZAÇÃO, PELO DIREITO DE GREVE
CONTRA O ARROCHO!

Polícia confirma prisão de 6 por distribuir panfleto

A prisão de seis operários de indústrias da região do ABC, acusados de participação na distribuição, na última quinta-feira, de panfletos convidando os trabalhadores a "defender seus interesses", foi confirmada ontem, em nota oficial, pelo delegado geral de polícia, Tácito Pinheiro Machado. Segundo o comunicado, a prisão foi feita com a ajuda de um morador das proximidades da General Motors do Brasil que avisou a polícia da distribuição dos panfletos naquela área.

Na madrugada do dia 28, Celso Giovanette Brambilla, José Maria de Almeida e Marcia Bacceto Pais, foram presos no Volkswagen de placas MA-4650, de propriedade

de Fernando Antonio de Oliveira Lopes, onde a polícia encontrou grande quantidade de panfletos "que pregavam a desordem e a subversão".

A nota informa também que no decorrer das investigações feitas pelo DOPS, foram detidos Fernando Antonio de Oliveira Lopes, Anita Maria Fabri e Adamir Marini, estudantes que, obedecendo orientação de organização subversiva, infiltraram-se em indústrias da grande São Paulo, com o objetivo de aliciar operários para o extremismo de esquerda. Todos os detidos foram indiciados por infringirem a Lei de Segurança Nacional.

"Um dia de luta"

Quinta-feira última, em di-

versos pontos de ônibus e portas de fábricas do ABC foram afixados dois tipos de panfletos falando sobre o significado do primeiro de maio — "um dia de luta" — e convidando os operários a participarem ativamente para "conseguir elevação geral dos salários e congelamento dos preços, fim do arrocho salarial e direito de greve, seguro desemprego igual ao salário profissional, liberdade de manifestação e organização aos trabalhadores e oprimidos".

Nó mesmo dia o DOPS recolheu a maioria dos panfletos e em alguns sindicatos chegaram notícias da prisão de vários operários, que não foram confirmadas pelas delegacias do ABC. A Curia Me-

tropolitana de São Paulo recebeu, ontem pela manhã, um pedido da família de Adamir Marini, membro da Pastoral Operária, para tentar localizá-lo, uma vez que sexta-feira ele não voltara para casa nem batera a saída em seu cartão de ponto na Quimbrasil, em Santo André, onde trabalha há três anos.

A chapa de oposição do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo distribuiu ontem em todos os sindicatos e faculdades da Grande São Paulo um manifesto dirigido "a todos os que defendem o direito de liberdade no Brasil", denunciando o desaparecimento de Celso Brambilla, José Maria de Almeida e Marcia Bacceto Pais.

FOLHA DE S. PAULO

Os operários querem ter voz

Entre as entidades que perfilaram ao lado das manifestações estudantis, prestando-lhes solidariedade, apareceu uma até então desconhecida Associação Independente de Metalúrgicos. O fato não deixa de refletir o momento em que se vive e, por isso mesmo, deve ser pensado e analisado a partir de suas causas: as insatisfações generalizadas, cujas comportamentos começam a se romper.

Talvez a organização anunciada esteja ainda num embrião teórico, não passando de um simples enfeite à euforia suscitada pelo rompimento do longo silêncio dos estudantes. No entanto é uma idéia que pode prosperar, pois fundamenta-se na invalidez da atual estrutura sindical. Esta, longe de corresponder às necessidades do momento, afunda-se cada vez mais num clima de marasmo onde se dilui a perspectiva de colaboração que o operariado poderia prestar para a solução dos problemas econômicos e sociais enfrentados pelo país.

De fato, as entidades de classe, sob vigilância policial e submetidas a um ordenamento jurídico que se move ao sabor dos interesses políticos do Poder Central, hoje são pesos mortos dentro da sociedade. Com elas, ninguém pode contar como canal de expressão dos anseios e reivindicações de quem quer que seja.

Tudo um poderoso aparelho de segurança se move em função desse cerceamento. Agentes

policiais, às vezes provenientes de escalões inferiores, visitam constantemente os sindicatos e estabelecem, como que investidos de autoridade incontestável, o comportamento a ser seguido pelos dirigentes sindicais, na contingência das crises sociais ou de um acontecimento às vezes banal da vida sindical. No dia 1.º de maio, dois funcionários do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André foram presos pelo simples fato de estarem distribuindo aos operários sindicalizados o jornal da entidade. Posteriormente, a diretoria do órgão foi visitada por duas vezes por um investigador do DEOPS lotado no ABC, que lhe sugeriu a linha editorial a ser imprimida à publicação informativa.

Em face dessa estrutura sindical assim subordinada ao poder de fato, é compreensível que as insatisfações operárias se extravagem do âmbito oficial e encontrem quem resolva canalizá-las organizatoriamente. A Associação Independente dos Metalúrgicos, instituição real ou apenas visualizada, apresenta-se como uma opção capaz de preencher o vazio do operário do setor. Uma proposição, naturalmente, a sugerir ao governo uma revisão do tratamento que tem dispensado ao sindicalismo, sob pena de ver-se uma nova versão dos idos do início do século, quando os operários se organizaram para opor resistência à ordem estabelecida e, através de suas próprias forças, armar a defesa dos seus direitos profissionais.

22 DE MAIO DE 1977

Vitória da oposição em Perus

A oposição venceu as eleições no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Cimento, Cal e Gesso de São Paulo, após três anos e meio de intervenção. A apuração, realizada na manhã de ontem pelo representante da Justiça, revelou 155 votos para a chapa encabeçada por Milton de Souza Felix, ex-interventor, e 463 votos para a de João Breno Pinto, presidente do Sindicato até março de 1964. Houve ainda 27 votos nulos e em branco. 17 de maio

tranquilidade sindical

"Sindicato não é sinônimo de agitação, arruaças, quebra-quebra ou intranquilidade". A afirmação foi feita, ontem, em Porto Alegre, pelo ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, na abertura do fórum econômico da 11ª Semana Sindical Gaúcha. Depois de lembrar que havia

3.600 sindicatos em 1964 e que hoje existem 7 mil, Prieto afirmou: "Os sindicatos estão numa caminhada diferente que trilham antes daquele ano. Hoje se luta nas mesas redondas, e na Justiça, se procura o entendimento entre as partes, através de processos pacíficos e ordeiros". 26 DE ABRIL

eleição suspensa

As eleições do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração de Carvão do Distrito de Rio Maina, em Criciúma, marcadas para o último dia 29, foram canceladas à última hora, e sem aviso prévio, pela junta governativa que assumiu a direção da entidade quatro dias antes, com a renúncia do presidente interino, Aristides Mota. "As eleições foram suspensas devido à impossibilidade de se realizá-las, uma vez que as cédulas e a relação dos votantes não foram deixadas prontas pela diretoria anterior que renunciou" — alegou o presidente da junta governativa, Valdir Rousseno.

Com a intenção de promover a demissão em massa do corpo de associados, alguns mineiros mais revoltados com a decisão da junta tiveram de ser dispersados por uma viatura policial. "Fomos ludibriados mais uma vez" — diziam eles. Esta é a segunda vez que ocorrem anormalidades em eleições do sindicato de Rio Maina. Na primeira, em novembro do ano passado, a chapa da oposição venceu recebendo 65,5% dos votos, mas não chegou a assumir porque o pleito foi anulado pela Delegacia Regional do Trabalho, sob a alegação de que não houve quorum suficiente para a sua realização. Entretanto, dos 2.039 associados votaram 1.759, enquanto os estatutos desse sindicato prevêem um quorum de 50% mais um eleitor.

3-5-77

Arquidiocese de São Paulo
Região de Santo Amaro

CARTA ABERTA

A Pastoral do Mundo do trabalho da Região de Santo Amaro, em comemoração à data do 1º de Maio, reuniu-se com 1500 pessoas, nossos companheiros trabalhadores e povo das Comunidades da Região, contando também com a participação de diversos setores da sociedade e do Mundo do Trabalho: a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, a Oposição Sindical dos Gráficos de São Paulo, representantes dos trabalhadores da Construção Civil de Osasco e estudantes representados pelo D.C.E. da U.S.P.

Lembramos que o dia 1º de Maio não é um dia de festas. Significa um dia de luto e de luta. Luto, porque nesse dia recordamos todos os operários que morreram na luta por melhores condições de vida para a classe trabalhadora, em particular os mártires de Chicago, que foram enforcados por lutarem pela conquista das 8 horas de trabalho e por melhores condições de vida.

Luta, porque hoje a nossa situação volta a ser praticamente a mesma, cor a classe trabalhadora pagando sozinha o preço do "desenvolvimento":

"Todo desenvolvimento tem um preço social, mas é uma exigência ética indeclinável que esse preço seja justo, seja equitativamente distribuído e socialmente destinado. Tal preço não é justo quando não há equivalência entre o valor da prestação de cada um no esforço comum e o valor de sua participação na riqueza criada. Não é equitativamente distribuído, quando recai mais pesadamente e sem razão que o justifique sobre uma parte da Nação mais que sobre a outra. Não é socialmente destinado, quando, sem se traduzir em vantagens proporcionais para promover as condições de vida do povo, dá ensejo a formação de classes privilegiadas." (Item 46 - Exigências Cristãs de uma Ordem Política)

O arrocho salarial, como instrumento de combate à inflação, impede o aumento real do salário e leva, na prática a volta da jornada de trabalho de até 15 horas por dia, através das horas extras.

O custo de vida que dispara e o desemprego, levando a fome a milhares de companheiros, piorando as condições de vida do povo. Como consequência disso o povo é doente e o INPS, atendendo cada vez pior, não vale o dinheiro que come na nossa folha de pagamento.

A falta de liberdade para que a gente possa se organizar em Sindicatos livres sem interferência do Ministério do Trabalho, que possam realmente unir os trabalhadores na defesa dos nossos direitos e interesses.

É sentindo toda essa situação que denunciemos e nos solidarizamos com os trabalhadores e estudantes presos no ABC às vésperas do 1º de maio:

Celso Giovanetti Brambilla - operário da Mercedes
Marcia Basseto Paes - operária da Auto Metal
José Maria de Almeida - operário da Laminação de Metais S.A.
Adamir Marini - operário da Quimbrasil
Fernando de Oliveira Lopes - estudante de psicologia no ABC
Anita Maria Fabri - estudante de História na U.S.P.
Fortuna Dwek - estudante da P.U.C. de S. Paulo
Cláudio Lucio Gravina - estudante da P.U.C. de S. Paulo

Protestamos contra essas prisões arbitrárias e exigimos a sua imediata libertação.

- Pela Liberdade de Organização Sindical e Democracia para o Povo.
- Por melhores condições de vida e melhores salários.
- Pela imediata libertação dos trabalhadores e estudantes presos no ABC e anistia a todos os presos e exilados políticos.

São Paulo, 1º de maio de 1977.

Pastoral do Mundo do Trabalho - Região de Santo Amaro

DE FATO nº 14
Belo Horizonte
Maio de 1977

1º de maio: A FESTA DO GOVERNO

Engraçado. Seria natural que o Dia do Trabalho fosse comemorado por iniciativa dos trabalhadores. Mas o que vimos na «Festa Nacional dos Trabalhadores», centralizada em Belo Horizonte e realizada na Praça Rio Branco, ou Praça da Rodoviária, no 1º de Maio, não passou de uma festa criada de cima pra baixo, sem participação e sem a alegria dos homenageados. E o interessante é que os próprios promotores da «festa» não se intimidaram em se convidarem e ser o centro do acontecimento. Os trabalhadores não tiveram o direito de escolher seus convidados.

Por que Belo Horizonte desta vez foi a escolhida? Bem, as últimas comemorações oficiais do Dia do Trabalho foram centralizadas nas cidades de Joinville, Santa Catarina, e Volta Redonda, no Estado do Rio. Este ano resolveu-se que as festividades deveriam se realizar numa capital. É claro que a ideal deveria ser São Paulo mas a capital paulista possui hoje um movimento sindical mais ativo e é o centro nervoso das reivindicações trabalhistas no país. Porto Alegre é dominada pelo MDB, assim como o Rio de Janeiro.

Mas mesmo sem entusiasmo a tal «festa» aconteceu. Na marra. Vejamos como ela foi feita. Como fazer uma festa sem os homenageados? Isto é impossível? Não. Milhares de pessoas estiveram presentes na praça da Rodoviária, é inegável. Como diz o velho ditado: «Pra tudo tem jeito, só não tem jeito pra morte». A verdade é que pelo menos oito dias antes uma comissão especial da Presidência da República chegou a Belo Horizonte e, depois de desalojar alguns dos superassessores de seus luxuosos gabinetes no segundo andar do Palácio dos Despachos, pôs mãos à obra, com ajuda do assessor de imprensa do governo mineiro, articulando um esquema capaz de sensibilizar multidões. Gente para lotar a Praça Rio Branco, «um ponto de fácil concentração», segundo ponto de vista de vários elementos do gabinete do governador de Minas.

Determinado o local, altamente estratégico os homens de gabinete partiram para acionar outras áreas: Prefeituras da Arena, de municípios ligados a Grande BH, empreiteiros beneficiados com grandes contratos de obras, produtores rurais - o que também não foi difícil, pois bastou o encaminhamento de uma circular a cada um dos «homens de classe» para que eles atendessem prontamente, comparecendo a uma reunião com os organizadores das festividades.

Dirigentes «representativos»

Naturalmente, para temperar o molho, faltava a presença de alguns líderes sindicais, pois, como se comentava em palácio, «festa de povo não pode existir sem a presença do povo». Acontece que nem todos os líderes se dispuseram a atender ao chamamento. Eles procuraram, então, os sindicatos mais desfigurados por intervenções brancas ou mesmo pela presença de dirigentes interessados na própria carreira. E veio a primeira adesão: o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Fumo. Depois, o dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica de Divinópolis o Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários - apesar da grande revolta dos motoristas de táxi contra a bagunça do trânsito, provocada pela parafernália ornamental da cidade, que, junto com outros gastos, custou aos cofres públicos 1.500 salários mínimos.

Pelo que pudemos constatar na praça, o público que lá compareceu era dividido em quatro tipos: gente do interior; gente curiosa em conhecer o presidente ao vivo (quem não tem a curiosidade de conhecer o presidente de seu país?); crianças (estamos dizendo crian-

ças e não trabalhadores) que foram atraídas ao centro da cidade sob pretexto de participar de um passeio de bicicleta pela avenida Afonso Pena e ainda aquelas que entraram dentro de ônibus para fazer um «passeio dominical» e, por último, pessoas que se dirigiram para o local apenas porque não tinham o que fazer no domingo - é sabido que Belo Horizonte não oferece maiores possibilidades de lazer às classes populares. Há que se acrescentar os saudosistas dos velhos tempos de aglomerações espontâneas, coisa rara de um punhado de anos pra cá. Hoje aglomerações só acontecem em recinto fechado, como é o caso do Mineirão.

Com o pessoal do interior aconteceu o seguinte: as prefeituras procuraram reunir o maior número possível de servidores, conseguiram ônibus especiais e caminhões, oferecendo viagem gratuita a Belo Horizonte, mais alimentação. O pessoal que não conhecia a capital viu na viagem uma oportunidade de fazer «turismo» e conhecer o falado Mineirão num jogo do Galo, sem pagar nada. Ninguém titubeou e não houve ônibus que chegasse, pois outros moradores das cidades também queriam entrar nessa. Chegando a Belo Horizonte, o pessoal foi deixado nas proximidades da Rodoviária e para lá foi encaminhado carregando faixas encomendadas pelas prefeituras, com mensagens em nome dos trabalhadores.

O trabalhador Geraldo Luís Martins, que segurava uma faixa sem nenhum entusiasmo, dizia que viajou de Jumento, no Norte de Minas, até BH, exclusivamente por causa do jogo do Atlético e porque a prefeitura local estava pagando os gastos.

Lanches e horas extras

Um exemplo de capacidade de arrematamento foi dado pela prefeitura de Araxá, nas mãos da Arena. De lá vieram oito ônibus trazendo funcionários, cerca de 140 pessoas, mais o pessoal que pegou «carona». E assim ocorreu nas outras cidades. Todo mundo foi levado para a praça da Rodoviária pela manhã, com as devidas faixas encomendadas pelas administrações municipais (e não pelos trabalhadores). O funcionário João dos Reis Resende podia ser identificado por um crachá que trazia pregado no paletó e, sem nenhuma emoção, macabúzio, segurava uma faixa em que os bancários de Araxá transmitiam seu abraço ao presidente da República. João dos Reis e seu parceiro carregador de faixa dos outros negaram que fossem bancários e disseram que a prefeitura havia dado condução e Cr\$ 40,00 para o almoço. Não era natural que os próprios bancários segurassem a faixa em que transmitiam suas mensagens? O senhor João dos Reis estava ali como se estivesse cumprindo ordens, como se estivesse exercendo suas atividades normais na prefeitura. E assim acontecia com todo o pessoal que veio do interior. Parece que os trabalhadores haviam decidido descansar no seu dia e as prefeituras trataram de arrumar gente que quisesse representá-los em BH.

Trabalhadores de Três Marias também estiveram presentes à «festa». A prefeitura local deu uma gorjeta para que eles viessem e, para que não houvesse dúvida de que se tratava realmente de trabalhadores, forneceu macacão e capacetes novos. Eles voltaram para as margens do rio São Francisco à noite, depois do jogo do Atlético. Também estavam de capacetes os operários da construtora Camargo Correia, que, como o Curtume Santa Matilde, pagou o equivalente a um dia de trabalho para quem quisesse ir à praça. A concorrente Mendes Júnior não deixou por menos:

pagou cinco horas extras. A M. Roscoe Engenharia prometeu sortear dez bicicletas Caloi, além de dar a cada um dos que lotaram os sete ônibus alugados um lanche no valor de 30 cruzeiros - ao trabalhador e à família, caso ela se dispusesse a comparecer. Isto, fora as pressões sobre elementos de liderança dentro da empresa, para que colaborassem, sob risco de demissão sumária.

E mais: enquanto os órgãos de governo se encarregavam de mandar confeccionar faixas e cartazes, o que deu margem à prefeitura de Belo Horizonte de saudar o presidente «Hernesto» - com agá - em plena praça Tiradentes e rua da Bahia, a Cemig convocava seus operários, aqueles mais necessitados, acenando para eles a possibilidade de que a presença à «grande festa» viria trazer benefícios, como o salário família em dobro, por prazo indefinido. Outros que não resistiram aos apelos foram os trabalhadores da Krupp, que compareceram em troca de camisas, lanche e condução, o mesmo acontecendo com o pessoal da Frimisa e da Fiat. Também foram aproveitados para encher a praça os representantes de diversas empresas que iriam participar da Olimpíada Operária Global no Mineirão, à tarde.

O tombo nos ciclistas

A Secretaria de Esportes da Prefeitura resolveu aderir à campanha «Esporte para Todos» e, por «mera coincidência», promoveu no domingo, Dia do Trabalhador, um passeio coletivo de bicicletas, moda que está se alastrando pra tudo quanto é canto, por conta do Mobral e do MEC. Aproveitando o ensejo, procurou canalizar a presença de milhares de ciclistas. O passeio acabou se resumindo a um percurso pela avenida Afonso Pena, saindo de frente à Prefeitura e inevitavelmente desembocando na praça da Rodoviária. Realmente, naquele domingo tudo estava como o diabo gosta. Não precisa dizer que 99 por cento dos ciclistas eram jovens. Apenas para o locutor Dirceu Pereira - que comandava o microfone do palanque com o entusiasmo digno de um locutor esportivo em dia de Atlético x Cruzeiro - aquela menina era tida como massa de trabalhadores. Aliás, por falar em Cruzeiro, momentos antes de a comitiva presidencial chegar ao palanque, a charanga do time quase rouba as atenções da festa. Colocada ao lado do público, em cima da carroceria de um caminhão, agita um samba e o público preferiu dar as costas ao palanque.

Na platéia havia alguma curiosidade em torno da chegada do Presidente e sua comitiva. Curioso: um senhor de meia idade perguntou pra seu companheiro por onde que a comitiva iria entrar no palanque. A resposta veio: «Ah, Juscelino saia no meio do povo». Daí a pouca comitiva chega, os discursos começam. Aureliano Chaves fala e uma senhora resmunga: «Eles não falam, só ficam fazendo elogios. As professoras estão afazendo fome». Eles falavam e as palmas eram sempre puxadas do próprio palanque. Ali, como mais tarde nas demais programações, os jornalistas ficaram distantes das personalidades, cercados. Nem mesmo os dirigentes sindicais que lá compareceram a quem fora prometido um «diálogo franco e aberto» no momento em que foram convidados, puderam apresentar seus problemas. Depois das festividades, decepcionados, eles se manifestaram frustrados por não terem conseguido conversar com o presidente.

Naquela noite, no programa «Fantástico, o Show da Vida», o locutor Cid. Moreira empostou sua voz para anunciar que o povo havia comparecido à «Feira Nacional do Trabalhador», em manifestação espontânea.

80 mil universitários entraram em greve

Em sinal de protesto contra a prisão de operários e estudantes, por causa do Primeiro de Maio, e em solidariedade aos presos, entraram em greve, ontem, a Universidade de São Paulo, (inclusive o campus de São Carlos), a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a Universidade Estadual de Campinas, a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, a Universidade Federal de São Carlos e algumas unidades da Universidade Estadual Paulista, notadamente a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara. No total, estima-se que mais de 80 mil universitários paralisaram suas

atividades escolares, ontem, dedicando-se à preparação do Ato Público marcado para a noite de ontem, no Teatro da Universidade Católica, em São Paulo, e a outras providências relacionadas com as prisões.

Alguns dias antes do Primeiro de Maio, cinco operários da reunião do ABC, e dois estudantes (uma, aluna da USP) foram presos por distribuírem convites às comemorações de trabalhadores que se realizaram no domingo, organizadas por entidades de bairros, grupos de oposição sindical, Pastoral Operária da Igreja e Diretórios estudantis livres da USP e da PUC.

Jornal de Recortes
DCE-UFMG nº15

Na PUC, protesto de 5 mil

A convocação de uma assembleia constituinte e a criação de um comitê pela anistia foram aclamadas por cinco mil pessoas reunidas na terça-feira à noite, em frente à PUC, na Rua Monte Alegre, em ato público contra a prisão de cinco operários e quatro estudantes durante as comemorações do Dia do Trabalho.

O Comitê — batizado de Comitê 1º de Maio — reuniu-se ontem pela primeira vez, mas desde a véspera já contava com o compromisso dos Centros Acadêmicos das faculdades de Direito da USP e da PUC, de assumirem a defesa dos presos políticos.

Enquanto moradores dos prédios localizados em frente à PUC assistiam por trás das grades de seus edi-

fícios ou espiavam pelas janelas, na assembleia, que ocupava metade do quarteirão, além de muros, grades e o saguão do TUCA, decidia-se que a concentração marcada para hoje ao meio-dia, no largo São Francisco, não se limitará a protestar contra as prisões e torturas, mas deverá abranger "a defesa de todas as liberdades democráticas".

O ESTADO
DE S. PAULO

O ESTADO DE S. PAULO

Passeata reúne 10 mil estudantes em S. Paulo

Aproximadamente 10 mil pessoas participaram, no começo da tarde de ontem, de uma passeata organizada por universitários de São Paulo, percorrendo as ruas do Centro da cidade até a praça Ramos de Azevedo. No final do viaduto do Chá, um cordão de veículos policiais e um grupo de investigadores interromperam a passeata com a ajuda de bombas de gás lacrimogêneo, o que não impediu os estudantes de, sentados no meio do passeio, lerem uma carta aberta em que pediam anistia para os presos

políticos e volta das liberdades democráticas.

O movimento, porém, não se restringiu a São Paulo. Em Ribeirão Preto e em São Carlos também houve passeatas pelas ruas centrais e, em Campinas, uma concentração marcada pelos alunos da Unicamp e da PUC local reuniu mais de três mil pessoas. E já existem repercussões em Minas Gerais, no Paraná, e no Rio de Janeiro, onde os estudantes programaram greves e atos públicos de apoio aos universitários paulistas.

em seguida, e imediatamente aprovada. Seguindo todas as instruções dadas pelos representantes do DCE através dos microfones, os estudantes começaram a se deslocar calmamente pela rua São Bento, observados pelas pessoas que andavam pelo Largo e pelos calçadões. Durante o trajeto, iam sendo repetidas as palavras de ordem pronunciadas durante a manifestação: "Anistia; Soltem nossos presos; Liberdades Democráticas; Abaixo a Carreira".

Na Praça do Patriarca, pela primeira vez, a Polícia tentou — e não conseguiu — deter a passeata: seis policiais com cassetetes e bombas de lacrimogêneo desceram de uma viatura, mas só conseguiram ameaçar e agredir algumas das pessoas que assistiam à manifestação. A passeata continuou, com uma pequena alteração no trajeto, en-

quanto era observada por pessoas instaladas nos edifícios, que batiam palmas e atiravam papel picado. Os estudantes já chegavam em frente ao prédio da Light — às 13e49 — quando se abriu um espaço na multidão e vários policiais começaram a atirar bombas de gás lacrimogênio.

Em ordem, sentados sobre toda a pista do viaduto, os estudantes continuavam a gritar seus slogans e começaram a cair papéis picados dos edifícios — principalmente do Conde de Prates.

O coronel Erasmo continuava cercado por jornalistas e policiais quando se ouviu um estranho grito de dois homens mal vestidos: "Liberdade para os ambulantes". Os dois foram afastados pela polícia, enquanto o coronel esbravejava com os jornalistas porque o impediam de ver os estudantes reunidos.

A maior preocupação dos estudantes, contudo, é evitar qualquer divisão no movimento que conta com a solidariedade de diversos setores.

Foram lidas, durante o ato público, carta da Liga Feminina pela Anistia, da comissão de bancários, de operários de São Bernardo e de São Paulo, de associações de professores, da oposição do sindicato dos gráficos, além da maioria das escolas superiores do Estado. O deputado Alberto Goldman, representando o MDB, afirmou que "nesse momento, em que o movimento estudantil se organiza na luta pela libertação dos estudantes e operários, pela liberdade democrática, receberá o apoio de todos os setores da oposição".

A concentração terminou por volta de meia noite depois de aprovar um manifesto de ato público contra as prisões, pela constituinte e contra a ditadura

5-5-77

Alheios ao nervosismo dos policiais, os estudantes continuavam sentados no chão gritando **Liberdades Democráticas e Anistia**, enquanto os agentes páisana evitavam que a população se aproximasse e espalhavam o boato de que os operários e estudantes presos já haviam sido liberados. A carta aberta à população foi lida novamente, enquanto o coronel Erasmo, através do rádio, informava ao Batalhão de Choque que "a guerra estará terminada quando vocês chegarem".

Detenções

Enquanto em São Paulo a Secretaria da Segurança Pública enviava à Justiça Militar o pedido de prisão preventiva para cinco dos oito detidos no ABC, em Curitiba 8 estudantes foram presos ontem ao sair de uma reunião preparatória a uma assembleia e em São Carlos 20 alunos foram detidos quando vendiam bônus para o Comitê de Anistia dos Presos Políticos.

Ceará e Piauí

7-5-77

Um grupo de 60 estudantes da Universidade Federal do Ceará pediu ontem garantias ao pro-reitor para assuntos estudantis. João Nunes Pineiros, a quem denunciaram a ocorrência de prisões na universidade. Em Teresina, no Piauí, cinco pessoas foram presas pela Polícia Federal, acusa-

das de terem participado da pichação dos muros da Universidade Federal com slogans contra o governo.

O Movimento Feminino pela Anistia, de Fortaleza, distribuiu uma lista com o nome de dez pessoas presas nas últimas duas semanas pela Polícia Federal. Entre essas pessoas estariam alguns estudantes, mas o

único nome apresentado ontem ao pró-reitor pelos universitários foi o de Daniel Quintas dos Santos Colares, aluno da Faculdade de Direito, que encabeça a lista fornecida pelo Movimento.

Os presos de Teresina são o cartunista Alberi Nunes, o agrônomo Pedro Guerra, o sociólogo Antonio José Me- deiros e sua mulher, a pro-

fessora Rita Maria Cavalcante, e um homem não identificado, que teria sido levado para Fortaleza.

10-5-77 No Recife, 64 alunos da Universidade Federal Rural de Pernambuco, que foram punidos pela Reitoria por terem danificado bancos da casa do estu- dan e, vão reunir-se hoje

para organizar sua defesa. As manifestações estudan- tis, que se verificam em di- versas áreas do País, tam- bém já ocorrem em Aracaju, onde foi divulgado um docu- mento condenando "prisões e medidas de força que obs- troem um contato mais efe- tivo entre todos os brasilei- ros".

O ESTADO DE S. PAULO

NA
PUC DO
RIO

Sob forte esquema poli- cial — foi utilizado até um helicóptero que fez vários vôos rasantes para filmar e fotografar o campus da PUC-RJ —, sete mil universitá- rios fluminenses realiza- ram ontem o ato público em protesto pela prisão de estu- dantes e operários presos no ABC, decidindo promo- ver dia 19 — "dia nacional de luta" — uma manifesta- ção de rua para exigir "o fim das prisões, torturas, assas- sinatos, perseguições políti- cas, e a anistia a todos os presos cassados e banidos".

A manifestação, a primei- ra que se realiza desde 1968, reunindo estudantes de vá- rias universidades do Es- tado do Rio, durou quatro horas e constou da leitura de uma série de manifestos em favor de liberdades polí- ticas, volta ao estado de di- reito e liberdade de mani- festação, lidos por estuda- ntes e grupos que expressa- ram solidariedade ao movi- mento. Entre estes, famílias de presos políticos, deputa- dos e vereadores do MDB, oposições sindicais dos ban- cários fluminenses e dos metalúrgicos de São Ber- nardo do Campo e universi- tários de outros Estados.

Também foi lida uma carta aberta à população, comunicando a criação de um comitê de anistia e de- fesa de presos políticos "aberto a amplos setores da população" e contendo as palavras de ordem do movi- mento estudantil.

Treze estudantes se reve- zaram como oradores du- rante a manifestação, de- nunciando o significado das prisões em São Paulo e des- tacando "a necessidade da união dos estudantes, pois só com nossa luta poderem- os conseguir a liberdade de manifestação, emancipa- ção dos trabalhadores, do povo pobre dos campos do Brasil, entim de todos os se- tores oprimidos".

Gol a Gol nº30 DCE-UFGM

PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Apesar das tentativas de intimi- dação escritas, faladas e armadas, o Ato Público significou uma vitória das forças democráticas. O firme po- sicionamento dos estudantes e demais setores presentes fortalecem a luta nacional pela libertação dos estudan- tes e operários presos em São Paulo. Se por um lado o governo mostrou sua disposição de reprimir qualquer mani- festação pública de repúdio à falta de liberdade existente no país e às prisões arbitrarias, por outro lado, o Ato representou uma conquista des- ta liberdade, avançando nossa organi- zação e livre expressão. Ao mesmo tem- po que o povo e todos os setores que assumem sua causa, se levantam con- tra a carestia, a alta do custo de vida, as sub-humanas condições de vi- da e trabalho, o governo, através de seus órgãos repressivos intimida, pro- íbe, prende e tortura os descontentes e oprimidos.

Tudo isso serviu para mostrar à população de Belo Horizonte, para que

- O ATO PÚBLICO -

No último dia 10, terça-feira, em pouco antes do meio-dia, centenas e centenas de estudantes começaram a se aglomerar no pátio da Escola de Medi- cina da UFGM, nas proximidades do Dí- retório Acadêmico. Carregando faixas e cartazes, eles se preparavam para a realização do Ato Público, marcado para as 12 horas. Pouco depois, mais de cinco mil estudantes já se assenta- vam no asfalto e o ato público ti- nha início.

Lá fora, um enorme aparato poli- cial ocupava ostensivamente as proxi- midades da Escola, munido de escudos, enormes cassetetes, caminhões d'água, cavalaria, bombas de gás lacrimogé- neo e todos os instrumentos com que contam as forças policiais, especial- mente treinadas para intimidar, ame- drontar e impedir a livre manifesta- ção popular.

O Ato culminava um processo de muita discussão, de troca de idéias, informações e de organização dos es- tudantes da UFGM e UCMG. Logo quando os colegas de São Paulo entraram em greve protestando contra as prisões que lá ocorreram, os estudantes da FAFICH e Letras deflagraram um movi- mento semelhante, paralisando também as aulas. O movimento contou logo com a solidariedade de todas as outras u- nidades da UFGM, UCMG e outras esco- las (FUMEC, Newton de Paiva, estuda- ntes secundaristas e escolas do inter- ior). Na sexta-feira, foi realizada uma Assembléia Universitária, que de- liberou sobre a paralisação geral na terça-feira para preparação de um a- to público, que deveria contar com a presença de todos aqueles que se opo- em ao atual regime político. Na ter- ça, pela manhã, todas as unidades da UFGM e UCMG, totalizando 30 mil alu- nos, paralisaram as aulas. A união e a solidariedade de todos nós já come- çava a dar sinais de sua força.

Após a paralisação nas escolas, muitos estudantes se dirigiram para

se verem estes órgãos de repressão: man- ter a ordem e o progresso para a mi- noria privilegiada, às custas da o- pressão política e exploração econô- mica da grande maioria do povo. Ao lado disso outra vitória foi alcança- da: a resposta única em vários pontos do país às prisões e o significado dessa resposta como um passo da orga- nização do movimento estudantil e dos outros setores da sociedade.

Isso se dará com a continuação dessa luta, quer ao nível do encami- nhamento das propostas aprovadas no Ato Público, quer no fortalecimento da participação dos estudantes nas suas entidades. Mais concretamente, pela formação do comitê pró-anistia aos presos políticos do país, estreli- tando o vínculo dos estudantes e dos diversos setores da população. E mais: na ampla participação dos estudantes nas eleições diretas para o DCE e no III Encontro Nacional dos Estudantes a ser realizado dia 4 de junho em Be- lo Horizonte.

a Escola de Medicina. As pessoas que chegavam, iam se sentando nas proxi- midades do diretório acadêmico. As faixas começavam a ser empunhadas, reforçando um clima que poucas vezes, nos últimos dez anos, se viu no Bras- il, e particularmente em Minas Ge- rais.

Pontualmente ao meio-dia, quatro caminhões repletos de tropas de cho- que, que anteriormente haviam circun- lado pelo quarteirão com as sirenes abertas, se concentram nos locais de acesso à escola. O trânsito é impedi- do, as ruas são cercadas por filei- ras de soldados: na mão direita, um enorme cassetete; na esquerda, um es- cudo de fibra de vidro. Esta forma de repressão ostensiva era a última eta- pa de um sistemático trabalho de des- gaste e de intimidação, iniciado pe- lo governo. Na noite anterior, o Sr. Armando Falcão já fazia baixar uma circular proibindo quaisquer manifes- tações políticas no país. Imediata- mente, o governador de Minas baixava também uma circular, caluniando—nos ao afirmar, por exemplo, que elemen- tos estranhos à Universidade estariam incitando o movimento.

Naquele momento, o regime mos- trou todas as suas garras: além da mobilização do seu aparato, procurou amedrontar-nos de todas as maneiras possíveis. Vários DAS (Medicina, En- genharia, FAFICH), receberam telefo- nemas anônimos, ameaçando seus mem- bros de prisões, caso o Ato Público fosse realizado. No momento de nossa manifestação, foram revistados ôni- bus e pessoas nas proximidades do Hos- pital do Pronto Socorro; os policiais buscaram impedir a aglomeração de po- pulares nas imediações; tomaram má- quinas fotográficas de estudantes e repórteres fotográficos; impediram o trânsito nos arredores e chegaram a- té mesmo a impedir que uma gestante conseguisse chegar ao HPS. Mesmo os secundaristas não ficaram imunes à

onda repressiva: nas cercanias da sede da UMES, diversos policiais à paisana impediam o acesso dos estudantes à sua entidade representativa. Pelo abuso da força, buscando semear o pânico, o regime tentou abafar as contradições cada vez mais violentas geradas por ele próprio.

Mas, todo esse aparato não impediu que a nossa manifestação de realizasse. Falou mais alto a presença maciça dos estudantes, que garantiu a realização do ato e lhe deu força e vigor.

O Ato Público se constituiu na manifestação dos estudantes da UFMG, da UCMG, da FUMEC, da Universidade de Viçosa, dos estudantes secundaristas, dos padres, médicos professores, artistas mineiros, representantes da imprensa independente, do movimento feminista, além de um representante paulista, do DCE Livre da USP. A cada pessoa que se posicionava, seguia-se uma ovação. Um a um, os manifestantes falavam contra a opressão manifestada no seu campo de trabalho: os médicos, acerca do precário estado de saúde da maioria da população brasileira; os padres se referiram, entre outras coisas, às pressões que sofre por exemplo, Dom Pedro Casaldáliga, bispo da prelazia de São Félix do Araguaia, vítima de intensa campanha difamatória. Até uma senhora, solidária com os estudantes, lamentou os erros da sua própria geração, dizendo-se em parte responsável pelo que acontece hoje no país; os escritores também se colocaram como participantes da luta pela democracia, uma vez que o objeto da sua criação é o homem.

Foram votadas propostas de continuidade da luta por todos os presentes, e aprovadas as seguintes:

- que as entidades estudantis e os diversos representantes dos setores formassem uma comissão pró-comitê pela anistia aos presos e exilados políticos do país, que receberá o nome de Manoel Fiel Filho, em homenagem ao operário assassinado, no ano passado, em São Paulo, pelos órgãos de segurança. A tarefa inicial desta comissão será a efetivação de um abaixo assinado, a favor da anistia, a ser encaminhado em todo o país.
- a necessidade e a importância de se consolidar uma organização dos estudantes a nível regional e nacional, começando pelo apoio de

todos os presentes à realização do III Encontro Nacional de Estudantes, marcado para 4 de junho próximo.

- a denúncia das calúnias lançadas para desmoralizar e desgastar D. Pedro Casaldáliga, membro da Igreja comprometido com a luta dos oprimidos.

O Ato transcorreu num clima de solidariedade que envolveu todos os presentes, que se mostraram solidários

na luta contra as torturas, contra a violência, contra os assassinatos políticos.

O ponto alto da concentração foi, em dúvida, o seu final: decidiu-se por ler conjuntamente a carta aberta que os estudantes de São Paulo distribuíram à população, no dia 3 de maio. Juntos, como uma só voz, fizeram chegar até aos ouvidos dos populares que estavam nas imediações, a força da união dos cinco mil presentes.

Gol a Gol CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

- Maio - 77.

HOJE, CONSENTE QUEM CALA!

Basta de prisões. Basta de violências. Não mais aceitamos mortes como as de Vladimir Herzog (jornalista e professor) e Alexandre Vanucci Leme (estudante, que é hoje nome do DCE-Livre da USP).

Não aceitamos que as autoridades maltratem e mutilem nossos companheiros. Não queremos aleijados heróis, como Manuel da Conceição.

Hoje viemos às ruas para exigir a imediata libertação dos nossos companheiros operários — Celso Brambila, Márcia Basseto Paes, José Maria de Almeida, Adamir Marini — e estudantes — Fernando Antônio de Oliveira Lopes, Anita Maria Fabri, Portuna Dwek, Cláudio Júlio Gravina — presos sob alegação de subversão.

Hoje, neste país, são considerados subversivos todos aqueles que reivindicam os seus direitos, todos aqueles que não aceitam a exploração econômica, o arrocho salarial, a alta do custo de vida, as péssimas condições de vida e trabalho. Todos aqueles que protestam contra as contínuas violências policiais.

Subversivos, enfim, são considerados os que infringem a Lei de Segurança Nacional, instrumento jurídico que justifica a repressão contra os mais legítimos movimentos da população.

Queremos falar contra os que nos oprimem. E entendemos que a melhor maneira de falarmos e de lutarmos contra os que nos oprimem, por meio da exploração econômica, da violência política e da violência policial, é através de sindicatos e entidades li-

vres, de nossas organizações independentes.

Na Universidade Católica de São Paulo, os estudantes criaram as suas entidades livres (os Diretórios Centrais dos Estudantes — DCE — livres da PUC e USP). Livres, porque não nos submetemos às leis impostas pelas autoridades que não querem aceitar eleições livres e diretas, que impedem a nossa liberdade de organização e manifestação.

Porque não mais aceitamos mordidas é que hoje exigimos a imediata libertação dos nossos companheiros presos, não pelas alegadas razões de subversão, mas porque lutamos pelos interesses da maioria da população explorada: contra a carestia, fim do arrocho salarial, liberdade de organização e expressão para reivindicar seus direitos.

É por isso que conclamamos a todos, neste momento, a aderirem a esta manifestação pública sob as mesmas e únicas bandeiras:

- FIM ÀS TORTURAS, PRISÕES E PERSEGUIÇÕES
- LIBERTAÇÃO IMEDIATA DOS COMPANHEIROS PRESOS
- ANISTIA AMPLA E IRRESTRITA A TODOS OS PRESOS, BANIDOS E EXILADOS POLÍTICOS
- PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Esta carta foi lida e assumida por todos os presentes na última concentração estudantil no Largo do S. Francisco em São Paulo e reafirmada no Ato Público de BH.

Em Juiz de Fora, nova manifestação

Aproximadamente 2.500 alunos da Universidade Federal de Juiz de Fora participaram ontem de uma concentração na praça cívica do campus, na qual denunciaram as torturas a presos, reivindicaram a melhoria do nível do ensino universitário e prestaram "solidariedade aos colegas de São Paulo, Rio e Belo Horizonte". Na reunião foi proposta a criação em Juiz de Fora do "Comitê Amplo de Anistia 1º de Maio". Os universitários pediram um ensino mais voltado para os problemas brasileiros, exigiram a ampliação do hospital-escola da cidade. 13-5-77

POR DCEs LIVRES

RIO (Sucursal) Membros do Diretório Central de Estudantes da PUC do Rio e representantes da oposição reafirmaram ontem o propósito de continuar a luta pela livre manifestação e liberdade de organização dos estudantes, como réplica à mensagem especial do ministro Nei Braga aos reitores de todas as universidades, reiterando a legislação vigente sobre a atuação das representações estudantis, que proíbe a ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário.

Para os estudantes, a mensagem do ministro não é novidade. "O DCE da PUC, afirmam os universitários, se recusa a funcionar atrelado à Reitoria. Ao contrário, vamos procurar desatrelar-nos cada vez mais criando e elegendo entidades livres e independentes". E acrescentam:

"O movimento estudantil pretende aprofundar sua autonomia. Para nós, está claro que a universidade não resolverá nenhum dos seus problemas

se não atuar na área política e social. A luta continua a mesma, pela livre manifestação e organização e contra qualquer pressão do MEC. Nos opomos, simultaneamente, aos regulamentos estatutários da universidade. Não reconhecemos em nenhum reitor o direito de permitir ou não nossas reuniões, assembléias e manifestações."

A Comissão Executiva do Comitê 1.º de Maio, composta pelas diversas entidades estudantis do Rio, continua com os preparativos para a manifestação pública de protesto contra as prisões políticas no próximo dia 19. Enquanto prossegue a distribuição de uma carta-aberta à população — foram impressas 30 mil por ocasião do ato público realizado na PUC, no último dia 10 — os estudantes colhem assinaturas, num abaixo-assinado pela liberdade dos presos políticos, em meios intelectuais, artísticos e profissionais liberais. O documento será divulgado no dia 19. 14-5-77

Confirmada prisão preventiva para mais 9

A Divisão de Ordem Social do DOPS confirmou ontem, informação prestada no dia anterior, pelo secretário da Segurança Pública, coronel Antonio Erasmo Dias, sobre a decretação da prisão preventiva de nove estudantes, "todos envolvidos nas atividades da chamada Liga Operária e na distribuição de panfletos na região do ABC,

por ocasião do 1.º de Maio". Segundo o delegado Sérgio Fleury, os nomes desses estudantes não serão divulgados, pois estão sendo procurados e podem ser localizados a qualquer momento, e sua identificação prejudicaria o andamento do inquérito.

O Dops não informou ainda, se os nove estudantes estão envolvidos no

mesmo processo em que são acusados aqueles outros cinco que foram presos na região do ABC e que tiveram também a sua prisão preventiva decretada pela Auditoria Militar, e cujos nomes já foram divulgados: Celso Giovannetti Brambila, Marcia Basseto Paes, Anita Maria Fabri, Cláudio Lucio Gravina e Fernando Oliveira Lopes. 14-5-77

15-5-77

PELO ENSINO GRATUITO E CONTRA A CARESTIA

Mais de mil pessoas — entre estudantes, professores, representantes de sociedades de bairro e das mães da periferia da cidade e jornalistas — reuniram-se ontem na PUC para a primeira parte do Simpósio pelo Ensino Público e Gratuito. Ao final de três horas de exposição e debate, restou apenas reiteração de críticas à qualidade do ensino no País e à ausência de salas de aula. Tudo mesclado a denúncias contra a carestia e a favor das liberdades demo-

cráticas — temas que haviam sido incluídos na pauta do Simpósio, durante a assembleia do dia 11, na USP.

A reunião foi dividida também em duas partes: a primeira constou de relato de alguns dos participantes; a segunda, de debates. Os primeiros expositores restringiram-se a críticas específicas sobre assuntos de seus bairros. Foi o caso da representante das mães da periferia, que falou das pro-

messas não cumpridas de construção de grupos escolares, e da precária condição das raras escolas da periferia. Críticas semelhantes foram feitas pelo representante da Zona Leste.

A mesa diretora da reunião — formada por alunos da USP e da PUC, integrantes dos respectivos DCEs — passou pela platéia o abaixo-assinado pela anistia geral e pela liberação dos estudantes presos, a ser entregue ao governador Paulo

Egydio, no próximo dia 19.

Os representantes dos professores — um da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado e outro do Movimento de Oposição Aberta dos Professores — condenaram a ausência de liberdade de expressão e a redução de verbas para a educação. E revelaram que o fato de os alunos não terem condições de acesso ao ensino se reflete diretamente na possibilidade que os professores têm para conseguir emprego.

Representações das oposições sindicais dos metalúrgicos bancários e gráficos, de pastores da Igreja do Movimento Feminino pela Anistia, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de cursinhos e secundaristas, de estagiários em órgãos públicos (DSV, Prodam e Embiasa), de professores secundaristas e universitários de funcionários do Hospital das Clínicas, de médicos residentes, de mães de alunos da Associação Livre dos Psicoterapeutas de São Paulo e até da Academia de Capoeira Capitães de Areia juntaram-se ontem aos universitários da USP e da PUC e de mais de duas dezenas de escolas particulares na Jornada Nacional de Luta Pela Anistia, em São Paulo.

Essa multiplicação de entidades representadas, número bem maior que nos anteriores atos públicos, e a uniformidade dos protestos contra o regime, feitos com crescente veemência, marcaram a manifestação de ontem.

Convocado inicialmente para o Largo de São Francisco, o ato público foi transferido para a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, na avenida Dr Arnaldo, em consequência do cerco policial ao centro da cidade.

Cerca de oito mil pessoas reuniram-se, sem incidentes, no jardim em frente à escola, enquanto centenas de cavalariáns e policiais com fatus, brucutus, cães pastores e armamentos de toda espécie ocupavam as ruas próximas, entre o Hospital das Clínicas e o Cemitério do Araçá.

19 de maio - JORNADA NACIONAL DE LUTA PELA ANISTIA

O ambiente tenso que se notava na Faculdade de Medicina cedeu lugar a um clima de revolta, à medida em que chegavam informações sobre as violências policiais praticadas no centro da cidade.

As primeiras discussões surgiram em torno do local do ato público: parte dos estudantes insistia em promovê-lo no centro, apesar do cerco efetuado no Largo de São Francisco. Mas essa proposta acabou sendo rejeitada, pela absoluta impossibilidade de os estudantes se deslocarem da Dr Arnaldo para o centro.

O barulho incessante de um helicóptero — depois, de outros três — de onde policiais filmavam a reunião, aumentou ainda mais a irritação dos presentes, que mal conseguiam ouvir os oradores. Apesar disso, predominava a moderação nas propostas, com os representantes dos DCEs-Livres da USP e da PUC fazendo reiterados apelos para que não fossem aceitas provocações: "É preciso ficar bem claro para a população de onde parte a violência". Durante todo o tempo insistiu-se que aquela não era uma manifestação apenas de estudantes.

Um contato telefônico com o Largo de São Francisco foi bruscamente cortado, chega uma moção de apoio da Anistia Internacional anuncia-se a presença de vários deputados e o leitor decide-se que o ato público vai começar.

Eram 18 horas quando os helicópteros (que não podem voar à noite) foram embora e teve início o ato público do primeiro dia da Jornada Nacional de Luta Pela Anistia.

Durante meia hora foram lidas as moções de apoio e a relação das entidades representadas no ato público. Os músicos, a classe teatral, jornalistas e jornalistas, a Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos — a lista dos que demonstravam sua adesão ao movimento crescia e lá fora os ônibus continuavam em fila, parados.

Foi lido um documento do Movimento 1º de Maio Pela Anistia de apoio aos bispos D. Pedro Casaldáliga e D. Tomás Balduino, encaminhado à CNBB. D. Geraldo Sigaud que acusou estes dois bispos de subversivos, foi longamente vaiado, aos gritos de "bispo fazendeiro".

Depois da leitura de um documento da Comissão de Bancários, contra os atuais dirigentes sindicais e pela eleição livre dos governantes, um estudante apresentou a lista de presos políticos desaparecidos desde 1973, segundo relação entregue por familiares a D. Paulo Evaristo Arns, Honestino Monteiro, Guimarães, Fernando Santa Cruz, David Capistrano da Costa, Ana Rosa Kucinski, Wilson Silva, Ruy Frazão Soares, Joaquim Pires Cerveira, João Batista Rita Pereda, Luis Inácio Maranhão, José Roman, João Massena de Melo, Walter Souza Ribeiro,

Leda Santos Delgado, Tomas Antonio Nunes, Cambi Castro, Andre Carmo Neto, Eduardo Colher Filho, Issam Nakamura Okamoto e Paulo Stuart Wright.

Como se fosse uma grande massa a céu aberto, todos leram em conjunto, frase por frase do Manifesto Paulista da Jornada Nacional de Luta Pela Anistia. Algumas delas, lidas com mais veemência: "Ha duas semanas, exigimos nas ruas, a libertação de nossos 8 companheiros presos operários e estudantes () Numa só frase a resposta do regime militar foi garantir os interesses dos que exploram os trabalhadores () Hoje denunciamos a violência do regime militar. Hoje não nos calamus perante as torturas. Hoje e sempre não nos calamus e não nos calaremos perante uma realidade injusta que precisa ser transformada". Ao final um grito mais forte, varias vezes repetido: "Pelas Liberdades Democráticas". Os ônibus começaram a andar lentamente. Outros gritos se ouviram num crescendo: "Libertem nossos presos"; "Abaixo a repressão".

O representante do DCE-Livre da USP foi o primeiro a falar — "hoje a ditadura se desmascarou" — depois veio o representante do DCE-Livre da PUC — "a população esta mostrando seu repúdio a 13 anos de repressão, miséria, arrocho salarial e a luta que se trava agora e pelo fim do governo militar" — e outros oradores foram-se seguindo pedindo por uma Assembleia Constituinte.

Além da Constituinte, outros pontos foram repetidos



por políticos estudantes e representantes das oposições dos sindicatos e operários. "uniao com outros setores contra o regime ditatorial e contra o peleguismo que controla os sindicatos"

Apesar dos esforços feitos pelos líderes estudantis foi inevitável que a cada pronunciamento se seguisse o coro de "Abaixo a Ditadura" não previsto entre as palavras de ordem 20 MAIO 77

Antes do Terceiro Encontro

O III Encontro Nacional dos Estudantes havia sido decidido há várias semanas, por direções e lideranças universitárias de vários Estados, como uma forma de unificar o movimento estudantil no País e traçar as linhas de atuação durante este e o próximo ano, até o Encontro seguinte. Não se tratou, nunca, de realizar concentração, manifestação popular ou passeata, mas sim uma reunião composta de delegações dos Estados, capaz de imprimir uma direção mais homogênea às reivindicações estudantis em todo o País. Para evitar o pretexto de que pudesse ser considerada uma reunião ilegal ou clandestina, ela foi amplamente divulgada, tendo seus organizadores o cuidado de difundir, além do local de encontro, o Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais — dentro do campus universitário de Belo Horizonte — as principais teses a serem debatidas: melhoria do ensino, liberdades democráticas e organização do movimento estudantil; a propósito deste último item há, entre as lideranças estudantis de vários Estados, duas tendências: uma, a de propor de imediato a criação de uma organização estudantil em nível nacional e, outra, a de passar, antes, por uma etapa intermediária, com um conselho de representantes de Diretórios Centrais de Estudantes, a fim de se dar maior organicidade e força a uma futura entidade nacional.

Durante as últimas semanas, em meio a manifestações localizadas em diversas cidades, os DCEs e Centros Acadêmicos debateram as teses e as propostas a serem enviadas a Belo Horizonte, bem como escolheram as delegações para participar do Encontro. Há uma semana o governador do Estado de Minas Gerais, Aurellano Chaves, dizia que não impediria o Encontro,

VEJA, 1 DE JUNHO, 1977

ESTUDANTES

Longe da trêgua

Nem a ausência de atos públicos e mobilizações policiais observada na semana passada devolveu a universidade brasileira à calma bruscamente rompida no começo de maio. Mergulhados em assembleias, greves esporádicas e campanhas eleitorais, alguns milhares de estudantes continuaram ensaiando para as novas datas do calendário de protestos, encabeçadas pelo Encontro Nacional dos Estudantes, dia 4 de junho, em Belo Horizonte, e por um segundo Dia Nacional de Luta pela Anistia, previsto para 15 de junho. E, talvez estimuladas por novos sinais de endurecimento detectados no Planalto, autoridades universitárias exibiram sintomas de crescente impaciência diante da expansão da efervescência estudantil.

Na quinta-feira, em Brasília, a vitória da chapa Oficina, cujas reivindicações praticamente coincidem com as dos manifestantes paulistas, nas eleições para o Diretório Universitário (DU) da UnB, dividia as atenções dos estudantes com as renovadas advertências do reitor José Carlos de Azevedo, que só no final da semana decidiria o teor das punições que podem atingir os dezenove diretores do DU em final de mandato, considerados responsáveis pelas recentes manifestações no campus. Em Belo Horizonte, o professor Paulo Celso Martins Palhano, da Universidade Católica, foi espancado na quinta-feira por um desconhecido. E, no dia seguinte, 1 500 alunos da PUC aderiram formalmente à mobilização estudantil.

Apoio indireto — Na quarta-feira, reunidos em assembleia, 200 estudantes do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro decretaram greve por dois dias. Na sexta-feira, contudo, antecipando-se à assembleia que debateria a continuidade do movimento, o reitor Hélio Fraga suspendeu por tempo indeterminado as aulas no Instituto. Para os estudantes, a decisão do reitor acabou compensada nesse mesmo dia pelo apoio indireto recebido de 600 professores e

desde que ele fosse pacífico e não se transformasse em concentração popular fora do campus, pois isso estaria proibido. Os estudantes, portanto, continuaram a preparar e a organizar o III Encontro, tanto em Belo Horizonte, quanto em outras capitais.

Na quinta e na sexta-feiras, contudo, o governador de Minas passou a declarar que o encontro era ilegal e clandestino. Ao mesmo tempo, o reitor da Universidade Federal de Minas Gerais recebia ordens do Ministério da Educação para não permitir o Encontro, mesmo dentro do campus. O reitor determinou o fechamento da Universidade e, durante a tarde e a

noite de sexta-feira, tentou dissuadir os estudantes de realizarem a reunião.

A essa altura, todavia, os estudantes não tinham mais como evitá-la: delegações de outros Estados já estavam chegando a Belo Horizonte e, dentro do Diretório Acadêmico, outros universitários se reuniam em noite de vigília. Numerosos estudantes de outros Estados começaram a ser presos já na noite de sexta-feira, nas proximidades de pontos de embarque, no meio da estrada ou nas proximidades de Belo Horizonte. Enquanto isso, a Polícia Militar preparava-se para cercar a Faculdade de Medicina e efetuar dezenas de prisões.

cerca de 400 intelectuais, artistas e profissionais liberais, que divulgaram um documento em solidariedade ao "manifesto dos professores universitários de São Paulo, de rejeição à cumplicidade passiva do silêncio e em defesa das liberdades democráticas".

De qualquer modo, os manifestantes de hoje se mostram empenhados em evitar os excessos de 1968, quando os organizadores de uma escalada que a certa altura levou às ruas presumíveis 100 000 pessoas desembocaram "num vanguardismo que os conduziu ao isolamento e à radicalização", segundo analisa um dos líderes do atual movimento carioca.

Divergências semânticas — A exemplo do movimento paulista, ramificado em tendências que na semana passada permaneciam concentradas na campanha para as eleições do influente DCE da USP, os universitários do Rio também começam a exibir divergências internas, representadas por duas correntes principais.

Enquanto uma reivindica prioritariamente "liberdades democráticas", outra clama por "liberdades políticas". Para o grosso do eleitorado, todavia, trata-se de divergências meramente semânticas. "Liberdades políticas ou democráticas? Sinceramente, pensei que fosse tudo a mesma coisa", disse a VEJA, na semana passada, um militante universitário. Rivalidades à parte, porém, líderes estudantis de todo o país assinalam que, por enquanto, prevalecem sólidas bandeiras comuns.

Eles pretendem oficializá-las no encontro de Belo Horizonte. Entretanto, a disposição de ressuscitar conclaves nacionais de universitários, reafirmada na sexta-feira por uma nota oficial do DCE da UFMG, pode esbarrar na ofensiva que começa a ser desfechada pelo governo.

O contra-ataque oficial foi iniciado na terça-feira, em Brasília, quando o coronel Armando Rosenweig Menezes, diretor da Divisão de Segurança e Informações do MEC, formulou um incisivo recado às autoridades universitárias de São Paulo, Minas, Rio e Paraíba. Os militares, informou Menezes, estariam profundamente insatisfeitos com a atual situação na universidade brasileira.

Conforme deliberações tomadas em reuniões e assembleias realizadas em Diretórios e Centros Acadêmicos de vários Estados, nos últimos dias, a semana que começa amanhã deverá ver eclodirem, em muitas universidades, greves de protesto contra o impedimento da realização do III Encontro Nacional de Estudantes, em Belo Horizonte, e de solidariedade aos estudantes da Universidade de Brasília, desalojados do campus por forças policiais; na UnB a crise deverá agravar-se por terem se acentuado, nas últimas horas, as divergências entre o corpo docente e o reitor. 5 de junho de 1977 P.A.

Criação de entidade em debate no Rio

FOLHA DE S. PAULO
RIO (Sucursal) — A Assembléia Metropolitana dos Estudantes do Grande Rio divulgou no final da reunião realizada ontem na PUC, nota conclamando os estudantes brasileiros a realizarem reuniões amplas nas escolas e a referendarem delegados para o III Encontro Nacional de Estudantes.

A plenária do Grande Rio decidiu partir para a organização da União Metropolitana de Estudantes, por duas propostas diferentes. Uma elegeu a "Comissão Pró-Ume", formada por representantes das principais

O ESTADO DE S. PAULO

800 estudantes detidos em

BH
Com o centro do Belo Horizonte paralisado e em meio a grande aparato policial, mais de 800 estudantes foram detidos ontem, quando tentavam realizar o III Encontro de Estudantes.

FOLHA DE S. PAULO
A Faculdade de Medicina foi cercada durante a madrugada por contingentes fortemente armados e ocupada às 13 horas por cerca de 500 policiais, que utilizaram bombas de gás lacrimogêneo, cães amealhados e bastões.

Dispersos em grupos, os estudantes enfrentavam como podiam as forças de segurança, a maioria tentando escapar para fora do campus, buscando refugio em outros locais, como a igreja da Boa Viagem, invadida pela policia e onde mais de 100 jovens foram detidos, além de três jornalistas.

AS REDAÇÕES

As Redações de jornais, rádios e TVs receberam o seguinte telefonema: "Aqui é um representante do III Encontro Nacional de Estudantes. Tenho que falar depressa, porque ainda vou ligar para muitos lugares. Anote por favor. Queríamos que vocês fizessem um apelo à população para que nos enviem comida e aspirina e outros remédios. Estamos aqui na Faculdade cercados pela policia. Ninguém entra nem sai. Eu estou de fora e já fui testemunha de prisões. Pedimos que divulguem as prisões também. Quere-

entidades presentes no encontro de ontem, os quais, em reunião marcada para o próximo dia 8, discutirão a forma de eleição dos representantes da UME.

PROTESTO

Outro grupo, apoiado por 17 entidades estudantis, reunidas em torno da defesa das liberdades democráticas, abandonou a reunião, em protesto contra o seu encaminhamento, decidindo realizar um plebiscito entre todos os estudantes do Grande Rio, sobre a criação do "Conselho de Representantes os Estudantes do Grande Rio". Ambas as propostas rejeitam a organização imediata da UME, concordando com a criação de uma entidade intermediária. 1-6

Depois de ter dominado a situação no interior da Faculdade, recorrendo à violência, as tropas de choque revistaram todos os estudantes, que a seguir foram conduzidos presos em ônibus especiais, com as mãos sobre a cabeça. Foram todos levados para o quartel do 5.º Batalhão da Polícia Militar, onde foi feita triagem geral. Alguns dos jovens, ao que se informou, serão enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Ao cair da noite, mais de 600 estudantes de diversas faculdades da capital mineira fizeram uma passeata no centro da cidade, aos gritos de "liberdade, liberdade" e "soltem nossos presos". Chegaram até a escadaria da igreja de São José, sob o aplauso de populares e dos motoristas dos automóveis, que acionavam em coro as buzinas.

A manifestação dissolveu-se rapidamente com a chegada de novas tropas da Polícia Militar. Houve várias prisões.

mos deputados e advogados para tentar libertar os presos. Tememos por sua integridade física. Queremos que as famílias sejam informadas das prisões. Até o reitor foi impedido de entrar para se avistar com os de dentro. Jornalistas não entram. Queremos que a imprensa entre. Que tenha a liberdade de ver tudo o que se passa dos dois lados. Lá dentro está tudo calmo, mas estão com fome. Em São Paulo, os jornalistas atuaram, porque em Minas o governador proibiu? Por favor, peçam à população para enviar comida." 5-6-77

UNIÃO CONTRA PRISÕES

O ESTADO DE S. PAULO

A corrida dos estudantes, que pretendiam levar comida aos colegas, fugindo aos soldados e cães, terminou na Igreja da Boa Viagem, a mais antiga de Belo Horizonte.

Do grupo de quase quinhentas pessoas, restaram cerca de duzentas que se concentraram no pátio interno da Igreja. Os estudantes improvisavam outra discussão, tentando manter a calma e organizar as propostas para votação. A primeira era a de ficar dentro da Igreja e lá continuar a discussão, e a segunda propunha que a discussão continuasse ali mesmo. A maior preocupação era manter a união, pois consideravam que só se organizando poderiam garantir a libertação dos colegas presos no DOPS e o fim do cerco dos estudantes no Diretório Acadêmico.

Embaixo, os policiais efetuavam novas prisões: mais três rapazes e duas moças, uma delas levada arrastada pelo pescoco, enquanto o padre Bartolomeu tentava impedir a prisão. As moças ainda conseguiram gritar os números dos telefones de suas famílias 222-0729 e 223-3380 — que um amigo anotou.

Dentro da capela, um capitão da Polícia Militar garantia aos estudantes que ninguém mais seria preso se eles se retirassem em grupo de dois, diretamente para suas casas. Houve resistência por parte dos estudantes, que não queriam retirar-se sem a garantia da libertação dos colegas do DOPS e do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina. 5-6



Hélio Campos Mello

Estudantes votam greve geral

JB-7-6-77

Greve geral de todos os universitários do Rio, em protesto contra a proibição do 3.º Encontro Nacional dos Estudantes e às prisões em Belo Horizonte, será proposta hoje em assembleia marcada para a PUC, ao meio-dia. A decisão foi tomada em assembleia com 400 participantes.

Ontem, os 16 mil alunos

da Universidade Federal da Bahia entraram em greve por 48 horas, e se espera a adesão da Universidade Católica. Também votaram pela greve as assembleias realizadas na USP (campi da Capital, Ribeirão Preto e São Carlos), Unicamp e PUC-Campinas. Diretores de Curitiba e de Londrina emitiram nota de protesto contra prisões. Hoje haverá assembleia em Porto Alegre.

Cerca de 70 pessoas, entre estudantes, professores e jor-

nalistas, foram presas ontem em Brasília, a maioria durante o cerco e a invasão do campus da UnB por tropas da Polícia Militar. A Secretaria de Segurança não divulgou a relação e o destino dos detidos. Duas jornalistas foram liberadas.

Uma comissão de 30 estudantes manteve vários encontros com os Senadores Magalhães Pinto, Henrique de La Roque (Arena), Saturnino Braga e Itamar Franco (MDB), buscando uma solução para a greve na UnB.

CARTA A Sra. CARTER

Brasília, 6 de junho de 1977.

Prezada Senhora Carter:

Nós, os estudantes da Universidade de Brasília, na crença de que sua viagem através da América Latina é motivada pelo desejo de obter informações de primeira mão sobre o abuso dos Direitos Humanos básicos, desejamos chamar sua atenção para certos fatos que nos tocam pessoalmente, mas que também refletem os graves males que perturbam nossa Nação.

No dia 19 de maio, estudantes universitários de todo o Brasil fizeram demonstrações pacíficas em seus respectivos campus, protestando contra as prisões arbitrárias de trabalhadores e estudantes em São Paulo. O Ministro da Justiça declarou antecipadamente que essas demonstrações seriam permitidas, desde que elas tivessem lugar no próprio campus. Apesar disso, o Reitor da UnB suspendeu 16 es-

tudantes, os quais ele supôs serem líderes do protesto. Três desses estudantes não estavam em Brasília naquele momento. Reagindo ao anúncio destas suspensões, a classe universitária entrou em greve terça-feira, 31 de maio. Até o final da semana nós estivemos reunidos pacificamente e pretendemos continuar concentrados e boicotar as aulas até que as punições arbitrárias sejam revogadas. O Corpo Docente tentou mediar, mas diante da intransigência do Reitor, eles tomaram uma posição em nosso favor. Nós estivemos sob uma permanente ameaça de coerção física. Na sexta-feira, tropas com rifles M-16 tomaram posição a menos de 200 metros de onde nós cantávamos o Hino Nacional. No desejo aparente de prevenir um incidente inoportuno, o Reitor fechou a Universidade pelos três dias de sua visita. Mas nossa greve continua, e esta manhã pelo menos cinco es-

tudantes foram presos quando chegavam à Universidade.

Nós queremos enfatizar que o que está ocorrendo aqui na UnB não é um incidente isolado, mas um sintoma da opressão sob a qual nós, como estudantes, temos vivido quase nossa vida toda. O regime que tem governado nosso país desde 1964 pode ter garantido uma certa medida de estabilidade, julgada benéfica para os interesses americanos, mas isto tem sido feito à custa da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e da liberdade de reunião. As prisões arbitrárias e torturas são temores que governam nossas vidas. Nós esperamos sinceramente que a política do Presidente Carter para com o Brasil seja orientada pelo seu apoio a esses direitos aos quais todos os seres humanos fazem jus, em toda parte.

Os estudantes da Universidade de Brasília. 7-6-77

Estudantes adiam Encontro Nacional

32 mil POLICIAIS CONTRA ATO

São Paulo — Com a mobilização de 32 mil policiais (22 mil PM fardados, 4 mil a paisana e 6 mil da Civil), a Secretaria de Segurança conseguiu impedir que os estudantes fizessem o ato público na Praça Fernando Costa. Mas várias passeatas e comícios-relampagos foram realizados em todas as principais ruas do Centro.

A maior manifestação foi no Largo de São Francisco, onde de 1 mil 500 a 2 mil estudantes foram dispersados pela polícia. Dissolvido

um comício na Avenida São João, a Igreja de Santa Ifigênia foi invadida por manifestantes, e depois pela polícia. As 22h a polícia informou que havia liberado 64 das 84 pessoas detidas, entre elas 11 artistas.

A manifestação estudantil estava marcada para às 17h de ontem na Praça Fernando Costa, por onde passam todos os que trabalham no Centro e tomam ônibus no Parque Dom Pedro II, terminal das linhas dos bairros populares da Zona Leste, mas desde a noite de terça-feira a polícia se mo-

Representantes de DCEs de vários Estados, em reunião realizada ontem, na Capital paulista, adiaram para o segundo semestre o 3º Encontro Nacional de Estudantes, que estava programado para o dia 21, em São Paulo. Justificaram o adiamento com a proximidade do fim do semestre letivo, o que dificultaria a mobilização dos universitários. 14-6

bilizava para ocupar a cidade.

Durante a madrugada, o CDE-Livre da PUC tentou convencer o DCE-Livre Alexandre Vanuchi Leme, da USP, a também retirar o apoio à manifestação. Mas no final, acabou aderindo, pois concluiu "que a demonstração de divisão de opinião entre os estudantes poderia ser aproveitada pelos órgãos de segurança como forma de enfraquecer o movimento estudantil". E ainda: "A nossa discordância era apenas quanto ao local."

As 16h estavam na Praça Fernando Costa, para comandar a repressão, o Coronel Erasmo Dias e o diretor do DOPS, Romeu Tuma. Na mesma hora, a polícia ocupava as escadarias do Teatro Municipal e a Praça da República, onde procurava evitar a realização de comícios-relampago. De cima dos prédios, policiais civis vigiavam as ruas.

As 17h15m, cerca de 1 mil 500 manifestantes começaram a correr na 25 de Março, aos gritos de "abaixo a repressão" e "somos brasileiros"; exibiam faixas de protesto contra a proibição das manifestações públicas. Policiais que estavam na praça conseguiram bloquear a passeata na esquina das Ruas 25 de Março e Carlos Ernesto Nazareth, quando os estudantes foram dispersados a cassetetes. Vários estudantes foram detidos, juntamente com 11 artistas.

No Centro, chuva de papel picado caía enquanto a polícia perseguia os estu-

dantes. As ruas eram ocupadas e as poucas lojas que ainda estavam semi-abertas eram vigiadas pela polícia. O tráfego estava totalmente congestionado. A partir das 17h30m, cerca de 700 estudantes se concentraram no pátio diante da Faculdade de Direito, o território-livre.

No Largo de São Francisco os estudantes (entre 1 mil 500 e 2 mil) cantaram o Hino Nacional, hastearam a Bandeira e leram, em coro, uma carta aberta com as reivindicações de melhoria da qualidade do ensino, respeito aos direitos humanos e liberdade de reunião e de expressão. Ao redor do largo e nas ruas que nele desembocam, a tropa era orientada pelo Comandante da PM, Coronel Torres de Melo.

As 19h chegou o Secretário de Segurança para assumir o comando-geral das operações. Após intimar os estudantes através de um alto-falante, a polícia iniciou o ataque, com jatos de dois carros do Corpo de Bombeiros e bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. A maioria dos estudantes se refugiou na Faculdade, mas grande número fugiu para ruas vizinhas.

Enquanto a Faculdade era cercada, grupos de estudantes faziam manifestações por todas as principais ruas do Centro, sempre perseguidos pela polícia. Um comício, na esquina do Va-

do Anhangabaú com Avenida São João, foi dispersando e seus participantes perseguidos até a Igreja de Santa Ifigênia, de onde foram retirados na base de bombas e cassetetes. Estudantes foram presos.

As 20h, um grupo de estudantes se formou e desceu a Rua Formosa rumo ao Vale do Anhangabaú, seguido pela polícia e por veículos do Corpo de Bombeiros. Meia hora antes, vários grupos de estudantes, procedentes do Vale do Anhangabaú e do Largo de São Francisco, realizaram uma passeata na Avenida 9 de Julho. A manifestação reuniu cerca de 700 pessoas.

A PM interveio e um garoto desmaiou ao ser atingido por uma cassetete na boca e no nariz. Aluno do Colégio Santa Amália, do 2.º grau, foi levado por policiais ao Hospital da Força Pública. Seu primeiro nome é Mário César.

A perseguição aos estudantes continuou. Por volta das 20h30m, bombas de gás lacrimogêneo dispersaram no Largo do Paissandu grupos de manifestantes que faziam passeata entre a Avenida São João e Ipiranga, contornando a Avenida Rio Branco e Rua Santa Ifigênia. O grupo se formara pelas pessoas dispersadas nas imediações da Rua 25 de Março.

Nessa mesma hora, um

grupo de 80 manifestantes começou passeata na Rua Augusta em direção ao Largo do Arouche, passando pelas Ruas Calo Prado e Rego de Freitas. A cada quarteirão aumentava o número de participantes.

PORTO ALEGRE

Sem planejamento ostensivo e com presença de 100 pessoas entre estudantes, membros do MDPB jovem, do Movimento Feminino pela Anistia e da Associação de Sociólogos, realizou-se aqui, ontem, a assembleia pelo Dia Nacional pela Anistia, durante a qual relataram denúncias de torturas a presos políticos no Brasil.

Finalmente, foi aprovada elaboração de documento, na próxima terça-feira, relatando todos os casos de tortura de presos políticos no país, cujo número é 1 mil 429 em 11 Estados, segundo relatório do Comitê 1.º de Maio da UFRGS.

MINAS GERAIS

As lideranças estudantis mineiras, num documento divulgado ontem, avaliam o desinteresse pelo ato público concluindo que, pela repressão policial ao 3.º Encontro Nacional de Estudantes, ficou demonstrada "a fragilidade da organização estudantil e a necessidade de rearticular as forças de base".

Afirma o documento que

DIVERGENCIAS DIVIDEM O MOVIMENTO

Diante da ostensiva presença de choques da PM em pontos estratégicos do Centro, ontem, os estudantes transferiram para o campus da UFRJ, na Praia Vermelha, a manifestação programada para as escadarias da Assembleia Legislativa, embora um grupo de 300 a 500 manifestantes tenha, assim mesmo, saído em passeata relâmpago até a Av. Rio Branco, gritando palavras de ordem e distribuindo panfletos.

Mais de duas horas depois que, nas Faculdades, alguns membros do Comitê 1.º de Maio anunciaram a transferência do local da manifestação, outros grupos começaram a se reunir na esquina da Rua São José com Av. Antônio Carlos. As 13h15m, um rapaz se abaixou entre outros manifestantes, no calçadão, e, aos gritos, referiu-se aos "estudantes e operários presos no dia 1.º de maio". Outro grito — "libertem os presos" — foi acompanhado em coro por cerca de 300 pessoas. Dali seguiram rumo à Rio Branco.

As decisões do Comitê 1.º de Maio pela Anistia, em relação ao movimento estudantil, não serão mais acatadas pelos alunos da PUC, que tomaram a decisão ontem em assembleias nos Centros. Uma corrente da UFF e três da UFRJ também romperam com o Comitê, até que seja mudado o critério de votação de suas propostas.

A posição dos alunos da PUC foi comunicada na assembleia metropolitana realizada ontem na Universidade, perante cerca de 300 alunos de 13 escolas da PUC, 11 da UFRJ, cinco da UFF, três da UERJ e sete Faculdades isoladas. O grupo Ponto de Partida, da UFF, retirou-se do Comitê; os grupos Novo Rumo, Organizando, e União e Luta, da UFRJ, divul-

Na primeira parada, ainda na São José, os manifestantes gritaram nova palavra de ordem — "anistia" — seguida de salva de palmas, em ritmo acelerado. A cena se repetiu, mudando apenas as palavras de ordem, enquanto mais gente se incorporava ao grupo e eram distribuídos panfletos.

Depois de mais uma parada no meio da Avenida Rio Branco, formou-se grupo único em frente ao Edifício Avenida Central. O mesmo rapaz que vinha gritando os slogans deu instruções para que todos seguissem para a Praia Vermelha. Alguns se reuniram no ponto de ônibus em frente ao Teatro Nacional de Comédia, aos gritos de "abaixo a carestia" e "liberdade sindical".

A movimentação de estudantes no campus da Praia Vermelha (Av. Pasteur) intensificou-se a partir do meio-dia, quando membros da comissão de segurança do Comitê 1.º de Maio chegaram

com a notícia da transferência da concentração.

Ficou acertado que o ato público começaria às 14h.

Cerca de 500 estudantes estavam reunidos, quando começou a assembleia (no fim, o número se elevaria a cerca de 800).

As 14h20m, chegaram os que participaram da manifestação no Centro, que, aos gritos de "abaixo a opressão", foram recebidos com demora da salva de palmas.

Mas as divergências começaram logo, quando os manifestantes informaram que tinham sido ovacionados por populares. Outro estudante, membro da comissão que transferiu o local da concentração, afirmou que a passeata não tinha conseguido adesão e ferira as decisões da comissão de segurança. Uma proposta para se sair imediatamente às ruas foi derrotada e, inconformados, alguns se retiraram da assembleia. 16-6

garam manifesto criticando os líderes daquela entidade.

O manifesto, assinado pelos grupos Novo Rumo, Organizando, e União e Luta, após afirmar que os estudantes estão cansados com as disputas entre as lideranças, acusa o Comitê 1.º de Maio de ser burocrático e de não respeitar a decisão de seus fundadores. E propõe: "A ele cabe encaminhar a luta pela defesa dos presos, e não dirigir o movimento estudantil".

O Conselho de Entidades (estudantis) da UFRJ aprovou, por maioria, a divulgação de uma nota contra a manifestação no Centro, mas não se chegou a um consenso quanto ao tom da crítica. 17-6-77

o ato público, a que o estudante mineiro não compareceu, só se poderia realizar se tivesse contado com o apoio dos demais setores sociais — "clero, imprensa, associações de profissões liberais e de bairro, MDB, etc." — e com "a participação maciça dos estudantes de Belo Horizonte". 16-6-77

MANIFESTO DOS ARTISTAS

Os principais teatros de São Paulo não cobraram ingressos ontem, decisão tomada na noite anterior, depois de artistas serem presos nas manifestações, e em vários deles houve problemas com o excesso de público. Antes das apresentações foi lido um manifesto à população, além de se correr uma carta aberta ao Presidente da República pedindo a revogação da portaria sobre censura às publicações estrangeiras.

O manifesto dizia que a classe teatral, "reunida em assembleia geral", manifestara-se pelas "liberdades democráticas, pela anistia, pela abolição da censura, pela liberdade de expressão e de organização, contra atos de exceção".

Cerca de 800 pessoas — estudantes, professores e representantes de outras categorias — reuniram-se ontem à noite na PUC, em assembleia do Comitê 1.º de Maio pela Anistia.

Um representante da Pastoral Operária, preso durante as manifestações, denunciou no plenário "que na cadeia estão fazendo pressão contra um estudante, para que ele assine uma confissão de que é líder estudantil". Afirmou também que "um cinegrafista da Pastoral Operária e um estudante encontram-se desaparecidos". 17-6-77

JORNAL DO BRASIL
JORNALISTAS

CONTRA REPRESSÃO

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais distribuiu nota oficial "para manifestar seu mais veemente protesto diante da agressão policial às manifestações realizadas dia 15, em São Paulo, e fartamente documentadas por fotografias estampadas nas edições de hoje." E: "a violência atingiu não só os manifestantes, mas também populares que deixavam o trabalho."

Segundo denúncias encaminhadas ao Sindicato, vários jornalistas foram ameaçados, atingidos e houve até uma prisão. A nota menciona "o espancamento da jornalista Marta Elizabeth Corazzo, repórter do Diário Popular, que foi atingida nas costas por um golpe de casete no Largo de Santa Ifigênia. Os repórteres fotográficos Luiz Saez Parra e Manoel Isidoro da Silva, da agência Folhas, também foram espancados nas imediações do Parque Dom Pedro II."

A nota informa que a polícia tentou intimidar os repórteres Edson Flosi, de O Globo, Luciano Dellon e Wanda Terezinha Martins, da Folhas, e José Melo Marques, da Rádio Jovem Pan. O repórter Wagner Baggio, da Folhas, foi detido na Praça Fernando Costa, "apesar de se ter identificado como jornalista."

A nota diz que "mais uma vez a censura atingiu as rádios e televisões. No final da tarde, a Polícia Federal proibiu que continuassem cobrindo as manifestações." Algumas emissoras de rádio da cidade, como a Jovem Pan, transmitiram os acontecimentos até as 19 horas, quando entrou no ar a Voz do Brasil.

17/6/77

solidariedade internacional

-Estocolmo

-Gotemburgo

-Lund

Em Estocolmo o Comitê Brasil realizou um ato no dia 2 de abril na antiga Casa do Parlamento ao qual participaram mil pessoas. Durante o ato foi feita uma apresentação musical, uma exposição de fotografias e um discurso sobre a atual conjuntura brasileira. Todas as organizações de solidariedade da Suécia participaram do ato que foi centrado na solidariedade aos intelectuais brasileiros. Centenas de intelectuais suecos assinaram um manifesto contra a censura no Brasil. Também foram realizados atos em Gotemburgo e Lund.

VEJA, 15 DE JUNHO, 1977

3 500 PESSOAS NA HOMENAGEM A D. ARNS

Se os mais sérios incidentes na área estudantil ocorreram em Brasília, a São Paulo coube novamente a promoção das mais vistosas manifestações. Na noite de terça-feira, 3 500 pessoas, a maioria universitário compareceram à homenagem prestada na Pontifícia Universidade Católica a cardeal dom Paulo Evaristo Arns, pelo recebimento do título de "doutor honoris causa" da Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos. Depois de pronunciamentos de operários, políticos, profissionais liberais e religiosos, dom Paulo Evaristo encerrou a solenidade com palavras de apoio aos estudantes. "Os jovens que reivindicaram em ordem a soltura de seus companheiros, o fim das torturas, a ampla anistia e a volta das liberdades democráticas", afirmou o cardeal, "deram a prova ao país de que está na hora de que isso aconteça, dentro de um clima de ordem e responsabilidade."

detidos

São Paulo — O DOPS paulista liberou ontem a relação de 90 pessoas detidas durante as últimas manifestações estudantis, da qual fazem parte os 12 artistas presos na Rua 25 de Março, entre os quais Ruth Escobar, Renato Consorte, Ruthineia de Moraes e Yolanda Cardoso.

Segundo o DOPS, todos os detidos foram liberados, embora tenha ficado em suspenso a questão da abertura de inquérito pela Divisão de Ordem Política, que dependerá da análise dos comportamentos anterior e posterior dos envolvidos.

17/6/77

SBPC cancela reunião

JORNAL DO BRASIL

São Paulo — A 28a. Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), marcada para o período de seis a 13 de julho, em Fortaleza, foi cancelada, devido à "falta de compreensão e apoio governamentais, fato inedito na já longa tradição desta sociedade", segundo a sua diretoria. Havia 2 mil 140 inscrições — mais de 4 mil, segundo os cearenses — além de 12 cientistas estrangeiros convidados.

Após a leitura do comunicado da suspensão, o presidente da SBPC, professor Oscar Sala, destacou que "a decisão, tomada pela diretoria, nada teve a ver com os encontros que mantive, na última quinta-feira, com os Ministros Golbery do Couto e Silva e Ney Braga, a quem apenas comuniquei o fato". Indagado sobre a reação do comunicado, disse que, "honestamente, senti nos dois Ministros a vontade de apoio à sociedade."

O presidente da SBPC, professor Oscar Sala, disse que o Ministro da Educação, Ney Braga, pediu o adiamento da reunião, porque a verba destinada de Cr\$ 500 mil fora empregada nas enchentes do Nordeste. Outro auxílio (Cr\$ 1 milhão 400 mil), solicitado à Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, não foi liberado até ontem. 18/6/77

Paris

O Comitê Brasil Anistia de Paris entregou à imprensa um comunicado onde denuncia os "treze anos de arbitrio, de repressão brutal sobre os trabalhadores brasileiros da cidade e do campo" e acrescenta que "a grande maioria do povo brasileiro, os operários, os camponeses, os intelectuais, os estudantes, a igreja e os índios, nunca deixaram de resistir contra a política do regime". O comunicado que foi publicado, entre outros jornais, pelo LE MONDE do dia quinze de abril, foi assinado também pelos Comitês França América Latina e França Brasil. O texto terminava conclamando à "solidariedade ativa de todos os franceses para com o povo brasileiro na sua luta de resistência contra o regime ditatorial" ...

Copenhague

Uma semana de solidariedade com a Luta do Povo Brasileiro, foi organizada pelo Comitê Brasil Anistia da Dinamarca. Na semana de 29 de março a 1.º de abril realizaram-se debates sobre a conjuntura política e econômica brasileira. Uma exposição de fotografias, filmes, distribuição de folhetos, cartazes e distintivos do Comitê mantiveram mobilizadas as organizações e partidos políticos e importantes setores da população de Copenhague. A imprensa danesa deu ampla cobertura aos acontecimentos, publicando também o comunicado assinado pelos principais Comitês Brasil Anistia da Europa.

A SOLIDARIEDADE DOS TRABALHADORES ITALIANOS

Organizada pela "Liga Internacional pe los Direitos e a Liberação dos Povos" teve lugar no salão da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos (FLM) em Roma, uma jornada de solidariedade com o povo e os trabalhadores do Brasil, na ocasião do 13º aniversário do golpe de abril de 1964.

A manifestação, presidida pelo Senador Lélío Basso, participaram, Alberto Tridente da Secretaria Nacional da FLM, Renato Sandi, deputado do PCI, Mancel da Conceição, dirigente campones brasileiro e Dom Franzoni bispo da Comunidade Eclesiástica São Paulo. O poeta espanhol Rafael Alberti, presente na manifestação, recitou um poema dedicado ao povo brasileiro.

Centenas de brasileiros e latino-americanos estavam presentes na manifestação, considerada pelo jornal "Quotidiano dei Lavoratori" uma das manifestações internacionais mais concorridas dos últimos tempos realizadas em Roma.

O dirigente sindical Alberto Tridente

da FLM discursando na ocasião referiu-se ao papel internacionalista que a classe operária deve desenvolver em direção aos seus irmãos de classe dos países que vivem sob ditadura militar. "Devemos sair da passividade -insistiu Tridente- e intensificar esforços no sentido de, por exemplo, impedir a exportação de armas aos regimes reacionários"

Tridente concluiu sua intervenção dando como exemplo a plataforma dos operários da Fiat, da Magnetti Marelli, da Alfa Romeo, da Olivetti, que lutam hoje pela extensão dos direitos conquistados pelos operários italianos a todos os trabalhadores dos diversos países onde estas empresas estão implantando-se e onde as relações de trabalho são reguladas pelas leis da super-exploração e da feroz repressão, como no Brasil e na Argentina, por exemplo.

Dom Franzoni falou da "igreja de base" no Brasil que enfrenta a ditadura e os setores da hierarquia cúmplices do sistema.

LISBOA

- O Comitê Brasil Anistia de Portugal, organizou uma SEMANA DE SOLIDARIEDADE COM O POVO BRASILEIRO, de 13 a 19 de abril. Durante sete dias foram realizados debates sobre diferentes aspectos da realidade brasileira. O Movimento Operário, a Situação no Campo, a Repressão e a Censura foram os temas de destaque da semana. Mais de duas mil pessoas participaram do ato de encerramento realizado no Pavilhão dos Desportos de Lisboa. Foram lidas várias mensagens de solidariedade às lutas do Povo Brasileiro e contra a ditadura. O Radio, a Televisão, os jornais e a imprensa em geral deram ampla cobertura ao acontecimento. Uma das emissoras locais fez uma emissão em ondas curtas para o Brasil noticiando a realização da Semana de Solidariedade.

COMITÊ ANISTIA NA ILHA DA MADEIRA

Por iniciativa do Comitê Brasil Anistia de Portugal foi criado no dia 23, de maio o COMITÊ BRASIL ANISTIA DA ILHA DA MADEIRA.

MEXICO

Um grande ato de massas foi organizado na cidade do México, pelo COMITÊ SINDICAL DE SOLIDARIEDADE COM O POVO DA AMÉRICA LATINA, dia 21 de abril, no Auditório da Faculdade de

Ciências, para repudiar os 13 anos da ditadura militar brasileira. Na ocasião discursaram os brasileiros: Francisco Julião, Padre Francisco Lage, Ruy Mauro Marini, Severo Salles e Theotônio dos Santos. Outras personalidades e dirigentes políticos latino-americanos presentes na manifestação também usaram da palavra: Rodolfo Puigros, (Argentina); Marcelo Quiroga Santa Cruz, (Bolívia) Pedro Vuskovic, (Chile) e Carlos Quijano (Uruguay). Várias mensagens de apoio à luta do povo brasileiro foram lidas durante o ato. Entre elas destacamos: Comitê Democrático Boliviano, Montoneros, Comitê Universitário de Apoio à Resistência Popular Latinoamericana, Associação dos Exilados Nicaraguenses. Todas as mensagens de apoio e solidariedade destacam o papel sub-imperialista do Brasil no Continente.

C.B.A DE PARIS

DENUNCIA PRISOES

O Comitê Brasil Anistia de Paris, vem dando ampla divulgação às últimas manifestações ocorridas no Brasil. Um dossier denunciando as prisões de operários e estudantes do ABC paulista, quando convocavam um pri-

meiro de maio de luta, bem como as manifestações do dia cinco e dezoito de maio, foi entregue aos sindicatos, aos partidos e organizações políticas que apoiam a luta do nosso povo.

Por ocasião da greve e da manifestação nacional francesa, do vinte quatro de maio, convocada pelas principais centrais sindicais da França, o CBA de Paris, distribuiu milhares de folhetos contendo as fotografias das passeatas e a "Carta Aberta à População" distribuída na manifestação de S. Paulo do cinco de maio. Contatos junto aos sindicatos, partidos, organizações políticas e humanitárias estão sendo feitos pelo CBA de Paris no sentido de exigir do governo brasileiro a libertação das pessoas presas nas vésperas do 1º de maio em S. Paulo.

ATO EM PARIS

Os comitês Brasil Anistia, França Brasil, França América Latina, realizaram no dia doze de junho uma Jornada de Solidariedade com a Luta do Povo Brasileiro.

Além da venda de artesanias, feita pelos presos políticos, houve uma exposição de fotografias e debates sobre a atual conjuntura política brasileira. Foram os seguintes os temas debatidos:

- O Acordo Nuclear entre o Brasil e a República Federal da Alemanha.
- A Mulher e a Condição Feminina no Brasil.
- As Condições de vida dos trabalhadores da cidade e do campo.
- A Conjuntura Política Brasileira.

Nº 3
BOLETIM

(São Paulo)
-Editorial-

UNIÃO dos PROFESSORES

Há muito tempo, setores da imprensa vêm noticiando a vertiginosa queda do poder aquisitivo dos trabalhadores assalariados nos últimos 12 anos. O salário real, percebido pelas diversas categorias profissionais, declina de forma acentuada, corroído por uma inflação sempre superior aos reajustes concedidos. (...)

Tal deterioração do poder aquisitivo não é fruto do acaso. Com efeito, a política salarial adotada nos últimos anos nada mais é que a condição necessária à penetração e consolidação das multinacionais e do capital estrangeiro, que realizam vultosos lucros, graças à garantia de mão de obra barata, além de outras vantagens como obras de infra-estrutura, isenção de impostos, etc.

A sustentação destas políticas teve como condição, a supressão das mais elementares liberdades democráticas, à partir de 1964. Para os trabalhadores isto significou a eliminação do próprio direito de reivindicar e, por conseguinte, a impossibilidade de lutar contra a degeneração de seu nível de vida, dadas as limitações impostas a atividade sindical e política.

Nós professores, não escapamos a essa realidade. Nossos sindicatos, extremamente burocratizados e esvaziados, fruto da constante intervenção pelega, além da aberrante fragmentação sindical da categoria, são na verdade expressão profunda do quadro acima apontado. Tal situação explica a lastimável condição do professorado hoje, especialmente na área privada, onde nossos baixos salários são o pressuposto do acúmulo de grandes lucros por parte das empresas de ensino.

-Minas Gerais-

Para que os professores consigam defender seus legítimos interesses de classe é necessário que seus sindicatos e associações se transformem, tornando-se verdadeiramente representativos e combativos. No entanto, isso só será alcançado quando conseguirmos unir maior parte de nossos colegas. A luta por esta união, em Minas Gerais, deu seu primeiro passo com o surgimento de um núcleo de professores em Belo Horizonte, que, desde já, adere às propostas do MUP.

A situação do professorado mineiro em que se nada difere da de nossos colegas em todo o país: condições de trabalho precárias; baixos salários; dificuldades para sindicalização, que tem se transformado numa luta titânica entre os pretendentes e a direção sindical, quando se levanta uma série de empecilhos à sindicalização.

Atualmente os professores da Universidade Católica, que trabalham em regime de 20 horas semanais tem se reunido para decidir qual atitude tomar frente ao não pagamento do salário, já acordado entre a direção sindical e a direção do estabelecimento de ensino. A atitude do sindicato diante da mobilização de seus associados em defesa de seus legítimos interesses, foi denunciá-los junto à direção da Universidade, que imediatamente proibiu a reunião dos professores na área do campus, ameaçando-os com a dispensa sumária.

Na Universidade Federal de Minas Gerais a situação não fica atrás, muitos professores trabalham sem remuneração e sem qualquer vínculo empregatício por longos períodos, a espera de um contrato que virá sabe Deus quando. Este quando se realiza, se dá em bases desfavoráveis

para os professores: contrato temporário (de seis em seis meses) não dando portanto nenhuma estabilidade. Os vencimentos só começam a ser recebido pelo menos 3 meses após a assinatura do contrato; excesso de carga horária didática (16 horas semanais, e às vezes até mais quando o limite estabelecido pelo MEC é de 12 hs.); condições de trabalho precárias (é comum o professor ter de providenciar às suas custas e dos alunos, o material didático). Para completar esse quadro, os professores da UFMG não dispõem de nenhum órgão de classe em torno do qual seja possível a união para defesa de seus interesses. No entanto, esses acontecimentos só reforçam a necessidade de nos unirmos, ampliando nosso movimento à fim de lhe dar uma dimensão realmente nacional, pois somente a união nos dará força para vencermos os obstáculos que impedem a luta por melhores condições de trabalho e pelas liberdades democráticas.

O ESTADO DE S. PAULO

Professores também marcam concentração

Os professores da rede oficial de ensino marcaram para terça-feira duas concentrações — uma no Largo do Arouche e outra em frente à Assembleia Legislativa para entregar ao secretário da Educação, José Bonifácio Coutinho Nogueira, e ao deputado Natal Gale um documento reivindicando reajuste salarial e alterações no regime de trabalho. As manifestações de protesto foram decididas em assembleia geral que os professores realizaram ontem no Palácio das Convenções do Parque Anhembi.

Ao meio-dia de terça-feira os professores estarão reunidos no Largo do Arouche e, depois de entregarem ao secretário o abaixo-assinado, que recebeu mais de 8 mil adesões, seguirão, separadamente, para a Assembleia Legislativa. Em frente ao prédio da Assembleia farão uma nova concentração e encaminharão cópia do documento ao presidente da Casa.

Além das manifestações de protesto, os professores aprovaram também uma proposta segundo a qual as decisões da assembleia não poderão ser modificadas ou canceladas nem pela diretoria da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo — Apeoesp — nem pela comissão que organiza o movimento. Com essa medida os professores pretendem evitar que as concentrações programadas sejam novamente canceladas, a exemplo do que ocorreu com a manifestação marcada para o dia 27 do mês passado no Largo do Arouche.

A diretoria da Apeoesp, que já havia sido criticada pelo cancelamento da manifestação do dia 27, voltou a ser acusada ontem de "tentar esvaziar o movimento dos professores", divulgando somente por jornais e um dia antes

da assembleia o local escolhido para a reunião. De acordo com os professores, não circulou nenhum comunicado nas escolas avisando que a assembleia seria realizada no Parque Anhembi.

No entanto, o presidente da Apeoesp, Rubens Bernardo, justificou essas precauções lembrando que ele e outros professores foram convocados a depor no Deops e que, por isso, o autor de cada proposta apresentada na assembleia deveria se identificar. "Caso contrário", explicou, "terei de assumir sozinho a responsabilidade pela realização de uma assembleia officiosamente proibida pelo Deops". Depois de uma hora de discussões sobre a identificação e sobre a ameaça de Rubens Bernardo de abandonar a assembleia caso não houvesse identificação, os professores decidiram que as resoluções seriam assumidas por todos os presentes através da assinatura coletiva da ata.

MANIFESTAÇÃO

Embora a princípio os professores pretendessem realizar apenas a manifestação pública de protesto no Largo do Arouche, decidiram repetir o ato em frente à Assembleia Legislativa como forma de pressionarem os deputados para que adiem a sessão de aprovação do Estatuto do Magistério, uma das reivindicações contidas no abaixo-assinado.

Além disso, os professores reivindicam reajuste salarial de 63%, pagamento da hora-atividade na base de 20% sobre a carga horária, gratificação de nível universitário, contratação dos precários pela CLT e um dia livre em todas as escolas para discussão de propostas de alteração no Estatuto do Magistério.

5-6-77

o manifesto dos professores paulistas

O manifesto dos professores universitários paulistas contendo cerca de 600 assinaturas, foi discutido ontem no Congresso, recebendo o apoio de líderes emedebistas, entre eles o senador gaúcho Paulo Brossard. O líder do governo, José Bonifácio, tentou minimizar sua importância. É a seguinte a íntegra do manifesto:

"Os abaixo-assinados estão conscientes de que o papel essencial da universidade consiste no exercício de uma reflexão crítica, necessariamente livre; esse exercício não pode ser isolado da prática dessa liberdade em todos os domínios da vida social.

"As instituições sócio-políticas vigentes no País

não suportam a manifestação dessas liberdades como demonstram as transgressões sistemáticas por parte das autoridades dos direitos mais elementares atingindo recentemente estudantes, operários e aqueles que com eles se solidarizam."

"Episódios menos recentes testemunham os riscos a que estão expostos física e moralmente todos aqueles que se têm contraposto de público a esse estado de coisas."

"Em vista disso, os professores universitários, abaixo-assinados, rejeitam a cumplicidade passiva do silêncio que lhes é imposta e manifestam-se publicamente em nome de sua res-

ponsabilidade profissional, social e moral."

De um número superior de 600 assinaturas, destacam-se os seguintes professores universitários José Luiz Anhaia Mello, Miguel Reale Junior, Godofredo Telles Junior, Antônio Chaves, Fábio Comparato, Dalmo de Abreu Dallari, João Eduardo Villalobos, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Francisco Weffort, Aziz Simão, Juarez Brandão Lopes, Pascoale Petrone, Rui Galvão de Coelho, César Lattes, Modesto Carvalhosa, Irineu Strenger, Douglas Teixeira Monteiro, Edgard Carone, Otávio Ianni, Cândido Procópio Camargo, Antônio Cândido de Mello e Souza, Sérgio Buarque de Holanda. 20-5-77

Professor de Minas está solidário

BELO HORIZONTE (Sucursal) — "Estamos solidários com a luta dos professores paulistas por aumentos salariais e melhores condições de ensino" — afirmou o presidente do Sindicato de Professores de Minas, Ewerton Possas. Ressaltou que compreende a luta dos colegas paulistas porque o problema não é privilégio de São Paulo: "O mal atinge todo o Brasil. Aqui, há anos lutamos por melhores condições de trabalho e de salários. Infelizmente, as velhas reivindicações dos professores não têm sido atendidas e a elas se vem somando alguns males novos. 23-5-77

Manifesto apóia professores de SP

28-5-77

Em apenas cinco dias foram obtidas mil assinaturas no manifesto, divulgado ontem, na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no qual 600 professores universitários e 400 profissionais liberais, intelectuais e artistas "hipotecam solidariedade ao manifesto dos professores universitários de São Paulo, de rejeição à cumplicidade passiva do silêncio e em defesa das liberdades democráticas".

O documento, entregue aos repórteres pelo historiador Hélio Silva (que representava os intelectuais que o assinaram), e pelo padre Francisco Machado da Fonseca, da PUC (representante dos professores), tem entre os seus primeiros signatários o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Raymundo Faoro, o jurista Heleno Fragoso, o historiador José Honório Rodrigues, o diretor-adjunto de pós-graduação do Instituto de Matemática da Coppe (UFRJ), Nelson Maculam Filho, e o chefe do Departamento de Engenharia Naval da Escola de Engenharia da UFRJ, José Haine.

Assinado por professores e pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, Universidade Federal Fluminense, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, universidades particulares e faculdades isoladas, o manifesto, que se limita apenas a hipo-

tecar solidariedade aos professores paulistas, foi divulgado com um apêndice em que os 400 profissionais liberais, intelectuais e artistas apoiam o seu teor. Figuram, nessa parte do documento, os nomes dos compositores Gilberto Gil, Antônio Carlos Jobim e Edu Lobo; dos diretores de cinema Maurício Cappovilla, Arnaldo Jabour e Eduardo Escorel; dos atores Hugo Carvana, Antunes Fagundes e Arduino Colassanti.

Segundo o historiador Hélio Silva, as listas de adesão ao manifesto ficarão na sede da ABI, a fim de que sejam colhidas mais assinaturas. Ele explicou que a rápida divulgação do documento foi provocada pela necessidade imediata de se prestar solidariedade aos professores paulistas, "mas que a pretensão dos signatários é transformar essa solidariedade num movimento nacional a favor da inteligência e das liberdades".

Intelectuais do RGS apóiam manifesto

PORTO ALEGRE (Sucursal) — Um manifesto com 612 assinaturas de intelectuais, jornalistas, professores universitários, profissionais liberais e políticos foi divulgado ontem em Porto Alegre para endossar o "Manifesto Paulista", lançado por 463 professores e que já tinha recebido o apoio de 800 intelectuais do Rio de Janeiro.

O manifesto dos gaúchos é curto, dizendo textualmente: "Nós, do Rio Grande do Sul, expressamos publicamente nossa solidariedade aos professores e intelectuais que, no Rio de Janeiro e São Paulo, subcrevendo o "Manifesto Paulista", rejeitaram a cumplicidade passiva do silêncio". 5-6-77

No Paraná, professores ameaçam abandonar aulas

Os professores do Paraná iniciaram a organização de uma assembleia permanente para preparar a paralisação das aulas em todas as escolas públicas do Estado em protesto contra "o achatamento salarial" que dificulta a sobrevivência da classe e contra a atitude do governador que vetou vários itens do estatuto do magistério em prejuízo dos professores. Essa decisão foi tomada sábado, em Apucarana, no Norte do Paraná, em encontro que reuniu mais de 200 professores de quase 30 cidades do Estado.

Os professores também resolveram recorrer à Justiça contra "as decisões ditatoriais da Assembleia Legislativa (a maioria é da Arena) que aprovou os vetos do governador". Segundo a assessoria jurídica da Associação dos Professores do Paraná, "o veto à continuidade da aplicação da CLT para a contratação dos professores suplementaristas é inconstitucional porque a própria lei federal que instituiu a reforma do ensino

garante essa forma contratual". Na opinião do departamento, "todos os professores que impetrarem mandado de segurança terão seus direitos assegurados".

Ainda durante a reunião, os professores prepararam uma nota oficial "para lavar a honra do magistério, repudiando os deputados arenistas que, além de aprovar as arbitrariedades do governador, denegrim a imagem dos professores, chamando-os de ignorantes e subversivos, já que mentiam ao dizerem que passavam fome".

O presidente da Associação dos Professores do Paraná, Ruben de Oliveira, disse que a entidade pretende marcar novos encontros em outras cidades paranaenses "para difundir ao máximo a idéia da paralisação e conseguir a adesão dos 60 mil professores do Estado". Segundo ele, "as autoridades esgotaram a nossa paciência de procurar o diálogo e agora precisamos saber que estamos descontentes e que procedemos dessa maneira como o último recurso para que sejam ouvidos".

Muitos professores queriam iniciar já no sábado a paralisação das aulas, com a entrada imediata em assembleia permanente, mas alguns colegas desaconselharam a medida devido ao fato de estarem presentes ao encontro apenas 200 professores. Outros manifestaram temor diante da atual situação política do País. Esse clima foi favorecido pela presença, na reunião, de dois agentes da Polícia Federal. 5-4-77

Coojornal

Cariocas na luta pelo Sindicato

O movimento de oposição aos atuais dirigentes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Guanabara (Coojornal 74), estruturado no começo deste ano quando um grupo de jornalistas decidiu opor-se aos desmandos do presidente José Machado, está recebendo uma grande adesão dos jornalistas cariocas.

Baseado em Comissões de Redação eleitas em cada local de trabalho, o movimento conseguiu editar no mês passado o *Jornal da Oposição*, um boletim de quatro páginas que apresenta projetos de plataforma e outros assuntos de interesse da classe, como o dissídio coletivo.

Num trecho sobre a situação atual do Sindicato, o jornal afirma: "A omissão do Sindicato favorece todos os tipos de abuso das empresas jornalísticas sobre seus funcionários porque se nega a cobrar dos patrões as conquistas de classe nunca respeitadas como, por exemplo, a jornada de trabalho de cinco horas, as folgas semanais, as horas extras etc. O Sindicato tem sido omissivo ainda diante dos problemas de demissões, desemprego, reivindicações de aumento do piso salarial e da situação dos estagiários. Mais grave que isso, a atual direção reforça a dependência (ao Ministério do Trabalho) não só porque se omite como também porque leva uma luta direta contra os próprios jornalistas: durante as assembleias procura intimidá-los com a presença de policiais armados, expulsa do meio de associados os jornalistas estagiários, utiliza o patrimônio da classe em proveito próprio, etc."

SINDICATO DOS MEDICOS S.P. DOIS CANDIDATOS VETADOS

A Delegacia Regional do Trabalho não aceitou a candidatura de dois médicos concorrentes da chapa 2, de oposição, as próximas eleições do Sindicato dos Médicos de São Paulo. Para os integrantes da chapa, entretanto, essa medida foi apenas mais uma manobra da atual diretoria da entidade, para intimidar os candidatos da oposição, uma vez que o próprio Sindicato se encarregou de divulgar a decisão da DRT com convocação geral da imprensa.

Os integrantes da chapa 2, "Movimento de Renovação", lamentaram a "tentativa de conturbar a campanha eleitoral" e afirmaram que seus advogados deverão impetrar mandado de segurança contra a Delegacia Regional do Trabalho, pela exclusão dos dois colegas. "O Sindicato dos Médicos de São Paulo nunca teve uma atuação efetiva, há mais de dez anos os mesmos grupos se revezam em cargos de diretoria e, ao que tudo indica, agora estão te-

mendo perder a liderança", diz um dos médicos da "Renovação".

Para os candidatos da oposição, as provas são recentes: "Nunca o Sindicato convocou a imprensa para divulgar coisa nenhuma e foi surpresa, inclusive, a entidade assumir a luta de mais de 500 médicos que estão ameaçados de demissão pelo INPS". Em uma carta aberta aos médicos, os membros da "Renovação" enumeram uma série de "situações críticas que a categoria viveu" em que a atual diretoria do Sindicato esteve à parte, omitindo-se.

O documento cita também a omissão do Sindicato em relação aos vários movimentos de médicos residentes, ocorridos no Estado, e o que é mais grave, "a sua omissão junto as empresas médicas que não obedecem a Consolidação das Leis do Trabalho, permitindo a continuidade de relações de trabalho irregulares".

20-5-77

O ESTADO DE S. PAULO

Faoro: Constituinte é com os partidos

e incerta 21-5-77

"A Ordem dos Advogados do Brasil não fará campanha pela Constituinte, este papel cabe aos partidos políticos", declarou ontem em Curitiba o presidente da OAB, Raimundo Faoro. Segundo ele, a Ordem chegou à solução da Constituinte "por meio do fato profissional, pois é impossível o exercício da advocacia sem o pleno Estado de Direito". Por isso, "o fato político não nos sensibiliza e esperamos apenas que a Nação brasileira toque a bandeira da Constituinte". Para Faoro, o "fato profissional" que gerou a resposta da Constituinte foi "o irracionalismo da atual ordem jurídica, que se altera ao sabor dos ventos fazendo com que a matéria-prima de trabalho dos advogados seja instável

O ESTADO DE S. PAULO

"Pelo debate aberto"

Um manifesto assinado por 2.574 jornalistas profissionais de São Paulo, Brasília, Porto Alegre, Santos, Vitória, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, e Florianópolis será entregue, hoje, à presidência da Câmara dos Deputados e do Senado, pelo jornalista Pompeu de Souza, que representa a Associação Brasileira de Imprensa, em Brasília.

Manifesto

dos Jornalistas à Nação:

"Nós, jornalistas brasileiros, abaixo-assinados, conscientes dos deveres e da responsabilidade social de nossa profissão e diante da crise econômica, social e política do país, manifestamos publicamente nossa posição favorável ao debate aberto e democrático como caminho para sua solução e, por conseguinte, nosso inconformismo com a permanência da censura prévia — parcial na imprensa, mas total no rádio e na televisão — e de outras restrições e ameaças à liberdade de informação.

A plena liberdade de opinião, de crítica e de informação é um direito que nos é negado — e a toda a nação — pela violência de uma censura que cerceia e mutila jornais e revistas, que já destruiu várias publicações e está de tal forma institucionalizada que exerce até mesmo nas escolas de comunicação: pela omissão deliberada de informações por parte de autoridades e órgãos oficiais; pelo impedimento do acesso de jornalistas às fontes de informação, como forma

O presidente da OAB não admitiu, entretanto, que a idéia da Constituinte conte com o apoio da oposição: "Eu não acredito que o MDB apoie a proposta, e não tenho conhecimento de nenhum pronunciamento oficial a respeito. Sei de setores da oposição e mesmo do governo, como o próprio governador do Rio Grande do Sul, que já declararam publicamente sua concordância". Faoro acredita que o próprio governo possa convocar uma Constituinte, como foi feito em 1945, e que "a necessária mobilização popular para que a Nação tenha uma Constituição democrática, refletindo os interesses das amplas camadas populares, pode vir inclusive concomitantemente a preparação das eleições".

não declarada de censura; pela ameaça constante que o Ato Institucional nº 5 representa para as publicações sem censura prévia; pela apreensão arbitrária de edições inteiras; pelo estímulo que toda esta situação representa às mais variadas formas de auto-censura; pela sonegação sistemática do conhecimento da realidade brasileira a milhões de pessoas que têm, como única fonte de informação, um rádio e uma televisão sujeitos a uma censura ainda mais rigorosa.

O AI 5, a lei de imprensa, a lei de segurança nacional e o Código de Telecomunicações — aos quais se somam o arbítrio e a prepotência da autoridade — fornecem os instrumentos para manutenção desse sombrio quadro de violação do direito de expressão e do direito à informação.

Estamos plena convicção de que só um regime de liberdades democráticas, no qual a imprensa, o rádio e a televisão sejam livres para veicular, refletir e debater opiniões, críticas, divergências e contradições, poderá devolver à população o direito de manifestação. Da mesma forma, a liberdade de informação contribuirá para garantir o pleno respeito aos direitos humanos.

Estamos certos de que as limitações que sofremos hoje tornam um dever — profissional e patriótico — lutar para eliminá-las em defesa das liberdades democráticas." 8 DE JUNHO DE 1977

O ESTADO DE S. PAULO

D. Pedro: Sigaud foi orientado

O bispo de São Félix do Araguaia (MT), d. Pedro Casaldáliga, disse ontem, em Cuiabá — atribuindo a informação a "fontes do Congresso" — que os documentos encaminhados à Nunciatura Apostólica pelo arcebispo de Diamantina (MG), d. Geraldo Sigaud, acusando-o de comunista, foram fornecidos por "militares da linha dura". E acentuou não temer qualquer punição, porque as acusações "foram baseadas nos meus escritos, pelos quais eu respondo em qualquer circunstância, ou foram forjados nos linotipos da repressão, e por essas só o diabo pode responder".

"Se vier um processo eclesiástico, tudo será muito simples", afirmou Casaldáliga. "Se d. Sigaud ataca o comunismo e me acusa porque considera o comunismo como ateu, materialista e atentatório à pessoa humana, eu desafio qualquer censor civil ou eclesiástico a mostrar onde estão os atentados à pessoa humana e o meu ateísmo nesses meus escritos." O bispo de São Félix cita como documentos "forjados para incriminar religiosos", nos últimos tempos, "as entrevistas do padre Maboni, fotomontagem contra d. Ivo Lorscheiter e as cartas atribuídas a d. Paulo Evaristo Arns".

D. Pedro Casaldáliga esteve em Cuiabá para discutir com o comandante da Polícia Militar, coronel Geraldo de Oliveira e Silva, a construção da igreja do povoado de Ribeirão Bonito no local onde ficava a cadeia diante da qual foi morto o padre João Bosco Penido Burnier, em outubro do ano passado. Dias após o assassinio do religioso pelo soldado Ezy Ramalho Feitosa, o povo, revoltado, demoliu a cadeia e planejava erguer uma igreja em seu lugar.

A polícia local, porém, arancou uma placa e uma cruz colocada ali pelos fiéis e pretende reconstruir o presídio. O coronel Geraldo de Oliveira e Silva disse ontem que a igreja não poderá ser construída no local, "pois isso é um ataque à honra da polícia". 17-4-77

os dois poemas — Che Guevara e Colhendo Arroz — são de autoria de d. Pedro Casaldáliga e foram anexados na denúncia de d. Sigaud.

CHE GUEVARA
 "E, por fim, me chamou também tua morte, desde a seca luz de Vallegrande
 Eu, Che, continuo crendo na violência do Amor: tu mesmo
 dizias que "é preciso endurecer-se sem perder nunca a ternura".
 Mas tu me chamaste. Tu também.
 (Os temas compartilhados, dolorosos.
 Os múltiplos olhares moribundos,
 A inerte compaixão exasperante.

As sábias soluções à distância...
 América. Os pobres. O terceiro mundo, este quando não há mais que um mundo de Deus e dos homens!
 "Somos amigos e falo contigo agora através da morte que nos une; entregando-te um ramo de esperança, um bosque inteiro florido de ibero-americanos jacarandás perenes, querido Che Guevara."

AS DENÚNCIAS DE D. SIGAUD ^{cb}

O arcebispo de Diamantina, d. Geraldo de Proença Sigaud enviou ao Núncio Apostólico, d. Carmine Rocco, um extenso relatório, no qual apresenta provas e documentos de suas denúncias de infiltração comunista na Igreja. Como se recorda, o arcebispo de Diamantina apontou como exemplos daquela infiltração os bispos d. Pedro Maria Casaldáliga, de São Félix do Araguaia, e d. Tomaz Balduino, de Goiás Velho, os quais são responsabilizados também pelas dificuldades nas relações entre o governo e a Igreja. D. Sigaud afirma em seu relatório, cuja íntegra o "Estado" publica hoje, que "é grande o número de bispos que fizeram opção pelo comunismo" e reafirma sua esperança de que a Santa Sé tome as medidas exigidas pelo caso. 8-5-77

PRESEÇA INDESEJÁVEL

O ESTADO DE S. PAULO
 Enquanto o ministro Armando Falcão dizia, em Brasília, desconhecer qualquer processo para a expulsão do bispo de São Félix, D. Pedro Casaldáliga, o líder governista no Senado, Eu-

rico Rezende, mandava telegrama ao arcebispo de Vitória, D. João da Mota e Albuquerque, considerando Casaldáliga agente da subversão e "inconcebível e indesejável" sua presença na hierarquia da Igreja. 12-5

A SOLIDARIEDADE A D. THOMAS E PEDRO ^{cb}

Diante de mais de 300 fiéis, reunidos na catedral de Sant'Ana durante a abertura da Semana Santa, o bispo da diocese de Goiás Velho, dom Thomas Balduino agradeceu à solidariedade que lhe prestaram o arcebispo de Goiânia, dom Fernando Gomes dos Santos, e 14 padres de Goiânia, Brasília e de outras cidades do interior goiano.

Aos presentes, foi distribuídos, um boletim diocesano, com 32 páginas, contendo as acusações do arcebispo de Diamantina e a defesa dos bispos de Goiás Velho e São Félix. Na capa, um desenho onde aparecem os dois acusados rodeados de índios e trabalhadores do campo e mais a seguinte legenda: "Aqui transparece o próprio acontecimento da caminhada do povo de Deus. É o verso e o reverso da medalha. A calúnia e a resposta dos cristãos". 8-4-77

"Colhendo arroz dos posseiros de Santa Terezinha, perseguidos pelo Governo e pelo Latifúndio. Com um calo por anel Monsenhor cortava arroz... Monsenhor "martelo e foice"? Chamar-me-ão subversivo E lhes direi: eu o sou. Por meu povo em luta vivo, com meu povo em marcha vou.

"Tenho fé de guerrilheiro e amor de revolução. E entre Evangelho e canção sofro e digo o que quero. Se escandalizo, primeiro queimei o próprio coração, ao fogo desta Paixão cruz de seu próprio Madeiro. "Incito à subversão contra o Poder e o Dinheiro. Quero subverter a Lei que perverte o Povo em grei e o Governo em carneiro. (Meu Pastor se fez Cordeiro, Servidor se fez meu Rei). "Creio na Internacional dos rostos alevantados, da voz de igual a igual e das mãos entrelaçadas... E chamo a Ordem de mal, e o Progresso de mentira. Tenho menos paz que ira Tenho mais amor que paz. "... Creio na foice e no feixe destas espigas caídas: uma morte e tantas vidas! Creio nesta foice que avança — sob este sol sem disfarce e na comum Esperança tão recurvada e tenaz".

BOLETIM DIOCESANO

GOIÁS, 6.4.77 Nº ESPECIAL



"AQUI TRANSPARECE O PRÓPRIO ACONTECIMENTO DA CAMINHADA DO POVO DE DEUS. É O VERSO E O REVERSO DA MEDALHA. A CALÚNIA E A RESPOSTA DOS CRISTÃOS".

IPM contra

d. Estevão e d. Alano

O ESTADO DE S. PAULO

O bispo de Conceição do Araguaia, d. Estevão Cardoso Avelar, será acusado no Inquérito policial militar realizado pela 8ª Região Militar, em Belém, como responsável pelo conflito ocorrido no ano passado entre posseiros e soldados da Polícia Militar, no Sul do Pará. Os militares responsáveis pelo IPM parecem haver chegado à conclusão de que uma carta remetida pelo bispo aos posseiros, levada pelo padre Florentino Maboni, estimulou os lavradores das localidades de Boa Vista e Perdidos a investir contra um destacamento de soldados encarregado de dar cobertura à demarcação de uma área de terras de propriedade litigiosa, num ataque que resultou na morte de dois policiais. 21-5-77

D. IVO DENUNCIA: POLICIA INVESTIGA BISPOS

O ESTADO DE S. PAULO

O secretário-geral da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, denunciou, ontem, em Porto Alegre, que "a polícia está investigando, através de pobres agentes da segurança os bispos e padres do Brasil" e também a situação econômica da Igreja Católica no País. A denúncia foi feita durante conferência realizada na PUC gaúcha, sob o tema "A Igreja e a Política" e d. Ivo garantiu, também, que, "segundo informações que recebemos de um general das Forças Armadas, mais dois bispos devem tomar a mesma atitude de d. Geraldo Sigaud, tentando afirmar que há infiltração comunista na Igreja".

O secretário da CNBB continua suas denúncias di-

EXALTAÇÃO DOS MILITARES

"A profissão de militar exige sacrifícios como nenhuma outra porque o militar é o responsável pela ordem pública e pela segurança da Pátria, a segurança do País. Por isso, sua missão não tem hora nem lugar", disse, ontem, o cardeal dom Eugênio Salles, durante o sermão da Páscoa dos Militares. O cardeal convocou os militares a se aproximarem de Deus, "para que melhor cumpram a sua difícil tarefa". 20-5-77

FOLHA DE S. PAULO
D. ESTEVÃO NA L.S.N. cb

BRASILIA (Sucursal) — Os bispos D. Estevão Cardoso de Avelar, de Conceição do Araguaia, e d. Alano Maria Pena, de Marabá, almoçaram ontem com o Nuncio Apostólico, d. Carmine Rocco, e com d. Ivo Lorscheiter, secretário geral da CNBB, quando informaram ao representante do Vaticano sobre os interrogatórios a que foram submetidos durante a semana passada, em prosseguimento ao IPM Instaurado pela 8ª Região Militar.

ENQUADRAMENTO

D. Estevão Cardoso de Avelar responde ao inquérito, denunciado como incurso nos incisos II e IV do artigo 39 da Lei de Segurança Nacional, que prevê a pena de reclusão de 10 a 20 anos para incitamento: "I — A guerra ou à subversão da ordem político-social e social; II — A desobediência coletiva às leis; III — À animosidade entre as forças armadas ou entre estas e as classes sociais; V — A paralisação de serviços públicos, ou atividades essenciais; VI — Ao ódio ou à discriminação racial". O artigo 39 prevê ainda, no parágrafo segundo, a pena de morte para os crimes de que tratam os quatro primeiros itens se, "do incitamento decorrer morte". 22-5-77

zendo que nenhuma das perguntas do inquérito refere-se àquilo que, na verdade, a polícia teria o dever de inquerir como se o bispo ou o padre matou ou se fez algum crime previsto dentro do Código Penal. "Admirem vocês a primeira pergunta: se o padre ou o bispo tenta desfigurar a pessoa de Cristo? Segunda pergunta: se ele tenta desfigurar a pessoa de Deus? A terceira pergunta: se ele fala em comunidades de base?"

Concluindo, D. Ivo voltou a falar das denúncias de D. Sigaud e disse que as afirmações do bispo de Diamantina, logo após a divulgação do documento de Itaici, foram "calculadas, premeditadas por pessoas interessadas". 17-5-77

PADRE PRESO

A Arquidiocese de Olinda e Recife informou, ontem, em nota publicada no Boletim Arquidiocesano Semanal, que o padre norte-americano Lourenço Rosebaugh foi detido, ao meio-dia de domingo, na avenida Sul, no Recife, por dois policiais, e conduzido à Delegacia de Roubos e Furtos, onde, durante três dias, foi submetido "a toda espécie de indignidades, até ser libertado". 21-5-77

REFORMA AGRARIA

Os 20 bispos gaúchos reunidos no segundo dia de assembléia em Santa Maria (a 303 Km de Porto Alegre) discutiram ontem a ação pastoral sobre os agricultores e índios e chegaram à conclusão de que "a reforma agrária deve ser realizada o mais cedo possível porque isso ajudaria a resolver o problema social do agricultor, terminaria com a invasão das terras reservadas aos índios e diminuiria sensivelmente o êxodo rural que marginaliza o homem do interior na cidade grande". Esta conclusão foi comunicada pelo bispo auxiliar de Porto Alegre, dom Edmundo Kunz, e pelo bispo de Frederico Westphalen, dom Bruno Maldonado. 14-4-77

DENUNCIA DAS MULTI

O bispo da cidade gaúcha de Rio Grande, dom Frederico Didonet, denunciou ontem as multinacionais como "as maiores desrespeitadoras dos direitos humanos no Brasil" e acusou-as de "influenciar e condicionar o governo do país com o seu poderio econômico". A manifestação de dom Didonet foi feita ao final da assembléia anual dos bispos gaúchos na cidade de Santa Maria. 16-4-77

O ESTADO DE S. PAULO

IGREJA NÃO É PARTIDO cb

"A Igreja não pretende substituir as organizações trabalhistas que atuam no meio rural nem ser um partido político, a quem cabe propor uma forma concreta de organização social à Nação e buscar os meios para executá-la", afirmou ontem, o bispo de Acre e Purus e presidente da Comissão Pastoral da Terra da CNBB dom Moacyr Grecchi ao depor na CPI das terras na Câmara. "Estamos convencidos — acrescentou — de que as organizações representativas que apóiam o homem do campo só tem sentido e valor verdadeiros na medida de sua autonomia. Os trabalhadores rurais são capazes de organizar-se, e qualquer tipo de tutela é desnecessário, inconveniente e historicamente condenável."

Ao fazer uma ampla análise da política fundiária brasileira dom Moacyr afirmou que a reforma agrária, definida no Estatuto da Terra, não tem saído das discussões de gabinete. "Nos dois últimos governos — disse — a questão agrária tem sido reduzida à simples preocupação com o desenvolvimento agrícola voltada para o fortalecimento da grande empresa, racionalização e dependência externa."

"As tentativas oficiais de implantar na Amazônia um projeto de colonização baseado na pequena propriedade, foram definitivamente sepultadas", afirmou o bispo. "O resultado desta política são os conflitos pela posse da terra, que transformaram a região em foco de tensão social. Por outro lado, os programas lançados pelos últimos governos revolucionários, do tipo Polamazônia, Proterra etc. tiveram resultados bem modestos e têm servido mais à propaganda do governo que ao desenvolvimento da agricultura e, muito menos, ao homem do campo."

"A questão da terra hoje diante do desenvolvimento irracional do capitalismo, diante da busca de lucro fácil da acumulação a qualquer preço, desde que o preço não seja pago pelos empreendedores tornou-se também uma questão social". 12-5-77

PRINCIPAIS ÁREAS DE CONFLITOS DA AMAZONIA LEGAL

LOCAL	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVOS	CONSEQUÊNCIAS
Seringal Nova Empresa, no Acre	7.000	400 (ou 2.000 pessoas)	— Os posseiros não aceitaram proposta feita pelos compradores do seringal. — Com a venda do seringal começaram os problemas com posseiros. A justiça federal sequestrou a propriedade.	— Jagunços contratados pelos fazendeiros incendiaram casas dos posseiros, que em represália queimaram um barracão da empresa. — O Tribunal Federal de Recursos deu ganho de causa aos proprietários contra o Incra. O Presidente da República considerou pública a área de incêndio e a área de interesse social para fins de desapropriação.
Seringal Cabana, no Acre	87.000	900 (ou 4.500 pessoas)	— Criada pela igreja a colônia nunca foi precisamente demarcada, surgindo problemas de limites invasão por fazendeiros que expulsaram colonos.	— O governo estadual tem procurado resolver a questão, mas com excessiva lentidão. E uma das áreas mais tensas e perigosas do Pará.
Colônia Foresta, Criação do Araguaia, no Pará	69.000	3.645 (ou 17.225 pessoas)	Com títulos de propriedade anulados, um grupo de fazendeiros incendiou as casas dos lavradores, destruiu suas lavouras e começou a despejar.	A Contas propôs a desapropriação da área e reassentamento dos colonos.
Água Branca, Paragominas, no Pará.	1.500	260 (ou 600 pessoas)	Ocupando reudizada parte da propriedade, o norte-americano não pôde evitar que ela fosse ocupada e tentou expulsar os posseiros através de violência.	Após o choque entre posseiros e proprietários, a situação foi contornada, mas não solucionada. Novos conflitos podem ocorrer.

Fazenda Paraporá, São Domingos do Capim, no Pará.	18.000	200 (ou 1.000 pessoas)	Expulsos violentamente das terras que ocupavam, os posseiros reagiram, matando um sargento da PM.	O Estado desapropriou a área, mas a empresa recorreu. A questão ainda não foi definida judicialmente.
Perdidos, Conceição do Araguaia, no Pará.	132.000	815 (ou 5.675 pessoas)	A Fundação Brasil Central distribuiu 35 lotes de terra, mas es beneficiados não ocuparam a área. Quando foram tomar posse nela, surgiram os problemas: uma empresa recebeu títulos na mesma área e ela tinha ainda muitos posseiros.	Os posseiros atacaram soldados de PM que protegiam topógrafos de Incra, matando dois deles. A Igreja foi acusada de incitar os posseiros. Após os airtros, o Incra distribuiu licenças de ocupação. Mas a propriedade da área ainda não foi definida.
Vale do rio Buriticupu, no Maranhão	1.700.000	Impreciso, mas superior a 500		O Estado incorporou ilegalmente a área, retalhou a em lotes e vendeu. Mas a transação só poderá ser legalizada se a área for discriminada, o que está sendo feito lentamente.
Fazenda União, em Diamantino, Mato Grosso	3.000	200 (ou 1.000 pessoas)		O fazendeiro Kuroyana vem usando todos os meios — do suborno à violência — para expulsar os posseiros da gleba que diz possuir.
Gleba Itaporangá, em Rondônia	1.200.000	600 (ou 5.000 pessoas)		Omissão do Incra, erro da Funai e uma complexa situação fundiária causada pela "grilagem" dos irmãos Melhorança levaram ao conflito indios e colonos, com mortes dos dolados.

28.5.77

PS: Outros conflitos levantados mas não incluídos na listagem: seringais Niteroi, Porvir, Bom Destino, Redenção e Extrema, no Acre; Nova Esperança, Vila de Itinga e Vils Palestina, no Pará; povoados Sabonete e Alto Brasil, no Maranhão; fazenda Arinha, Pontes de Lacerda, Cabecestrinha e gleba Águas Quentes, em Mato Grosso.

Desabrigados

30 Mil na Grande BH

Alem dos 300.000 favelados existentes em Belo Horizonte, o secretário municipal de Saúde, Mario Hugo Ladeira diz que há, no mínimo, 30.000 desabrigados, comendo e dormindo pelos passeios e praças, concentrando-se, principalmente, no centro da cidade.

Anteontem, uma mulher amanheceu morta no passeio da avenida do Contorno, na esquina da rua Januária, onde "morava". Ali esteve em estado de coma, atacada pelos ratos, durante vários dias. Como aquela mulher há milhares de pessoas. Muitos atribuem à Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte, criada pela Prefeitura, a responsabilidade de cuidar dos desabrigados. No entanto, aquele órgão responde, dizendo: "A Chisbel e um organismo com a finalidade específica de desfavelamento. Não temos orçamento para outro tipo de atendimento social, porque não fomos criados para isto."

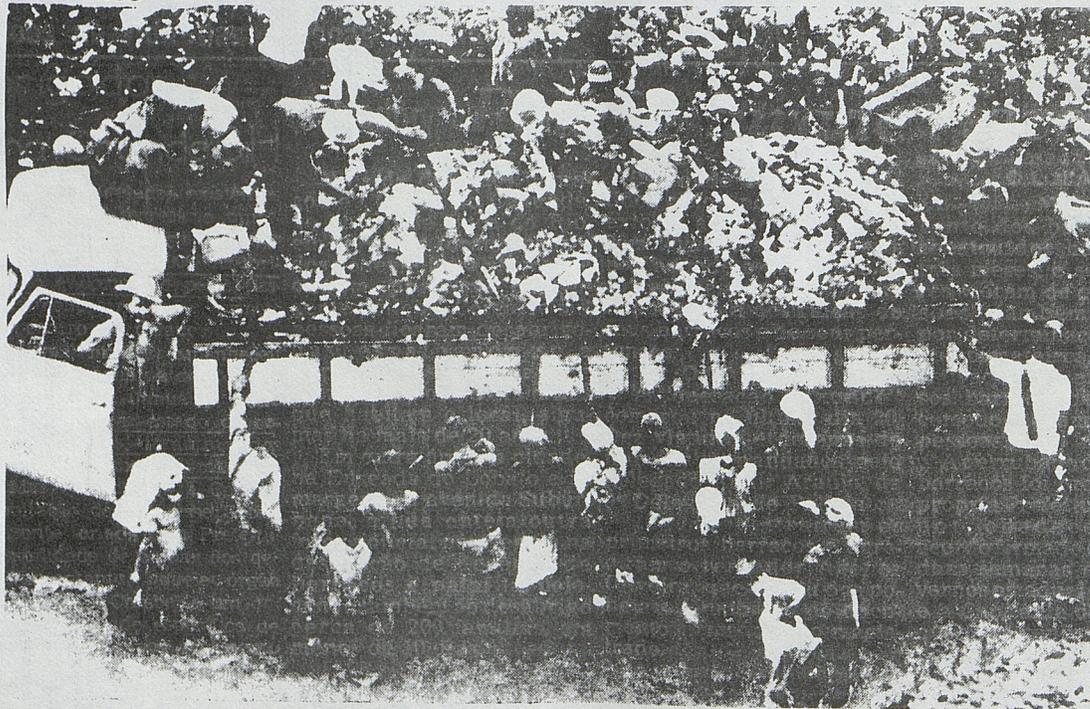
Segundo o secretário, não há nenhum órgão estadual ou municipal para cuidar especificamente deste problema. Mas ele acrescenta: "Mesmo sendo um problema muito complexo, ele diz respeito a cada um de nós e, neste tempo de crise e inflação e de sérias dificuldades, ele se agrava muito mais."

"O problema não é só de Belo Horizonte — enfatiza o secretário — mas, de todo o País. É consequência do subdesenvolvimento, de nossa pobreza. Antes, tínhamos o Abrigo Belo Horizonte que abrigava os desabrigados. Mas ele está sendo demolido. A maioria das pessoas que se vêem naquela situação, é gente que veio do interior."

Mário Hugo salienta: "Por estar o problema ligado à estrutura da sociedade em que vivemos, sua solução viria somente com o desenvolvimento, melhor distribuição da renda e mais recursos para a 'área social'".

Estado de Minas 29-04-77

Catadores de lixo, nas proximidades de Belo Horizonte - MG



Salvador Polícia invade favelas

Mais de duzentos barracos da favela do Caxundé, no bairro da Boca do Rio, em Salvador, foram destruídos de sexta-feira última até ontem, por forte contingente policial. Cerca de mil pessoas ficaram desabrigadas, espalhando-se a apreensão entre mais de quinhentas outras famílias que habitam o local, algumas há mais de 20 anos.

Em outra área da cidade, na Enseada do Lobato e às margens da avenida Suburbana, ainda ontem outra força policial prosseguiu na destruição de dezenas de barracos e palafita, colocando também ao desabrigo cerca de 200 famílias, em menos de 10 dias.

Os atos de violência cometidos pelos policiais, que exibem até metralhadoras, vêm levando ao desespero, no Caxundé e no Lobato, os moradores, que assistem impotentes à destruição de seus barracos e de seus pertences.

O CAXUNDÉ

A "operação Caxundé" começou no último dia 20. Dez viaturas e dezenas de homens comandados pelo delegado Almir Araújo, da 9ª Delegacia de Polícia destruíram os primeiros barracos e agrediram o vereador Agenor Oliveira, que exigiu dos policiais a exibição do documento firmado pelo magistrado.

O LOBATO

Mais de 50 por cento dos barracos foram construídos há menos de três meses, e seus moradores vieram de outras "invasões" também destruídas por determinações oficiais. São biscateiros, lavadeiras, estivadores e, em alguns casos, barracos de apenas um cômodo chegam a abrigar 10 pessoas.

A derrubada desses novos barracos foi ordenada pela própria Prefeitura de Salvador, obedecendo a um acordo firmado há menos de duas semanas entre os governos estadual e municipal e a Capitania dos Portos, a quem pertencem os terrenos invadidos. 26.5.77

favela do Rio

O ESTADO DE S. PAULO — 4-5-77

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio vai reabrir a CPI das favelas, atualmente paralisada, com o objetivo de investigar a destruição da favela do Morro de São João, em Engenho Novo, de onde os moradores estão sendo transferidos à força para os abrigos do Estado (em péssimas condições de higiene) ou deixados ao relento. A transferência dos moradores começou sexta-feira, quando se notou que uma pedra de dez mil toneladas ameaçava rolar morro abaixo.

A Polícia Militar e a Polícia Municipal de Limpeza Urbana destruíram os barracos localizados num raio de 100 metros em torno da pedra, para que os moradores não voltassem as suas casas.

Os moradores da favela redigiram um memorial que pretendem entregar hoje ao prefeito Marcos Tamoyo, reclamando da violência com que foram desalojados — alguns saíram algemados — e da destruição dos seus barracos. No documento, relatam a situação de pânico existente entre os moradores (um deles morreu de ataque cardíaco e outro tentou suicidar-se) e pedem que se "construam habitações ou se

determine onde encontram-se habitações que possam ser ocupadas".

O deputado Delio dos Santos é o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a situação das favelas do Rio, e a CPI está paralisada porque o governador Faria Lima negou-se a entregar aos parlamentares a documentação da época da criação da Cruzada São Sebastião, um conjunto habitacional destinado a favelados e que, localizado num dos pontos mais valorizados da zona Sul do Rio (o Leblon), tem sido vítima de muitas críticas de pessoas que pedem a sua extinção.

Recife A enchente MOVIMENTO 16/5/77. Amarela, por exemplo, um bairro de 400 mil habitantes (cerca de 1/3 da população do Recife), tem mais de 230 mil pessoas nos "altos" (morros) e 120 mil nos "córregos", abrigando cerca de 50% da população "favelada" do Recife.

Uma notícia da página policial do Jornal do Comércio, do Recife, de 5/5/77:

"Um dispositivo policial de mais de 100 homens e um carro com alto falantes da Polícia Militar avisando insistentemente que se os invasores das casas da UR-11 não saíssem espontaneamente, seriam levados, obrigatoriamente, para os abrigos da Comissão de Defesa Civil de Pernambuco (Códexipe), convenceu, finalmente, os moradores de mais de mil famílias a abandonarem o local sem esboçar nenhuma reação.

Nos morros e alagados vivem cerca de 60% da população do Recife. São 800 mil pessoas (o Recife tem, atualmente, cerca de 1,4 milhão de habitantes) que moram em 150 mil mocambos. Os morros, tanto quanto as áreas alagadiças, funcionam como local de acolhida para os migrantes (76% do crescimento demográfico do Recife se deve aos fluxos migratórios) e constituem as zonas mais densamente povoadas da cidade. Casa

Acóntece que os morros e alagados passaram a interessar aos setores ligados a investimentos imobiliários. "Os motivos são mais ou menos óbvios: as áreas de beira-mar prestam-se maravilhosamente à exploração turística. Os morros têm a vantagem de serem imunes ao "flagelo da cheia" e as áreas mais centrais, mesmo alagadiças, são lugar ideal para construção de prédios de escritórios, uma vez "urbanizada". Por isso, hoje eles são objetos de cobiça imobiliária," explica Alvaro Luiz Pantoja Leite em um exaustivo levantamento, "Urbanização e Marginalização", das causas do processo urbanizatório no Recife.

"Tudo leva a crer que, nos próximos cinco anos, o processo urbanizatório no Recife - e nas principais cidades brasileiras - terá como indicador cada vez mais privilegiado a remoção-expulsão das populações ditas "marginais," diz Alvaro Luiz.

SÃO PAULO: UM QUADRO DE CARENCIAS

Região Administrativa	Área Territorial em Km. 2	Rio principal	Qualidade Água	Nº de prédios existentes (1970)	Déficit em esgotos (%)	Déficit em Água (%)	População (1970)	Déficit de leitos hosp. (% 1970)
GS.P.	7960	TIETÊ	MONTANTE-LIMPA; PERTO DE S.P.-POLUÍDA	1.677.422	71,3	54,4	8.206.129	27,2
LITORAL	15.485	RIBEIRA DE IGUAPE	POLUIÇÃO BACTEREOLÓGICA; CUBATÃO-POLUIÇÃO QUÍMICA	220.405	81,1	49,4	846.667	26,3
VALE DO PARAÍBA	14.190	PARAÍBA	MODERADAMENTE POLUÍDA	131.332	49,2	30,6	799.682	27,2
SOROCABA	40.665	MÉDIO TIETÊ	MODERADAMENTE POLUÍDA	152.732	36,6	16,7	1.111.169	25,6
CAMPINAS	26.975	PIRACICABA E ALTO MOGI-GUAÇU	PIRACICABA - POL. QUÍMICA; MOGI-POLUÍDA	363.485	31,9	18,5	2.121.794	18,0
RIBEIRÃO PRETO	35.545	PARDÓ MOGI GUAÇU E SAPUCAÍ -MIRIM	POLUÍDA PERTO DE CIDADES E INDUSTRIAS	224.846	29,6	14,3	1.428.029	8,9
BAURU	16.265	MÉDIO TIETÊ E ALTO AGUAPEI	MODERADAMENTE POLUÍDA	89.954	32,8	14,6	553.411	10,6
S.J. DO RIÔ PRETO	27.450	SAO JOSE DOS DOURADOS E TURVO	MODERADAMENTE POLUÍDA	113.025	47,6	36,5	941.758	38,5
ARAÇATUBA	18.890	BAIXO TIETÊ	MODERADAMENTE POLUÍDA	69.703	63,1	34,4	543.243	41,0
PRES. PRUDENTE	24.835	PEIXE E BAIXO PARANA-PANEMA	MODERADAMENTE POLUÍDA	80.203	70,8	33,4	718.169	47,4
MARILIA	19.060	—	—	92.533	54,1	25,4	188.642	14,8
TOTAL	—	—	—	3.213.240	59,5	39,9	17.958.693	25,3

OS MENINOS DA PEDRA

MOVIMENTO 16/5/77.

Manicoré. A beira d'água, Manicoré, cidadezinha amazonense do rio Madeira, quase só alcançada pelos regatões.

Com os planos de desenvolvimento oficiais a cidade começou a transformar sua fisionomia. Fazendeiros e suas famílias, funcionários dos projetos governamentais; está surgindo uma nova população. As casas em alvenaria e pastilha estão substituindo definitivamente o pau-a-pique

E assim que hoje começa a surgir, ao lado da mão de obra tradicional do extrativismo, um novo trabalhador: o britador de pedra para construções. Que em Manicoré são meninos de oito a treze anos de idade: filhos menores britando pedras acrescentam uma pequena renda à família geralmente numerosa e miserável.

"Foi a gente que britou pedra para todas as praças de Manicoré, as praças novas que o prefeito mandou fazer. A gente também ajudou a fazer a agência do Branco do Brasil, lá naquela rua. E muitas outras construções daqui a gente quebrou as pedras. O hospital novo nós fizemos os muros, o piso e as paredes.

Luís Alberto quer ser pedreiro, quando tiver

idade, apesar de já agora fazer o mesmo esforço de um adulto. "A gente trabalha das sete da manhã até as onze. Aí vai pra casa, almoça, volta às duas da tarde e larga às cinco. Tem vez, quando a gente quer, que faz dia redondo, trabalha direto até as três da tarde e só come depois.

Eu já levantei às cinco da manhã e trabalhei dia virado, até às nove da noite.

Atrás de um monte de pedras está Amarildo de Sousa, 10 anos, ensinando o irmão pequeno a bater no meio do bloco para dividi-lo. "A gente trabalha quase tudo de parceiro, por causa do estudo. De tarde a gente froca, ele vai estudar e eu trabalho. Nós ganha Cr\$ 1,30 em cada lata. As de pedra mais dura, "Seu" Henrique paga Cr\$ 2,00.

Quando Manicoré fecha o dia, os bares ligam os possantes aparelhos de som trazidos de barco da Zona Franca de Manaus: Bom é Manaus. Eu queria era ir pra lá, trabalhar. É cidade grande, tem indústria, tem progresso. Lá tem muita fábrica que emprega menino"

EDUCAÇÃO O POVO FINANCIA SEU SISTEMA

QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

MOBRAL

	N.º TOTAL	% DO TOTAL DA FORÇA DE TRABALHO	% NA ZONA RURAL	% NA ZONA URBANA
Não alfabetizados	8.610.113	24%	70%	30%
Instrução elementar	20.878.829	57%	41%	59%
Médio — 1.º ciclo	3.822.801	10%	9%	91%
Médio — 2.º ciclo	2.150.935	6%	2%	98%
Superior	1.309.115	3%	1%	99%

FONTE: IBGE

O analfabetismo atinge 24% dos trabalhadores brasileiros.

1.º de maio de 1977

FOLHA DE S. PAULO

A se manterem as tendências da atual política educacional no País, a maior parte da população brasileira dificilmente poderá usufruir dos benefícios que a Educação pretende proporcionar-lhe. acesso à instrução nas escolas públicas

não assegura a continuidade do processo de escolarização, visto que ocorrem altos índices de evasão escolar, principalmente nos quatro primeiros anos.

Em muitos casos, a gratuidade escolar onera, indiretamente, a economia do trabalhador, como por exemplo a do trabalhador rural.

Este, ao encaminhar os filhos para uma escola "gratuita", além de não poder contar com mais braços para o trabalho, passa a ter despesas adicionais de vestuário, alimentação, transporte, etc.

A partir do próximo ano, segundo declarações de técnicos do MEC, prevê-se a ampliação dos recursos através da criação de novas fontes: está em estudos a criação de um sistema financeiro da educação amparado por mecanismos de captação de poupanças populares. Caso isto não ocorra, é possível que o crédito educativo venha ser estendido ao 1.º grau.

A oportunidade da classe trabalhadora do Brasil conseguir um nível de alfabetização adequado tem sido mínima: 81% dos trabalhadores, 34 milhões de pessoas, possuem somente grau de escolarização até o nível primário. Desse total, 10 milhões são enquadrados como não-alfabetizados.

Nessa classe de trabalhadores (não-alfabetizados e até nível primário) encontram-se mais de 8 milhões de cidadãos que ganham até um salário mínimo e que, em virtude do nível de escolaridade, não sabem que seus ganhos representam atualmente o equivalente a 15 quilos de café:

Os custos da Não-alfabetização

ESP 16 L 77

O prefeito de Mogi das Cruzes, Valdemar Costa Filho, rompeu ontem o convênio existente entre o Mobral e a Prefeitura, qualificando-o de "absurdo" e de "altamente dispendioso para o município".

As mesmas críticas ao tipo de convênio realizado com a entidade têm sido feitas com crescente frequência.

Um funcionário da Prefeitura de Diadema mostrava que são os próprios municípios quem cobrem os principais gastos com a alfabetização, enquanto o Mobral aplica seus recursos — garantidos por uma cota fixa da Loteria Esportiva — no custeio de seu aparato burocrático, em sistemas de computação, em atividades culturais, na impressão de boletins e em outras despesas que, na opinião dos prefeitos, pouco se relacionam com a alfabetização.

18 ATINGIDOS PELA LEI DE SEGURANÇA

São Paulo — O Procurador da 3a. Auditoria da Justiça Militar em São Paulo, Darcy de Araújo Rabello, denunciou ontem 18 estudantes e operários como incurso na Lei de Segurança Nacional por envolvimento em distribuição de panfletos de teor considerado subversivos na zona industrial do ABC. A prisão de alguns deles em 28 de abril provocou a movimentação estudantil no Estado.

Estão presos sete dos 18 denunciados: Celso Viovanetti Brambilla (ex-presidente do DCE da Universidade Federal de S. Carlos; trancou matrícula para trabalhar em uma indústria do ABC, onde arregimentava operários para a LO); Márcia Basseto Paes (mesma acusação; era da USP); Fernando Antônio (da Faculdade de Educação do ABC, pertence ao MEP); José Maria de Almeida (operário e aluno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Fundação Santo André; auxiliou a distribuir panfletos).

E ainda: Anita Maria Fabril Cláudio Lúcio Gravina e Admir Marini. 15.6.77

JORNAL DO BRASIL

CARTA DOS PRESOS POLITICOS DE ITAMARACA ENTREGUE POR SEUS FAMILIARES A Sra. CARTER

"A todos os interessados na defesa dos direitos e da dignidade da pessoa humana:

Os presos políticos recolhidos à Penitenciária Professor Barreto Campelo, em Itamaracá, Pernambuco, fazemos aqui um relato sucinto das inúmeras dificuldades que contornam nossa vida carcerária:

Começamos pela mais grave. A situação dos companheiros Carlos Alberto Soares e Rholine, Sonde Cavalcanti. Eles se acham submetidos a evidente processo de destruição psicológica, que se agrava na medida de cada dia, sem uma solução adequada para o caso. Há inclusive sinais visíveis de deterioramento no banho de sol, que lhes tem sido concedido com atrasos cada vez mais frequentes, quando não lhes é cortado inteiramente.

Na esdrúxula proibição de comunicação com os demais, quando eventualmente nos encontramos pelos corredores da penitenciária. No estabelecimento de adicionais restrições para toda ordem de medidas que lhes diga respeito (entrega de materiais, liberação de jornais e revistas, recebimento de visitas, etc). Mesmo quando, há um ano e seis meses se consumou a separação (medida adotada sob pretexto de atender o dispositivo legal não cumprido em nenhuma outra penitenciária do país, mas que foi na realidade espécie de punição pela greve de fome de 25 dias, encaminhada na época por todos nós), mesmo aí, dizíamos, autoridades ligadas ao IV Exército foram enfáticas ao declararem oficialmente que a separação não acarretaria ausência total de convívio de alguns momentos para a prática de esportes e outros para a de ar-

tesanatos — atividades que só podem ser realizadas a contento em conjunto — seriam necessariamente estabelecidos. O tempo passou e o que se viu foi o recrudescimento avassalador das medidas de isolamento configurando situação capaz de produzir sobre qualquer um os mais terríveis efeitos psicológicos.

A segunda maior dificuldade diz respeito à censura e esta atinge diretamente a todos. Jornais e revistas são completamente mutilados antes de nos serem entregues. Assim, a matéria nacional de Veja e Visão (cerca de 15 a 20 páginas destas revistas), os editoriais e o noticiário nacional do Estado de S. Paulo e do JORNAL DO BRASIL (cerca de 4 a 6 páginas destes jornais), são invariavelmente atingidos, numa frequência que nos deixa quase sempre dispendo apenas das notícias esportivas, do noticiário técnico e dos anúncios alfabéticos. Mas, se pode haver pior, isto se dá com os livros. Além de retidos pela administração — seja qual seja o seu conteúdo — desde simples poemas e romances aos ensaios de caráter mais complexo, todos naturalmente vendidos legalmente no país — não são mais devolvidos aos nossos familiares. Entregar algum livro para apreciação da Censura, é assim se sujeitar de antemão a não tê-lo liberado (em 99% dos casos) e em seguida a vê-lo desaparecer misteriosamente, sem que a mínima explicação seja dada.

Estas são de fato as duas dificuldades básicas em nossa vida carcerária hoje e bastam para transformá-la num pequenino inferno. Mas não são as únicas. Há outras que de tão decantadas já se transformaram em crônicas.

Tentaremos enumerar algumas. Alimentação: praticamente estamos reduzidos ao almoço. Este consta de feijão (invariavelmente com gorgulho), arroz (mal cozinhado, inosso) e uma quantidade mínima de carne (temperada na água e sal), cabendo notar que em dois dias da semana nos são fornecidos pirão e tripa de miúdo, dos quais geralmente não nos servimos por considerá-los intragáveis). Nas demais refeições, nós utilizamos apenas o café e um ovo (servido na refeição matinal), uma vez que o pão seco, o munguzá e o angu aguado que as completam são quase sempre repelidos em favor do nosso estômago. Saúde: o atendimento médico é meramente formal — não há remédios para os diagnósticos feitos. Há um surto de ameba (proveniente da água — abatendo atualmente 80% da penitenciária — entre presos políticos e comuns. Visitas: já não falamos da distância (cerca de 42 quilômetros em relação ao Recife), ou de recusa sistemática em nos possibilitar qualquer contato com a família, fora do dia preestabelecido (apesar de dispositivo do regulamento penitenciário que permite ao preso a visita de pais e esposas a qualquer hora do expediente normal da penitenciária. Referimo-nos, sim, a arbitrária discriminação que atinge setores representativos da Igreja católica, proibidos de nos visitar como vinham fazendo até setembro de 75. E principalmente nos referimos ao deplorável ritual de vexames a que ficam sujeitos semanalmente nossos familiares e amigos. Revistas indecorosas são aí frequentemente promovidas, vendo-se então sras idosas obrigadas a se porrem completamente despidas, a ficar de cócoras e outras humilhações desse gênero. Artesanato: ameaçado ultimamente em seu desenvolvimento (fundamental à nossa manutenção), na medida em que se tem negado a renovação dos instrumentos de trabalho necessários, além de se antepor toda a sorte de empecilhos para o uso diário dos mesmos.

A respeito disso tudo, não há nenhuma alternativa de diálogo com a direção do presídio. Esta tem se mantido na mais completa indiferença em relação aos apelos que temos feito nesse sentido. Principalmente, depois que denunciámos em setembro do ano passado o assassinato de Paulo Fernando Silva — preso comum, vítima de bárbaros espanca-

PRESOS TORTURADOS

O Conselho Permanente da 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição da Justiça Militar ouviu ontem Solange Silvano Rodrigues de Lima, Maria Trindade e Joaquim Celso de Lima, que foram envolvidos no processo sobre as atividades do Partido Comunista do Brasil, mas todos negaram qualquer vinculação com o movimento subversivo. Maria Trindade e Joaquim Celso de Lima afirmaram que sofreram sevícias quando estiveram presos.

Solange Rodrigues de Lima, que está em liberdade, revelou que policiais do Dops permaneceram em sua residência durante três dias à espera de seu marido, o denunciado Haroldo Borges Rodrigues de Lima.

Maria Trindade informou que foi presa em 16 de dezembro último na casa em

mentos, prática constante no tratamento de presos dessa ordem. A denúncia chegou aos jornais, à Assembléia do Estado e mesmo a alguns órgãos judiciários (como o Superior Tribunal Militar, que se limitou a nos responder pelos jornais, através do seu presidente na época, Tenente-Brigadeiro Huet Sampaio de Oliveira, acenando estranhamente com novas e veladas ameaças à nossa integridade física, idênticas inclusive à que se concretizou sobre quatro companheiros conduzidos em abril de 76 para torturas no quartel da Base Aérea). Sobre a gravidade dos fatos, entretanto, nenhuma palavra foi mencionada, não sendo consequentemente encaminhada qualquer providência.

O presente quadro se completa quando nos reportamos à nossa situação jurídica. Vítimas de julgamentos emocionais, com evidentes traços de revanche política, esculpidos em dispositivos de uma Lei de Segurança Nacional draconiana — imposta por Decreto da Junta Militar que governou o país de setembro a outubro de 1969 — somos em consequência o maior somatório de penas do país (mais de 500 anos, além de duas condenações à prisão perpétua, entre apenas 19 presos). Em contrapartida, a desassistência jurídica a que estamos submetidos, obriga a que nossos recursos se esgotem a nível do Superior Tribunal Militar — o que significa quase sempre vê-los indeferidos — sendo muito raro e dispendioso fazê-los chegar ao Supremo Tribunal Federal — onde poderiam ser apreciados com maior serenidade de animo e melhor eficácia na aplicação da Justiça.

Em resumo, é esta a situação em que vivemos. Uma situação onde a tônica é dada pela perseguição mesquinha, pela arbitrariedade impune e pelo desrespeito diário aos mais elementares direitos do ser humano. Para revertê-la ou pelo menos para amenizá-la, é que nos dirigimos aos organismos e pessoas de alguma forma ligados à defesa dos direitos humanos no Brasil, solicitando-lhes para isso que promovam gestões, pelas quais ficamos antecipadamente gratos, subscrevendo-nos atenciosamente.

Itamaracá, maio de 1977

MISSIONARIOS TORTURADOS

Recife — Sem convite nem aviso, usando as mesmas roupas com que foram presos há semanas pela Delegacia de Roubos e Furtos, os missionários americanos Thomas Capuano e Lawrence Rosenbaugh entraram ontem à tarde no Consulado dos Estados Unidos, onde conversaram por meia hora com a Sra Rosalynn Carter.

No encontro, em que lhe relataram as condições por quatro dias e os maltratos a que foram submetidos pelos policiais, os religiosos entregaram à Sra Carter um relatório, "muito diferente do relatório feito pela polícia", em que pedem atenção, não para seu caso em particular, "mas para a crueldade e degradação que sofrem aqueles que permanecem nas celas das prisões". Uma cópia desse documento foi dada aos jornalistas americanos.

— Fomos tratados como gado. Como gado. Éramos 37 numa cela de três metros e 40 centímetros por cinco metros. Cometeram todo tipo de violências. Dormíamos um encostado no outro e não adiantou nada dizer que queríamos ver o Consulado americano. Eles riam na nossa cara, nos xingavam, nos ignoravam. Quase morremos de fome. 9/6/77.

NOTA: recebemos

um dossier relatando as circunstâncias em que se deram as prisões e os assassinatos dos militantes do Partido Comunista do Brasil, ocorridas em dezembro do ano passado em S. Paulo. O documento foi preparado pela Comissão de Justiça e Paz, Amnesty International, Cimade, Comitê França Brasil e Comitê Brasil Anistia. Numa homenagem a êsses militantes caídos na luta de resistência contra a ditadura, Conjuntura Brasileira publica este poema que nos foi enviado por um leitor brasileiro.

CICLO DA VIDA

Vê: a flor de ontem jaz.
Duro golpe! Sua memória é uma sanguinolenta pétala no chão
que em breve será pó.
Será humus,
adubo para novas flores.
Pois
do velho Pomar
muitas sementes foram tiradas.

que trabalhava à rua Pio XI, 767, na Lapa. Disse ter sido admitida para trabalhar como doméstica por João Amazonas, amigo de seu falecido marido.

Joaquim Celso de Lima, detido no mesmo dia, apontado como motorista do PC do B, informou que na rua Pio XI moravam Elza de Lima Monnerat, Maria Trindade, João Amazonas e Ângelo Arroyo. Joaquim Celso de Lima explicou que a casa foi alugada em seu nome porque João Amazonas enfrentava problemas políticos.

SUL

A Superintendência da Polícia Federal do Rio Grande do Sul liberou ontem mais duas pessoas — o geólogo Evaristo Kruehl e o publicitário Paulo Correa 7-4-77

conjuntura brasileira

BULLETIN D'ABONNEMENT

ABONNEMENT

M. _____

six mois (4 nos) 35 F

Adresse _____

un an (8 nos) 70 F

SOUTIEN

_____ s'abonne à Conjuntura Brasileira par _____ an(s)

six mois (4 nos) 100 F

REGLEMENT PAR

Chèque bancaire ou postal

CCP 10 822 83A PARIS

un an (8 nos) 200 F

à retourner à CONJUNTURA BRASILEIRA

BP 322

75122 PARIS CEDEX 03

PAR AVION PLUS 12 F